

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Programa de Pós-Graduação em Administração
Mestrado

Sandra Lúcia de Oliveira

**ENTRE MARCAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS:
envelhecimento e ageísmo de mulheres ordinárias à luz de
perspectivas feministas**

Belo Horizonte
2023

Sandra Lúcia de Oliveira

ENTRE MARCAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS:

envelhecimento e ageísmo de mulheres ordinárias à luz de perspectivas
feministas

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Unihorizontes como Requisito Parcial à Obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira

Área de concentração: Organização e Estratégia

Linha de pesquisa: **Relações** de Poder e Dinâmica das Organizações

Belo Horizonte

2023

OLIVEIRA, Sandra Lucia de.

O48e

Entre marcas físicas e simbólicas: envelhecimento e ageísmo de mulheres ordinárias à luz de perspectivas feministas. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2023.
188p.

Orientador: Dr. Jefferson Rodrigues Pereira

Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Administração – Centro Universitário Unihorizontes.

1. Gênero – ageísmo – relações de trabalho - violência 2. Envelhecimento I. Sandra Lucia de Oliveira. II. Centro Universitário Unihorizontes Programa de Mestrado em Administração. III. Título.

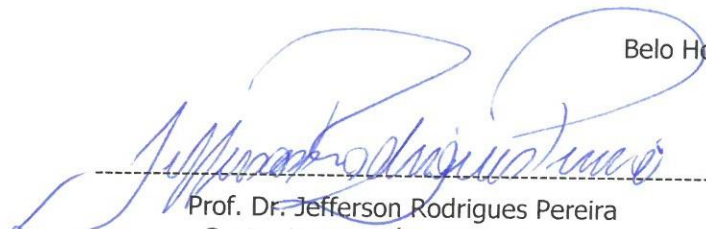
CDD: 305.4

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a)

Senhor(a) **SANDRA LUCIA DE OLIVEIRA**, Nº. 760. No dia 28 de abril de 2023, às 13:00 horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado **"ENTRE MARCAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS: envelhecimento e ageísmo de mulheres ordinárias à luz de perspectivas feministas"**, requisito parcial para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Relações de Poder e Dinâmica nas organizações**. Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira** após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(à) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado: **APROVADA**.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2023.


Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira
Centro Universitário Unihorizontes
Prof.ª Dr.ª Heliani Berlato dos Santos
ESALQ/USP
Prof. Dr. Hélio Arthur Reis Irigaray
FGV/Ebape

Declaração de Revisão de Texto

DECLARAÇÃO DE REVISÃO GRAMATICAL

Declaro, para os devidos fins, que eu, Professora Raquel Brigatte, doutora em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, CPF 002656926-44, revisei, tendo em vista as normas vigentes da Língua Portuguesa, a dissertação da aluna Sandra Lúcia de Oliveira, intitulada “ENTRE MARCAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS: envelhecimento e ageísmo de mulheres ordinárias à luz de perspectivas feministas”, apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Unihorizontes.

Juiz de Fora, 14 de abril de 2023.



RAQUEL BRIGATTE
Professora Doutora

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai (*in memoriam*) e a minha mãe pela minha vida, pelos ensinamentos, pelo incentivo e pelo apoio que sempre me deram. Vocês foram o meu alicerce para que eu buscasse, por meio da educação, a transformação da minha realidade, o que despertou em mim o desejo de um mundo mais justo e de oportunidades iguais para todos.

Ao meu filho Telson, agradeço a generosidade e a paciência demonstrados pela sua parceria, sempre me dando suporte nas questões familiares; me socorrendo nas dificuldades tecnológicas; trocando ideias e manifestando suas opiniões críticas sobre a minha pesquisa. Seu apoio revelou o grande homem que você é e a mãe que eu sou.

Agradeço ao meu filho Alexandre pela compreensão e paciência com as minhas ausências. Seu progresso na conexão com o mundo me inspira todos os dias a ser uma pessoa melhor.

Minha profunda gratidão ao meu orientador Dr. Jefferson Rodrigues Pereira que aceitou o desafio de me orientar, respeitando as minhas limitações e me encorajando sempre a superá-las. Sua parceria foi fundamental para que eu chegasse ao final desse processo, me transmitindo segurança, tranquilidade e confiança. Nesses dois anos, sonhamos juntos por um mundo livre de preconceitos, com a certeza de que, para transformar essa realidade, era necessário dar os primeiros passos. Assim, desejo que o produto da nossa parceria seja uma inspiração para que as diversas mulheres mais velhas do nosso país nunca desistam dos seus sonhos e que possam encontrar os melhores parceiros nessa vida para realizá-los, assim como eu.

Minha gratidão a cada uma das vinte e cinco mulheres que aceitaram participar da pesquisa pela confiança e disponibilidade de tempo, dividindo comigo suas experiências. Vocês têm a minha admiração, respeito e carinho. Além da contribuição fundamental que deram à pesquisa, vocês me despertaram emoções e reflexões que me ajudaram a fazer as pazes com o meu passado e a repensar o meu presente.

Agradeço às professoras doutoras Heliani Berlato dos Santos e Kely César Martins de Paiva, que participaram da minha banca de qualificação, pelas preciosas contribuições que deram à pesquisa.

Meus agradecimentos aos professores do curso do mestrado de Administração do Centro Universitário Unihorizontes e aos servidores administrativos desta instituição. Aos meus colegas do curso, minha gratidão pela troca de conhecimentos, pelo apoio, incentivo, companheirismo e pelos muitos momentos felizes compartilhados. Vocês deixaram essa caminhada mais leve e divertida e se tornaram o meu grupo de amigos intelectuais que quero levar para a vida.

Minha gratidão à direção do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e aos meus colegas de trabalho, Sheila, Regina Rita, Andréa Cristina, Elisângela, Fábio, Venício, Luiz Fernando, Maria Aparecida, Luciana, Márcio e Polyana pelo apoio e incentivo.

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida que me deram força e fé para perseverar com afinco no curso, pois ter o título de mestre é a mais importante realização acadêmica da minha vida. Que eu possa buscar, a partir dessa conquista, novos objetivos, mantendo o meu posicionamento crítico contra a todas as formas de opressão patriarcal e capitalista que legitimam as desigualdades de gênero e o preconceito de idade no nosso país.

Somos madeira que apanhou chuva. Agora não acendemos nem damos sombra.
Temos que secar à luz de um sol que ainda não há.
Mia Couto

RESUMO

Objetivo: Analisar de que forma o envelhecimento e o ageísmo são percebidos a partir do discurso de mulheres ordinárias, com idade igual ou superior a 45 anos, no que tange às relações de trabalho no contexto brasileiro.

Teorias: Trabalhamos com a teoria do ageísmo, que se refere ao fenômeno do preconceito de idade, apresentando uma visão panorâmica de como a manifestação desse preconceito afeta a área do trabalho das pessoas mais velhas. Além dessa teoria, utilizamos ainda as teorias feministas, fazendo uma retrospectiva histórica das ondas feministas que surgiram ao longo dos anos, relacionando a constituição do que é ser mulher a partir de tais perspectivas e de suas condições de trabalho.

Método: Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, de abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram 25 mulheres, e a coleta de dados foi por meio de entrevistas semiestruturadas. O método de análise dos dados foi a Análise do Discurso na vertente francesa.

Resultados: A pesquisa revelou que o envelhecimento representa uma ameaça constante para as mulheres ordinárias com idade igual ou superior a 45 anos (45+) se manterem incluídas e produtivas em uma sociedade capitalista que prioriza os corpos jovens, saudáveis e masculinos. Nesse contexto, a preocupação em manter a saúde, com a conotação de força produtiva, adquire uma importância maior para essas mulheres do que retardar os sinais físicos do envelhecimento. Ademais, as mulheres ordinárias 45+ não estão igualmente no mesmo grau de discriminação no mercado de trabalho, porque as interseccionalidades com a classe social, raça, orientação sexual apareceram como um elemento que agrava o ageísmo para alguns grupos minorizados. Assim, por exemplo, a mulher preta, além de ser discriminada pela idade e gênero, sofre o racismo no mercado de trabalho.

Contribuições teóricas/metodológicas: A pesquisa analisou o fenômeno do ageísmo a partir de um grupo de mulheres que é geralmente invisibilizado no debate acadêmico, que é o de pessoas ordinárias, subalternizadas, dentro do sistema capitalista. No Brasil, os poucos estudos que fazem a intersecção de gênero e ageísmo têm o foco em analisar mulheres mais velhas que ocupam cargos estratégicos dentro das organizações, ou, então, analisam a “mulher” como uma categoria universal, desconsiderando as diversas mulheres quanto à idade, raça/etnia, orientação sexual, classe social.

Contribuição social: A pesquisa deu voz às diversas mulheres ordinárias, com idade igual ou superior a 45 anos, que foram silenciadas em relação aos impactos do envelhecimento e do ageísmo no trabalho. Conforme a declaração de algumas das participantes da pesquisa, a entrevista fez com que elas refletissem mais sobre as suas vidas, na perspectiva de assumirem o lugar de protagonistas da sua própria história, pois, se escutando sobre o seu próprio discurso, elas se perceberam, em algumas situações, na posição de coadjuvantes da sua própria vida por causa de um sistema opressor, capitalista e patriarcal, do qual elas não haviam se dado conta ainda.

Palavras-chave: Ageísmo. Feminismo. Mulheres Ordinárias. Gênero. Patriarcado.

ABSTRACT

Objective: To analyze how aging and ageism are perceived from the ordinary women discourses, aged 45 and over, on labor relations in the Brazilian context.

Theories: We work with the ageism theory, which refers to the ageism phenomenon, presenting an overview of how the manifestation of ageism affects the older people's work area. Besides this theory, we also used feminist theories, making a historical retrospective of the feminist waves that appeared over the years, relating the constitution of what it is to be a woman from such perspectives and their working conditions.

Method: This research is a descriptive one with a qualitative approach. The research subjects were 25 women, and data collection was through semi-structured interviews. The method of data analysis was the French Discourse Analysis.

Results: The research revealed that aging poses a constant threat to ordinary women aged 45 and over (45+) to remain included and productive in a capitalist society that prioritizes young, healthy, masculine bodies. In this context, the concern with maintaining health, with the connotation of productive strength, takes on greater importance for these women than delaying the physical signs of aging. Furthermore, ordinary 45+ women are not equally in the same degree of discrimination in the labor market, because intersectionalities with social class, race, and sexual orientation have appeared as an element that aggravates ageism for some minority groups. Thus, for example, black women, besides being discriminated because of their age and gender, suffer racism in the labor market.

Theoretical/methodological contributions: The research analyzed the ageism phenomenon from a group of women that is generally invisible in the academic debate, which is that of ordinary, subalternized people within the capitalist system. In Brazil, the few studies that make the intersection of gender and ageism focus on analyzing older women who occupy strategic positions within organizations, or they analyze "woman" as a universal category, disregarding the women's diversity in terms of age, race/ethnicity, sexual orientation, and social class.

Social contribution: The research gave voice to the many ordinary women, aged 45 and over, who have been silenced regarding the impacts of aging and ageism at work. According to the statement of some of the research participants, the interview made them reflect more about their lives, in the perspective of taking the place of protagonists of their own history, because, listening to themselves about their own discourse, they perceived themselves, in some situations, in the position of coadjuvants of their own lives because of an oppressive, capitalist, and patriarchal system, which they had not yet realized.

Keywords: Ageism. Feminism. Ordinary women. Gender. Patriarchate.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Catálogo de estereótipos identificados em diferentes ambientes institucionais e países.....	45
Quadro 2- Perfil das entrevistadas.....	94

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

AVDs – Atividades de Vida Diária

PNSPI – Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

OMS -Organização Mundial de Saúde

NCHA- National Capital Housing Authority

RH – Recursos Humanos

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

NOW — *National Organization of Women*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

AD – Análise do Discurso

MPB – Músicas Populares Brasileiras

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pansexuais/Polissexuais, Não binárias e mais

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

SUMÁRIO

O DESPERTAR DE UM NOVO OLHAR.....	13
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivo Geral	21
1.2 Objetivos específicos	22
1.3 Justificativas do estudo	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1 Sobre Ageísmo: aspectos históricos e conceituais	26
2.1.1 Ageísmo e contexto de trabalho	38
2.1.2 A institucionalização do ageísmo	42
2.2 Sobre Feminismos e estudos de gênero	52
2.2.1 Breve abordagem histórica das teorias explicativas de gênero	52
2.2.2 Teorias feministas e estudos de gênero	55
2.3 Feminização do envelhecimento e trabalho: relações controversas	76
3 PERCURSO METODOLÓGICO	87
3.1 Tipo de pesquisa e abordagem do estudo	87
3.2 Sujeitos de pesquisa	87
3.3 Coleta de dados	89
3.4 Estratégia de análise dos dados	91
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	94
4.1 Perfil sociodemográfico das entrevistadas	94
4.2 O romance biográfico	98
4.3 O protagonismo da Mulher 45+	111
4.4 Envelhecimento	124
4.5 Relações de gênero e envelhecimento	135
4.6 Os [Des]caminhos no mercado de trabalho	141
4.7 As sutilezas não tão sutis	152
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS.....	171
APÊNDICES	178
ANEXO A.....	181

O DESPERTAR DE UM NOVO OLHAR

Nasci em Belo Horizonte, sou uma mulher de 56 anos, branca, heterossexual, divorciada, mãe de dois filhos homens que hoje estão com 28 anos e 17 anos e trabalho como pedagoga, há 33 anos, em uma instituição pública federal.

Recebi dos meus pais o nome de Sandra Lúcia de Oliveira, e o sobrenome, que é apenas o do meu pai, silencia uma parte importante da minha história, o que, por outro lado, revela muito sobre a minha origem familiar. Cresci em uma família patriarcal, de classe média baixa, e meus pais tiveram quatro filhos, duas mulheres e dois homens. Minha mãe, que estudou até à sexta série, sempre foi uma mulher “do lar”, dedicava-se, integralmente, ao seu papel de boa mãe e esposa. Meu pai, formado em Letras e no curso técnico de contabilidade, era um homem rígido e culto, trabalhava no setor privado como contador e no setor público, como fiscal de obras na prefeitura de Belo Horizonte.

Na minha casa, eu tinha acesso a vários livros, revistas, enciclopédia, dicionários, e meus pais me assistiam nas minhas dificuldades escolares. Fui incentivada, desde criança, a estudar pela minha família, mas seguindo a trilha ‘apropriada’ a uma mulher. Por essa razão, fiz o curso de magistério, e ter cursado Pedagogia foi um destino “natural”. Na minha família, eu não poderia ser o que eu queria ser... Gosto das artes, especialmente a música, dança, moda, de me comunicar com as pessoas e de escrever.

No meu ambiente familiar, na infância e na juventude, eu me sentia oprimida pelas relações de gênero que eram muito desiguais. Eu não tinha os mesmos direitos e privilégios que os meus irmãos homens, tinha que estudar e ajudar no serviço doméstico, não aprendi uma série de coisas que eram só “de meninos”, como nadar, andar de bicicleta etc., eu não era inteligente e carismática como eles, nem tão bonita, nem nada. Apesar de não ter o mesmo reconhecimento e valor dos meus irmãos homens, eu sempre fui uma aluna dedicada e me destacava na escola. Isso tranquilizava minha família, porém o máximo que eu ouvia da minha mãe é que eu era muito esforçada, e meu pai me presenteava com um disco de vinil, da minha

preferência, a cada bimestre escolar bem-sucedido. A minha coleção sempre foi maior do que a dos meus irmãos...

Passei no meu primeiro vestibular no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais, e pouco tempo depois, meu pai faleceu. Não fosse a graduação em uma escola pública, eu não teria conseguido me formar. Trabalhei enquanto estudava como servidora pública na Prefeitura de Belo Horizonte e depois fiz concurso público para o cargo de pedagoga na instituição onde até hoje eu trabalho.

Logo que comecei a atuar como pedagoga, aos 22 anos de idade, passei pela minha primeira experiência de ageísmo no trabalho. A chefia do meu setor criticava a minha proximidade com os alunos e “brincava” que eles eram meus “namoradinhos”, censurava minhas roupas, me induzia a me afastar das colegas de outros setores porque eram influências perigosas, “petistas”. Foram tempos muito difíceis, na década de 1990, de controle e de muito abuso de poder nas relações hierárquicas da escola.

Ao longo da minha carreira nessa instituição, participei de alguns encontros, seminários e eventos nacionais da minha área, fiz pós-graduação *lato sensu* e depois fui influenciada pelas políticas de capacitação da instituição a cursar o mestrado em educação. Nessa época, eu tinha 42 anos, e meu filho caçula, apenas quatro anos de idade. Entrei no curso de mestrado em educação, concluindo as disciplinas do curso com êxito. Entretanto, fui vítima de ageísmo por parte da minha primeira orientadora, o que me trouxe vários problemas emocionais que afetaram minha saúde, e eu abandonei o curso sem finalizar a dissertação.

No trabalho, apesar de ser uma profissional comprometida e ter ocupado algumas funções, já há algum tempo, eu me sinto muito afetada pelo ageísmo institucional e interpessoal. Percebo que as pessoas mais velhas na minha instituição, que ocupam cargos operacionais, tornam-se invisíveis ou uma espécie de “peso morto” ou “dinossauros”, que parecem ocupar o espaço dos mais jovens que precisam trabalhar, não são valorizadas pela experiência e sabedoria que têm, pois o que é valorizado são os colegas mais novos que chegam, cheios de títulos, dominando as novas tecnologias, muitas vezes com o conhecimento raso em outras áreas e da própria cultura da organização. No meu caso, tenho uma expertise em avaliação e, por esse

motivo, ainda recebo alguns convites para trabalhar em outras atividades extras, o que diminui às vezes a minha sensação de inutilidade e incompetência.

Durante a pandemia COVID-19, eu me entusiasmei, com o incentivo de uma amiga do trabalho, com a ideia de recomeçar no mestrado, apesar da idade sempre ser um argumento ageísta para uma sociedade que envelhece precocemente seus sonhos. Os motivos que me levaram ao Mestrado em Administração do Centro Universitário Unihorizontes são muitos, mas o principal deles foi resolver minha questão emocional, por não ter finalizado o mestrado. Naquele contexto, o mestrado em Administração do Centro Universitário Unihorizontes era mais adequado à minha realidade, na qual preciso conciliar as demandas do trabalho, da família e da casa, pois as aulas, em razão da pandemia, eram ofertadas à noite e nos finais de semana, na forma virtual.

Para a seleção do mestrado, apresentei um projeto ligado à minha área de formação acadêmica, mas, durante o curso, eu descobri o fenômeno do ageísmo assistindo a um vídeo na internet. Fui atraída pelo tema que descrevia exatamente as situações que eu estava vivendo no meu núcleo familiar, no trabalho e em outros contextos sociais, e, com a concordância do meu orientador, mudei a temática da minha pesquisa.

O ageísmo era um fenômeno pouco divulgado na mídia, apesar de não ser novo, o que gerava curiosidades sobre a escolha do meu tema de pesquisa entre os colegas que, por meio das suas declarações, estavam manifestando o ageísmo institucional. Naquele início do curso, eu me identificava muito com a situação que Beauvoir (1990, p. 8) descreve em sua obra *A Velhice*: “Quando eu digo que trabalho num ensaio sobre a velhice, quase sempre as pessoas exclamam: Que idéia!..., Mas você não é velha!... Que tema triste...” O meu sentimento hoje é que falar da velhice ainda é um tabu, por isso o ageísmo é tão negado e silenciado em nossa sociedade. E passando a palavra novamente para Beauvoir (1990) “o velho em nós é sempre o outro”.

Durante o curso do mestrado, passei por muitas dificuldades: por não ser da área de administração, tudo parecia ser mais difícil; por ter estado muito tempo afastada do meio acadêmico, gastava muito mais tempo nos estudos; pela falta de domínio no uso das tecnologias, precisei pedir ajuda ao meu filho e aos colegas; pelas diferenças

intergeracionais, às vezes eu me sentia isolada e, pelo cansaço de uma tripla jornada de trabalho, eu perdi muitas vezes o sono e a minha saúde foi afetada. Não foram poucas as vezes que eu pensei em desistir do mestrado, mas o apoio que tive dos professores, colegas, os momentos de socialização da turma e o incentivo constante do meu orientador foram fundamentais para que eu chegasse ao final do curso.

Devo acrescentar, ainda, que, na minha defesa de qualificação, um dos membros da banca, a Professora Doutora Heliane Berlato dos Santos, me sugeriu que eu incluísse na discussão do ageísmo os estudos sobre feminismo e gênero. Num primeiro momento, eu não entendi direito por que aqueles temas eram tão necessários, mas, à medida que eu fui estudando, passei não somente a compreender melhor a realidade das mulheres ordinárias 45+, que sofrem a opressão de gênero na nossa sociedade, como também a minha própria história. Nesse sentido, estudar o feminismo também foi libertador, transformou a minha visão sobre a realidade e quem eu sou.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno demográfico do envelhecimento populacional, que vem crescendo no mundo inteiro, com uma rapidez sem precedentes na história, especialmente no Brasil, tem gerado muitos desafios aos países que assumiram o compromisso internacional de promover o desenvolvimento sustentável do planeta. Nesse contexto, o combate ao ageísmo tem sido proclamado pelos organismos mundiais e autoridades internacionais como um dos pré-requisitos para o sucesso das políticas públicas sobre o envelhecimento com saúde e melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.

No cerne dessas políticas, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é o plano que foi acordado por países de todo o mundo com o objetivo de construir um futuro de paz e prosperidade para todos em um planeta saudável. De acordo com esse plano, é necessário mudar o discurso em relação a idade e envelhecimento; dar mais visibilidade a atitudes e comportamentos com viés etário; adotar estratégias em oposição a práticas de discriminação de idade e criar políticas integrais de apoio a todas as etapas da vida (OPAS, 2022).

Para promover o alinhamento político e estratégico entre os objetivos do desenvolvimento sustentável com as políticas vigentes relacionadas ao envelhecimento, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2020, declarou a “Década do Envelhecimento Saudável”, para o período de 2021 a 2030, que é um plano de ação que corresponde aos 10 últimos anos tanto da Estratégia e plano de ação mundiais sobre o envelhecimento e a saúde (2016–2030) como da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (OPAS, 2022).

Em consonância com tais políticas, em 2016, a Assembleia Mundial da Saúde incentivou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a desenvolver, com a colaboração de parceiros, uma campanha mundial de combate ao ageísmo, que deu origem ao Relatório mundial sobre o idadismo, em 2022 (OPAS, 2022). O idadismo ou ageísmo, do inglês *ageism*, é o termo cunhado, em 1969, pelo gerontologista e psiquiatra norte-americano Robert Neil Butler, para referir-se ao preconceito relativo à idade (SILVA; HELAL, 2019). Na literatura também são encontrados os termos correlatos etarismo

e gerofobia. Apesar de ageísmo existir há séculos e estar disseminado em países com diferentes culturas, o conceito é considerado relativamente novo e não existe em todos os idiomas, o que pode dificultar a conscientização sobre esse fenômeno social e o processo de mudança (OPAS, 2022).

É consenso na literatura internacional que o ageísmo possui três dimensões principais: os estereótipos (pensamentos), os preconceitos (sentimentos) e a discriminação (ações ou comportamentos). Pode se manifestar nos níveis institucional, interpessoal ou contra si próprio (autodirigido) e ser expresso de forma explícita (consciente) ou implícita (inconsciente), (OPAS, 2022). Ainda, o ageísmo pode afetar três áreas distintas e inter-relacionadas: 1) preconceito social; 2) trabalho; e 3) práticas e políticas institucionais (BUTLER, 1980).

Considerando suas interfaces com outras áreas, o ageísmo está inserido no campo de estudos sobre diversidade, tem sido tratado de modo interdisciplinar e é objeto de estudo de diferentes áreas, especialmente a Psicologia, a Administração, a Demografia, a Geriatria e a Comunicação (HELAL; VIANA, 2021). Na literatura, predomina, na maior parte das pesquisas, o uso do termo associado ao preconceito contra idosos, grupo no qual esse fenômeno é mais evidente (BUTLER, 1980; PALMORE, 2004; NELSON, 2009; TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

O ageísmo contra idosos tem sido analisado a partir de diferentes teorias acerca do envelhecimento que, em comum, criticam a visão homogeneizadora desse processo associado aos estereótipos de improdutividade, inutilidade, declínio físico (BUTLER, 1980; CHANG *et al.*, 2021). O envelhecimento é um processo natural, universal (OPAS, 2022), singular, multifacetado, dinâmico, progressivo, irreversível, contínuo, e que pode ocorrer de forma acelerada para alguns ou de forma gradativa para outros, sendo influenciado por um conjunto de fatores históricos, sociais, culturais, biológicos, econômicos etc. (SILVA; HELAL, 2019). Tal processo inclui não somente alterações fisiológicas provocadas por desgaste do organismo ao longo da vida e perda de funcionalidades, como outras alterações que envolvem todas as dimensões da vida humana, no campo pessoal e nas interações sociais (FERREIRA; LEÃO; FAUSTINO, 2020).

Importante ressaltarmos que dados demográficos sobre o envelhecimento global revelam que as mulheres têm vivido mais do que os homens e representam a maioria das pessoas na população de idosos (SALGADO, 2002; CEPELLOS, 2021). Os pesquisadores têm discutido esse fenômeno demográfico mundial com o nome de feminização ou feminilização do envelhecimento (CEPELLOS, 2021; VIEIRA; CEPELLOS, 2022). “A velhice se feminilizou, converteu-se em um assunto de mulheres”, pois as mudanças físicas e problemas relacionados ao envelhecimento afetam especialmente as mulheres que são discriminadas pela idade e enfrentam muitos desafios em uma sociedade que é sexista e gerofóbica (SALGADO, 2002). No processo de envelhecimento, as mulheres enfrentam o preconceito de idade que está composto pelo sexismo e a dupla mensagem que considera velha a mulher mesmo quando ela tem idade inferior à do homem. Igualmente, quando comparadas com os homens mais jovens ou idosos, ou com as mulheres mais jovens, as mulheres mais velhas são as mais afetadas pelas múltiplas formas de discriminação (OPAS, 2022).

Assim, muitas mulheres se encontram em uma situação considerada de duplo risco: estão subjugadas pelas normas patriarcais que reforçam a desigualdade de poder entre homens e mulheres, e se preocupam em se manter jovens, o que as colocam em desvantagem por perder mais rapidamente o *status* em comparação com os homens (OPAS, 2022). Esse duplo risco justifica avaliações distintas sobre a aparência de homens e mulheres idosos. Na sociedade, os homens mais velhos são vistos como “durões, rudes e viris”, e as rugas, cabelos brancos ou calvície não comprometem a imagem masculina, que, pelo contrário, torna-se até mais distinta e atrativa, traduzidas essas características por maior experiência, sabedoria, poder (OPAS, 2022). Diferentemente dos homens, as rugas e os cabelos grisalhos femininos sinalizam a “decadência” para a mulher (SALGADO, 2002).

Notavelmente, a categoria velhice é socialmente construída ao longo do tempo e está relacionada com a queda das taxas de mortalidade e o aumento da expectativa de vida, bem como com a concepção de que o processo de envelhecimento sofre a influência do ambiente, do estilo de vida e da condição social. Esses fatores combinados podem acelerar ou retardar a chegada na terceira idade em idades muito diferentes para as mulheres, não sendo homogênea a experiência do envelhecimento entre as mulheres e, portanto, difícil precisar se a mulher é velha aos 60, 65 ou 70

anos (DEL PRIORI, 2014). Também no mercado de trabalho parece não existir um consenso na literatura quanto à idade na qual a mulher é considerada “velha”; uns vão dizer que é a partir dos 40 anos, enquanto outros, depois dos 50 anos. Apesar da constituição da feminização do envelhecimento poder ocorrer em diferentes categorias de idade das funcionárias, ela é maior entre as faixas etárias mais jovens (menos de 25 anos) e mais velhas (com mais de 45 anos) (CEPELLOS, 2018; CEPELLOS, 2021).

Cepellos e Tonelli (2022) consideram importante analisar o contexto no qual estão inseridas as mulheres para entender a influência que ele exerce no envelhecimento feminino. Assim, o sentido que tem o envelhecimento para a mulher brasileira está influenciado pela cultura brasileira, que transforma o corpo biológico que é “natural”, em um corpo distintivo: “o corpo como capital” (GOLDENBERG, 2011). Determinado tipo de “corpo” (magro, jovem, em boa forma, sexy) é uma importante forma de capital físico, simbólico e social. Além de representar uma riqueza desejada pela classe média e outros estratos sociais, esse corpo é visto como um meio para ascensão social e uma importante forma de capital nos mercados de trabalho, de casamento e de erotismo (GOLDENBERG, 2011).

Contudo, Vieira e Cepellos (2022) ressaltam que normalmente os estudos que tratam da questão de gênero evidenciam a preferência nas organizações por corpos masculinos, brancos, magros, disciplinados e produtivos. Contudo, não somente o gênero é importante como a idade para explicar as relações assimétricas de poder no contexto organizacional. As organizações têm uma estrutura que não é neutra em termos de gênero, ao contrário, há um pressuposto de que o trabalhador é um homem. Uma evidência disso é que, nos processos organizacionais, permeiam imagens do corpo e da masculinidade do homem, que assumem nesse contexto um caráter universal e indefinido, o que contribui para a marginalização das mulheres e a manutenção da segregação de gênero nas organizações (ACKER, 1990).

Nesse sentido, à luz das contribuições dos estudos feministas e de gênero que discutem a opressão das mulheres e as desigualdades de gênero numa sociedade patriarcal e capitalista, a categoria analítica universal de “Mulher”, fundamentada na “diferença” em relação ao homem, para se contrapor à categoria “Homem”, que é

usada no sentido universal quando se quer referir a todos os seres humanos, não é suficiente para explicar as demandas específicas das diversas mulheres ordinárias. Essa categoria de “mulher”, como uma classe homogênea, não explica a “diferença” dentro da diferença (mulheres negras, pobres, indígenas, lésbicas, transexuais etc.) quanto às suas reivindicações, sendo substituída pela categoria analítica “mulheres” na história do feminismo (PEDRO, 2005). A categoria “mulheres” permite pensar o fenômeno do ageísmo, que tem emergido nas atuais pautas feministas, na interseccionalidade com a idade, raça, classe social, idade e orientação sexual, entre outras (ZIRBEL, 2021).

Entre as correntes feministas que criticam a visão universal e única da mulher branca, heterossexual e de classe média, existem aquelas que consideram o reconhecimento das diferenças, defendido pelas feministas multiculturalistas e que passou a dominar o debate na década de 1990, sozinho não era suficiente para garantir a efetivação de uma sociedade justa, a menos que fosse objeto de ações afirmativas (BRESSIANI, 2020). Assim, a dimensão econômica das injustiças sociais volta a ser incluída no debate, pois, sem redistribuição material não é possível haver igualdade de participação na vida social e nem tão pouco o reconhecimento de padrões não hierárquicos de valoração cultural (FRASER; ARUZZA; BHATTACHARYA, 2019).

Fraser (2007) propõe como alternativa para integração entre reconhecimento e redistribuição considerar o reconhecimento como uma questão de *status social*, o que significa compreender que os padrões institucionalizados de valoração cultural produzem efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais, sendo, portanto, necessário distinguir as identidades livres e democraticamente elaboradas das identidades que tratam os seres humanos como objetos e que são excludentes. Nesse sentido, para compreender a opressão de gênero é central fazer a distinção entre trabalho produtivo que visa ao lucro e o trabalho reprodutivo que não é pago pelo capital. Dado que nas sociedades capitalistas o trabalho tem por essência e finalidade o dinheiro, quem cuida do trabalho da reprodução social, normalmente as mulheres, não gozam de status social, ficando relegadas a uma posição de subordinação (FRASER; ARUZZA; BHATTACHARYA, 2019; BRESSIANI, 2020).

Há de salientarmos ainda, na história dos movimentos feministas, a importância da obra da filósofa francesa Simone de Beauvoir, o *Segundo Sexo*, publicada em 1949, que difundiu as matrizes teóricas do feminismo contemporâneo (SCAVONE, 2001). Nessa obra que está contida sua célebre frase: “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, Beauvoir (1980) se opõe à concepção natural da diferença entre os sexos defendida pelo discurso científico e constrói uma narrativa, desmistificando que a forma de estar no mundo para as mulheres, considerada a “essência feminina” não era determinada biologicamente, mas representava uma construção cultural produto da dominação do homem (PEREIRA, 2004; ZIRBEL, 2021). Beauvoir critica a apropriação que a ideologia capitalista e patriarcal faz do discurso biologizante para justificar que a subordinação da mulher decorre da sua inferioridade “natural”, o que condiciona o seu papel social sempre ligado econômico e socialmente à reprodução, sendo mantida e explorada essa relação no discurso dominante do patriarcado (ANDRADE, 2021).

Como reflexo desse cenário, as mulheres no processo de envelhecimento enfrentam barreiras no mercado de trabalho para inserção, permanência e progressão em suas carreiras em função do preconceito de gênero e idade (CEPELLOS, 2021). Ademais, as mulheres, em comparação aos homens, permanecem por menos tempo no mercado de trabalho, têm ganhos inferiores e suas chances de ter aposentadoria ou poupança substancial são menores (OPAS, 2022). Essas situações de discriminação vivenciadas pelas mulheres são exemplos de manifestação do ageísmo institucional no contexto organizacional. As leis, políticas e práticas sociais refletem as crenças sexistas e gerofóbicas de uma sociedade que dá ênfase à produtividade e ao atrativo sexual e físico (SALGADO, 2002), sendo essas crenças justificadas por ideologias que restringem as oportunidades e prejudicam sistematicamente os indivíduos com base no critério da idade (OPAS, 2022). Desse modo, as regras normativas que fazem parte da cultura de uma sociedade podem contribuir para normatizar o preconceito e institucionalizar a discriminação. A naturalização do preconceito contra os idosos numa sociedade torna sua propagação rápida e automática porque, diferentemente de outros preconceitos, as normas sociais não repreendem ou censuram o ageísmo de forma severa (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

A despeito de o ageísmo ser um fenômeno normalizado, que, na intersecção com gênero, afeta mais as mulheres idosas (OPAS, 2022), constatamos que ainda são poucas as pesquisas que tratam o impacto do sexismo e do ageísmo na velhice na perspectiva de gênero. No Brasil, os recentes estudos que fazem a interseccionalidade do ageísmo e gênero têm priorizado a mulher executiva que trabalha em cargos gerenciais nas organizações (CEPELLOS, 2021; CEPELLOS; TONELLI, 2022; VIEIRA; CEPELLOS, 2022), ou abordam esse fenômeno numa perspectiva da “mulher universal” (GOLDENBERG, 2011; GOLDENBERG, 2012), deixando à margem dos debates, ao passo que invisibiliza, as mulheres ordinárias, ou seja, aquelas cidadãs “comuns”, mais simples, cujas histórias são marcadas por intempéries e, acima de tudo, lutam para sobreviver frente às complexidades e atrocidades do sistema capitalista (NATT, 2019). Assim, a autora salienta que estudos com indivíduos ordinários, como é o caso desta pesquisa, devem suplantar a análise da relação entre dominantes e dominados no modo de produção capitalista, no sentido de buscar conhecer as estratégias que as mulheres mais simples utilizam para sobreviver e permanecer em cenários cada vez mais competitivos com o capital concentrado nas mãos de poucos (NATT, 2019).

Considerando as discussões previamente traçadas nas quais o envelhecimento do corpo da mulher é marcado por um latente processo de ageísmo naturalizado na sociedade, cujas regras, normas, leis, políticas e práticas institucionais refletem suas crenças sexistas e gerofóbicas, dando ênfase à produtividade, juventude e atratividade, emerge-se como questionamento norteador do presente estudo: **como o envelhecimento e o ageísmo são percebidos por mulheres ordinárias?**

1.1 Objetivo Geral

Considerando os apontamentos previamente expostos e a problemática que envolve este estudo, o objetivo geral da pesquisa é analisar de que forma o envelhecimento e o ageísmo são percebidos a partir do discurso de mulheres ordinárias, com idade igual ou superior a 45 anos, no que tange às relações de trabalho no contexto brasileiro.

1.2 Objetivos específicos

- a) Analisar a percepção que as mulheres com idade igual ou superior a 45 anos têm em relação às formas de expressão (explícita e implícita) do ageísmo no contexto profissional;
- b) Analisar, a partir do discurso dessas mulheres, como os diferentes níveis de manifestação do ageísmo (institucional, interpessoal, contra a si própria) agem entre si;
- c) Identificar as principais estratégias de resistência que as mulheres utilizam para enfrentar o ageísmo no trabalho.

1.3 Justificativas do estudo

A relevância acadêmica desta pesquisa tem por objetivo preencher a lacuna de estudos nacionais sobre o ageísmo, evidenciada na revisão da literatura, pois esse fenômeno tem sido predominantemente pesquisado em países ricos, sendo necessário ampliar os conhecimentos sobre o fenômeno do ageísmo na perspectiva dos países pobres ou em desenvolvimento (OPAS, 2022). Helal e Viana (2021) identificaram a lacuna de estudos sobre o ageísmo em língua portuguesa e no Brasil e sugeriram o desenvolvimento de mais estudos empíricos para abordar as diferentes facetas desse fenômeno social.

Segundo Chang *et al.* (2020), na literatura, houve o aumento de pesquisas sobre o ageísmo em nível individual desde a década de 1970, enquanto tem diminuído, desde 1970, os estudos referentes ao ageísmo estrutural. Essa constatação é percebida pelos pesquisadores com preocupação, pois limita o reconhecimento do papel central que a sociedade desempenha na promoção e na manutenção da discriminação contra a população idosa. Sendo assim, esses autores apontam a necessidade de novas pesquisas sobre as maneiras pelas quais o preconceito de idade afeta os indivíduos mais velhos, infiltrando-se nas interações dinâmicas da vida cotidiana, bem como, a partir dos estudos de interseccionalidade que buscam entender melhor como os sistemas de poder que se cruzam, reforçam o preconceito de idade (CHANG *et al.*, 2020).

Da mesma forma, Teixeira, Souza e Maia (2018) enfatizam a necessidade da realização de novos estudos para investigar o ageísmo sutil e seus mecanismos legitimadores, pois defendem que apenas estudos dessa natureza permitem uma proximidade com a realidade atual e as novas formas de preconceito contra os idosos.

A escassa produção acadêmica que faz a interseção entre ageísmo e gênero se revelou uma lacuna importante na literatura, pois, de acordo com Cepellos (2021), a maioria das pesquisas trata o envelhecimento de homens e de mulheres de forma homogênea, sem considerar as especificidades de cada gênero. Essa padronização nos estudos, segundo a pesquisadora, não beneficia as mulheres, que, no contexto do trabalho, sentem-se mais vulneráveis aos efeitos do envelhecimento do que os homens, visto que elas são avaliadas o tempo todo por sua capacidade física de trabalho, aparência, domínio de conhecimentos e habilidades, tanto pelos homens quanto por outras mulheres mais jovens.

O Relatório Mundial sobre o Idadismo (OPAS, 2022) também recomenda que o ageísmo seja pesquisado junto a outros “ismos” (sexismo, capacitismo e o racismo) com implicações para as ações adotadas no combate ao preconceito de idade. Silva *et al.* (2021) identificam lacunas de estudos sobre o ageísmo e sugerem, entre algumas perspectivas, estudos que incluam outras variáveis como raça, gênero, deficiência e classe social, sendo a perspectiva do gênero objeto de análise do presente estudo.

Além disso, foi possível observar na literatura que, a despeito de a maioria dos estudos e políticas sociais discutirem o ageísmo pela vertente da inclusão social, (TAVERNIER *et al.*, 2019); Envelhecimento ativo (OPAS, 2005); a Década do Envelhecimento Saudável (OPAS, 2020); Relatório Mundial sobre o idadismo (OPAS, 2022); Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), os argumentos que utilizam, em geral, pautam-se pela lógica econômica, da produtividade, tendo em vista a nova configuração demográfica e as demandas geradas pela sociedade do conhecimento.

Embora com diferentes ênfases sobre o fenômeno, diversos pesquisadores analisam que há uma contradição entre o discurso da inclusão social para combater o ageísmo e as práticas no ambiente organizacional, visto que, pela lógica da produtividade, os

idosos são discriminados no mercado de trabalho e dentro das organizações com base nos estereótipos de idade (SALGADO, 2002; LIMA; HELAL, 2013; CEPELLOS; TONELLI, 2017; FRANÇA, 2017; ZIGER; FILIPPIM; BELTRAME, 2017; CEPELLOS; 2018; SILVA; HELAL, 2019; PAIVA; SOBREIRA; LIMA, 2019; KAI; LOURENÇO; FERNANDES, 2020; HANASHIRO; PEREIRA, 2020; CEPELLOS, 2021; VIEIRA; CEPELLOS, 2022).

Nesse sentido, a pesquisa visa contribuir com a literatura da área, discutindo o fenômeno do ageísmo, que é pouco pesquisado, especialmente na interseção com o gênero, dando voz às mulheres mais velhas, que são afetadas por políticas e práticas sociais aparentemente neutras, que legitimam o preconceito de idade no contexto organizacional.

No que se refere à relevância da pesquisa para as organizações, a abordagem dessa temática se justifica pelo objetivo de analisar quais práticas e políticas normalizadas no mercado de trabalho e nas organizações têm contribuído para manter o preconceito de idade, em oposição ao discurso das políticas de inclusão da população idosa, especialmente, feminina.

Ainda, de acordo com Cepellos e Tonelli (2017), as mudanças demográficas e no regime de aposentadoria trouxeram impactos para as organizações que, em um futuro próximo, terão que enfrentar o desafio de lidar com um novo padrão etário do trabalhador e com as pressões do mercado de trabalho para inserir a população idosa. Sendo assim, as organizações precisam se preparar para receber a população idosa, adotando práticas de gestão da idade e medidas que reduzam o preconceito de idade.

Além disso, Paiva, Sobreira e Lima (2019) consideram que a maneira como os indivíduos de todas as idades é percebida pelos colegas e gestores pode influenciar importantes decisões organizacionais que vão afetar o desempenho da empresa e o estilo de vida dos seus funcionários. Portanto a identificação da existência de preconceitos contra idade pode ajudar a conter a proliferação do preconceito, reduzir conflitos intergeracionais e eliminar estereótipos negativos.

Para Cepellos (2021), são muitas as feições de quem enfrenta o fenômeno da feminização do envelhecimento. Em geral, são mulheres que desempenham, concomitantemente ao trabalho, diversos papéis sociais e sofrem duplamente discriminação de gênero e de idade no contexto do trabalho. Para minimizar os efeitos do envelhecimento, as organizações deveriam conhecer as necessidades das mulheres em processo de envelhecimento e adotar estratégias de transformação no contexto do trabalho, pois, segundo Cepellos (2022), os espaços organizacionais foram concebidos para o trabalhador homem.

Quanto à relevância social da pesquisa, foi possível constatar, por meio da revisão da literatura, que a sociedade precisa debater mais o fenômeno do ageísmo feminino que se manifesta de forma sutil e velada através de políticas e práticas sociais que legitimam as desigualdades de gênero e a manutenção de uma sociedade patriarcal. Nesse sentido, a pesquisa poderá trazer contribuições para o debate social do fenômeno do ageísmo na intersecção com o gênero, que, de acordo com o Relatório Mundial sobre o Idadismo (OPAS, 2022), é necessário para o processo de conscientização da sociedade acerca do preconceito de idade e promover mudanças.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentamos a abordagem teórica que suporta a discussão ora proposta a partir das temáticas tendo como ponto central discussões que emergem a partir do ageísmo e de abordagens de correntes feministas de estudos de gênero.

2.1 Sobre Ageísmo: aspectos históricos e conceituais

O termo ageísmo, que é um neologismo derivado da palavra em inglês “*ageism*”, cuja tradução para o português é etarismo ou idadeismo, foi usado pela primeira vez, em 1969, para se referir ao preconceito de idade pelo gerontologista e psiquiatra americano Robert Neil Butler (SILVA; HELAL, 2019; SILVA *et al.*, 2021). Butler (1969) afirmou, naquela época, que, assim como o preconceito racial e de classe social são conceitos mais conhecidos e debatidos, outra forma de intolerância social precisa deixar de ser ignorada pela sociedade: a discriminação etária ou preconceito de idade entre os diferentes grupos etários, isto é, de uma faixa etária em relação a outras faixas etárias.

Para denunciar algumas práticas ageístas na sociedade americana, Butler (1969) apresentou o caso da *National Capital Housing Authority* (NCHA), agência de habitação pública do Distrito de Columbia, que, em janeiro de 1969, realizou audiências públicas para expor sua proposta de compra de um prédio de grandes dimensões físicas, localizado em *Chevy Chase* que seria destinado a abrigar idosos pobres.

Butler (1969), analisou os argumentos da comunidade rica de *Chevy Chase*, representada por pessoas na faixa da meia idade, que eram contrárias ao projeto da NCHA para a região, desvelando, por trás dos argumentos utilizados por essas pessoas, o complexo entrelaçamento dos preconceitos de idade, de classe social e racismo. Nesse sentido, Butler foi também um precursor na abordagem do fenômeno de discriminação de idade, fazendo a interseccionalidade com outros tipos de preconceito social.

Para Butler (1969), usando como exemplo o caso da *Chevy Chase*, “explorar a intolerância da idade, não significa minimizar outras manifestações marcantes da discriminação racial e de classe observadas nesse contexto”. Contudo, o envelhecer representa o grande adormecido na sociedade americana (BUTLER, 1969). O gerontólogo explica que a população americana está envelhecendo e que as projeções de aumento da população idosa para o próximo milênio exigem um despertar da sociedade americana para a nova realidade demográfica que se aproxima. Na América estão sendo ignoradas as condições reais de existência dos idosos, bem como estão sendo negligenciadas políticas de proteção e cuidado com a população idosa, o que denota, na visão de Butler (1969), um caráter negativo para a cultura do país.

Dessa forma, quanto ao seu significado original, o termo ageísmo foi criado “para se referir ao preconceito sobre qualquer idade”, mas, nos estudos nacionais e internacionais sobre gerações e mercado de trabalho, esse termo e seus correlatos estão direcionados à população mais velha (SILVA *et al.*, 2021). Também em seu artigo seminal, Butler (1969), mesmo sem ter delimitado uma faixa etária específica, deu maior ênfase à discriminação etária contra os idosos na América em função dos estereótipos negativos associados ao envelhecimento.

Desde Butler (1969), novos conceitos para o ageísmo foram sendo apresentados na literatura. Palmore (2004), partindo da definição de ageísmo como “qualquer preconceito ou discriminação contra ou a favor de qualquer grupo etário”, delimitou o conceito para se referir a discriminação e preconceito contra pessoas idosas. O ageísmo é considerado o terceiro grande “ismo” da sociedade, a terceira forma de discriminação mais prevalente no mundo ocidental, perdendo apenas para o sexismo e o racismo (PALMORE, 2004; TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018; CEPellos, 2018; PAIVA; SOBREIRA; LIMA, 2019).

Teixeira, Souza e Maia (2018) ressaltam que o ageísmo se diferencia de outros tipos de preconceito em dois pontos. O primeiro deles é que todos, indistintamente, um dia pertencerão a esse grupo, no caso de alcançar uma vida longa. O segundo ponto é a forma sutil e implícita como se manifesta esse preconceito contra as pessoas idosas, de tal forma que o indivíduo pode não ter o controle consciente sobre o teor

preconceituoso do seu pensamento e do comportamento de discriminação contra os membros desse grupo (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Para entender a origem do ageísmo, Nelson (2009) analisa, a partir da história, que nem sempre os idosos foram vistos de forma negativa pelos mais jovens, mas que determinados acontecimentos teriam influenciado a mudança da imagem antes positiva que se tinha dos mais velhos nas sociedades que antecederam às sociedades industriais. Nos registros bíblicos, por exemplo, a população acreditava que as pessoas mais velhas eram prediletas de Deus e que o prolongamento de suas vidas era por um designo divino. Também, no século XVIII a sociedade tinha um grande respeito pelas pessoas mais velhas que, pelo fato de terem maior experiência de vida e conservar memórias mais longas, eram vistas como sábias e por essa razão tinham mais poder. Nesse contexto, os idosos ocupavam papéis importantes nas vilas e cidades em que viviam, exercendo a função de historiadores e eram valorizados também por suas memórias pelos mais jovens que pediam conselhos para a tomada de decisões importantes, tanto no âmbito privado como no coletivo (NELSON, 2009).

De acordo com Nelson (2009), dois eventos importantes na história afetaram o *status* e o poder que tinham os idosos nas sociedades: o advento da mídia impressa e a Revolução Industrial. O surgimento da mídia impressa tornou possível realizar o compartilhamento em massa, na forma escrita, a qualquer momento, de informações e de conhecimento histórico que antes ficavam restritos à memória dos idosos (NELSON, 2009).

Já a Revolução Industrial teria provocado uma ruptura na tradição que existia nas sociedades primitivas, pré-históricas, agrárias e rurais, de muitas gerações de uma mesma família morarem na mesma casa, ambiente no qual era propício o fortalecimento dos vínculos familiares entre os membros de diferentes faixas de idade, e os idosos, por terem uma maior ascensão sobre a família, tinham o poder para tomar as decisões familiares. Todavia, a necessidade imposta pelo novo modo de produção levou as pessoas a buscar empregos nas fábricas fora do local de suas residências ou até mesmo em outras cidades, separando os idosos, que, de modo geral, não puderam acompanhar seus familiares nessas mudanças. O distanciamento físico do idoso com a família gerou entre os membros mais jovens e ativos da família um

ressentimento em relação aos membros mais velhos que eram vistos como um fardo porque contribuíam pouco nas despesas familiares (NELSON, 2009).

A flexibilidade da família para se adaptar a habilidades e exigências do local de trabalho e de mudar para outros lugares onde existam oferta de empregos foi transformada na condição de mais-valia no contexto da Revolução Industrial (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Para discutir o declínio do prestígio social dos idosos com a mudança das sociedades agrárias para as sociedades industriais, Cuddy e Fiske (2002), argumentam, com base na teoria da modernização, que as transformações na estrutura social prejudicaram o *status* do idoso na sociedade, e as principais mudanças que contribuíram para isso foram a institucionalização da aposentadoria (reduzindo consideravelmente a margem de contribuição financeira do idoso); o surgimento de novas especialidades profissionais ligadas aos avanços tecnológicos; e o enfraquecimento dos vínculos familiares em decorrência da urbanização e saída dos membros da família por exigências do trabalho.

O uso da teoria da modernização pode ter feito sentido para explicar o ageísmo nas sociedades industriais, mas não o explica na sociedade atual, pois o aumento da modernização, pelo contrário, pode elevar o *status* das pessoas mais velhas (TAVERNIER *et al.*, 2019). Como exemplo, os autores citam os idosos do leste da Ásia que tradicionalmente têm um status mais elevado na sociedade e, ao mesmo tempo, demonstram possuir mais estereótipos negativos. A principal limitação da teoria da modernização para compreender o ageísmo na sociedade é que ela explicava o *status* social das pessoas mais velhas, mas não o preconceito de idade. Por serem fenômenos de natureza distintas, o preconceito de idade pode incluir visões positivas e negativas dos idosos, e o alto status social das pessoas idosas não significa ausência de preconceito, assim como a perda de *status* elevado pode não significar maior preconceito de idade (TAVERNIER *et al.*, 2019).

Nesse contexto, é importante considerarmos que a análise do declínio do *status* dos idosos na sociedade não seja em relação ao aumento da idade, mas considerada enquanto um sintoma de individualização, processo pelo qual as pessoas são

julgadas por quem elas são, e não pela faixa de idade da qual fazem parte. Por essa perspectiva, os autores argumentam que tanto o preconceito de idade quanto os estereótipos relacionados ao status social de uma faixa etária podem ser reduzidos com o aumento da individualização na sociedade, uma vez que o foco passa a ser no indivíduo, e não em relação ao grupo social ao qual ele pertença (TAVERNIER *et al.*, 2019).

Além disso, Tavernier *et al.* (2019) ressaltam que, nas sociedades industriais, o idoso foi excluído do trabalho remunerado, porque a gestão científica priorizava o trabalho físico, repetitivo, acelerado. Com a ascensão da economia do conhecimento, houve a revalorização do conhecimento e das habilidades adquiridas com a experiência, afetando as políticas sociais e a evolução do mercado de trabalho no sentido da inclusão dos idosos. Nesse novo cenário, o setor de serviços passou a ser o principal setor de emprego, e a gestão científica foi substituída por uma gestão integrada ao nível do chão de fábrica, cujo foco maior foi dar maior autonomia aos funcionários e controlar o trabalho com o objetivo de evitar danos à saúde dos trabalhadores (CUDDY; FISKE, 2002).

Tavernier *et al.* (2019) sublinham ainda o argumento de que, na sociedade industrial, existia uma segregação etária devido à institucionalização do curso de vida que era dividido em três fases: educação, trabalho e pensão. Na sociedade atual, para atender às demandas emergentes do mercado de trabalho e da nova configuração demográfica mundial, as políticas sociais foram direcionadas no sentido de reintegrar a participação dos idosos no mercado de trabalho e de retardar sua aposentadoria (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Nesse contexto, a diminuição da população ativa e a ameaça da possível escassez de pessoas com habilidades para suprir às demandas do mercado, somadas às preocupações em relação à sustentabilidade dos sistemas de bem-estar social, foram os principais fatores responsáveis pelo incremento de trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho. Por conseguinte, a transição do curso de vida, da fase do trabalho para a aposentadoria, está se tornando cada vez mais fluida influenciada pela crença do envelhecimento ativo de que as pessoas mais velhas devem ser, além de ativas, produtivas e engajadas na força de trabalho (TAVERNIER *et al.*, 2019).

Assim, para Tavernier *et al.* (2019), como resultado desse processo, desaparece a separação entre as fases trabalho e pensão do curso de vida, revertendo a segregação etária com a maior participação do idoso no trabalho. Esse argumento, segundo os autores, é sustentado pela mudança no discurso da política do envelhecimento para o envelhecimento ativo, em que o estado de bem-estar deixa de apenas proteger os idosos do ageísmo por meio da redução da pobreza entre as gerações mais velhas, como também potencializa que os idosos se tornem mais ativos para a sociedade, com maior participação no mercado de trabalho, o que está correlacionado a um alto status social dos idosos.

Notadamente, na literatura acerca da temática, é possível encontrarmos argumentos com ênfase na produtividade do idoso para diminuir o ageísmo (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018). Além dos aspectos históricos que continuam influenciando o ageísmo na sociedade atual, os motivos mais evidentes que são usados para justificar a manutenção do preconceito de idade estão vinculados à falta de correspondência e de adequação dos idosos aos padrões socialmente compartilhados, no que se refere ao ideal de produtividade, no culto à juventude e no avanço tecnológico (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Essas crenças ageístas na sociedade, segundo Butler (1980), transformaram o envelhecimento que é um processo natural em um problema social, afetando a vida do idoso em vários aspectos que se distinguem e estão inter-relacionados: 1) preconceito social em relação ao envelhecimento que se manifesta no nível interpessoal e contra a si mesmo; 2) práticas de discriminação contra os idosos no trabalho e em outros papéis sociais; e 3) práticas e políticas institucionais que reforçam crenças estereotipadas sobre o idoso, o que reduz suas oportunidades de ter uma vida satisfatória e com dignidade.

As implicações que o ageísmo trazem à vida do idoso são investigados, de forma multidisciplinar, por diferentes áreas do conhecimento, especialmente a Psicologia, a Administração, a Demografia, a Geriatria e a Comunicação (HELAL; VIANA, 2021). Na área da saúde, em particular na Geriatria, em que o termo surgiu pela primeira vez, pesquisadores têm verificado que os estereótipos que caracterizam as pessoas mais

velhas como inúteis, dependentes, improdutivas podem trazer prejuízos à saúde dos idosos (BUTLER, 1980; CHANG *et al.*, 2021).

Na revisão sistemática da literatura realizada por Chang *et al.* (2020) dos estudos que analisam o impacto do ageísmo na saúde, a maioria deles realizada na América do Norte ou Europa (78, 2%) e publicados desde 2000, o preconceito de idade afetou negativamente a saúde em toda a geografia e tempo em todos os 45 países e em todos os 6 continentes em que esses estudos foram desenvolvidos. Nos estudos analisados, o ageísmo afetou principalmente 11 domínios de saúde, sendo que quatro deles são estruturais inerentes ao funcionamento de instituições ou organizações sociais: (1) acesso negado a cuidados de saúde; (2) exclusão de ensaios clínicos; (3) vidas desvalorizadas (avaliação por idade para o racionamento de recursos sociais); e (4) falta de oportunidades de trabalho. Os outros sete referem-se aos domínios de saúde individuais: (1) longevidade reduzida; (2) baixa qualidade de vida; (3) relacionamentos sociais ruins; (4) comportamentos de saúde de risco; (5) doença mental; (6) comprometimento cognitivo (avaliada pela cognição ao longo do tempo); e (7) doença física (CHANG *et al.*, 2020).

Na literatura nacional, os estudos recentes desenvolvidos associando saúde ao ageísmo centraram suas análises na manifestação explícita do ageísmo no contexto da pandemia da COVID-19¹, trazendo à tona questões bioéticas e de defesa dos direitos humanos dos idosos (LIMA *et al.*, 2020; SOARES *et al.*, 2021; MANSO *et al.* 2021). Nesse contexto, Soares *et al.* (2021) salientam ser necessário compreender a história da discriminação etária na saúde para avaliar a repercussão do ageísmo no contexto da COVID-19. Como em outros setores da sociedade, os profissionais da área da saúde adotam atitudes ageístas no cuidado à pessoa idosa, como, por exemplo, é comum a contraindicação de algumas cirurgias ou tratamentos médicos a idosos sem considerar as chances reais de sucesso desses procedimentos (SOARES *et al.*, 2021).

¹ A COVID-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.” Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em 21/04/2022.

Além disso, segundo Soares *et al.* (2021), a oferta de diagnósticos e tratamentos de saúde é menor para a pessoa mais velha, porque há uma concepção de que as reclamações do idoso são próprias do processo natural de envelhecimento, portanto, não merecem ser investigadas. A autora considera que essa concepção seria responsável pela baixa produção de pesquisa e ensaios clínicos que incluam essa faixa etária, evidenciando o quanto pode ser prejudicial o ageísmo para os idosos.

Manso *et al.* (2021) observam que, durante as várias epidemias que aconteceram ao longo da história da humanidade, é factual recrudescerem, contra determinados grupos de pessoas, estereótipos, preconceito e discriminação. Assim, de acordo com esses autores, judeus, afrodescendentes, ciganos, orientais e homossexuais, que possuíam características distintas do grupo hegemônico, foram culpabilizados, de forma simultânea ou não, como causadores das doenças epidemiológicas, sofrendo diversos tipos de violência simbólica (marginalização, exclusão) e física (agressões e, em alguns casos, até foram vítimas de genocídio).

Para Manso *et al.* (2021), de forma semelhante ao que se viu no passado, na crise pandêmica da COVID-19, em um contexto que se caracterizou pela escassez de recursos da saúde, as ameaças simbólicas e disputas entre valores e crenças contribuíram para a emergência de discursos e atitudes ageístas contra a população idosa. A pandemia colocou em evidência o ageísmo que sempre existiu na sociedade, mas, assim como outras práticas de discriminação, manifestava-se de forma velada, tornando-se, nesse contexto, visível e normalizado (SOARES *et al.*, 2021; MANSO *et al.*, 2021).

Os estereótipos do idoso como pessoa frágil, dependente e improdutivo, baseiam-se em uma visão equivocada de homogeneização do envelhecimento cuja ênfase no critério cronológico, em detrimento do critério de idade biológica, tem influenciado os cuidados e a assistência à saúde da pessoa idosa. Isso acontece porque, enquanto o critério da idade biológica leva em conta a funcionalidade e o grau de conservação da pessoa sem relacionar diretamente sua idade em anos, a ênfase na idade cronológica generaliza a população idosa e culmina com a desvalorização da vida dos idosos (LIMA *et al.*, 2020; SOARES *et al.*, 2021).

Nesse cenário, nos discursos governamentais para justificar o ageísmo político, há o argumento de que a pessoa mais velha gera um custo social desnecessário, considerando que o seu retorno produtivo e econômico é baixo para a sociedade (MANSO *et al.*, 2021). Partindo de uma lógica capitalista econômica adotada por alguns países, como, por exemplo, Austrália, Estados Unidos e Reino Unido, as lideranças políticas foram cobradas pela sociedade em relação à adoção de medidas no combate à COVID-19, priorizando os adultos jovens e de meia-idade. Nesse sentido, os autores criticam o fato de essas medidas terem se baseado numa concepção do envelhecimento, restrita ao critério cronológico, desprezando as descobertas científicas que consideram o envelhecimento um processo diversificado, que sofre influência do contexto e de vários fatores (origens culturais, genéticas e histórias de vida e saúde), sendo, portanto, o grupo de idosos heterogêneo. Outrossim, incontáveis idosos continuam ativos e produtivos, trazendo importantes contribuições para a sociedade (MANSO *et al.*, 2021). Além disso, os autores constataram que há um contrassenso, na medida em que boa parte das lideranças políticas que trouxeram o discurso ageísta são idosos e não se reconhecem como tal, o que deixa transparecer que a velhice, além de indesejada, é negada. Tal como analisa Simone de Beauvoir (1990), o velho em nós é sempre o outro.

Na literatura acadêmica no campo da Administração, observou-se, no período analisado (janeiro de 2016 a junho de 2022), que ainda é escassa a produção científica sobre o fenômeno do ageísmo. Ademais, nos artigos nacionais, embora muitos pesquisadores não utilizem o termo ageísmo, ou um dos seus correspondentes (etarismo, idadeísmo, gerofobia), o preconceito de idade é geralmente reconhecido quando são feitas referências aos estereótipos de idade nos argumentos usados na problematização da pesquisa. Já na literatura internacional, em que o ageísmo é mais pesquisado, especialmente pelos países mais desenvolvidos (OPAS, 2022), algumas pesquisas têm se destacado como as principais referências utilizadas pelos pesquisadores nacionais para compreender os fundamentos consolidados sobre a temática: Butler (1969), Butler (1980), Palmore (2004), Nelson (2002), Acker (1990), Pereira; Souza (2016); Pereira e Vala (2010), Pereira e Vala (2011).

Segundo Butler (1969), o ageísmo pode ser destinado a diferentes grupos etários, mas, na literatura, predomina, na maior parte das pesquisas, o uso do termo

associado ao preconceito contra idosos, grupo no qual esse fenômeno é também mais evidente (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018). Na literatura nacional, essa associação também está presente na área dos Estudos Organizacionais que tem abordado o ageísmo a partir de diferentes teorias sobre o envelhecimento: Envelhecimento Ativo, Envelhecimento Saudável; Feminização do envelhecimento, Envelhecimento e a idade, Normas de idade; Múltiplas Idades; Identidade, Cultura organizacional (Elementos da Cultura), Sentidos do trabalho; Centralidade do trabalho; Ageísmo no ambiente organizacional; Percepções sobre profissionais mais velhos; Estereótipos do profissional maduro e o preconceito de idade; Mercado de trabalho (Motivação no trabalho, condições de trabalho do profissional maduro, o trabalho do profissional maduro, perspectivas de carreira); Práticas de Gestão da Idade; Renascimento Simbólico; Relacionamento intergeracional.

A despeito do ageísmo ser discutido por meio de diferentes abordagens teóricas que tratam o fenômeno do envelhecimento, é ponto comum, nas pesquisas recentes, o reconhecimento do desafio que é para as sociedades contemporâneas promover a inclusão social das pessoas mais velhas, sobretudo no mercado de trabalho, considerando as projeções demográficas para o futuro. Com base em indicadores demográficos, os pesquisadores brasileiros afirmam que o fenômeno do envelhecimento tem evoluído no país com uma velocidade muito maior do que já se observou na experiência de outros países desenvolvidos. Os principais fatores que contribuem para esse quadro de maior longevidade da população brasileira são: a melhor qualidade de vida, a redução da taxa de natalidade e de mortalidade dos idosos (HINASHIRO; PEREIRA, 2020).

Hanashiro e Pereira (2020), interpretam, a partir de pesquisas e estimativas do IBGE (2013), que, com o crescimento da população de idosos no Brasil, haverá em 2030 a perda do bônus demográfico que o país dispunha até então, quando a População em Idade Ativa (população de maiores de 15 anos e menores de 65 anos) era maior do que a população de dependentes (população de menores de 15 anos e maiores de 65 anos). Para 2030, estima-se que o aumento da população de dependentes, constituída por adultos maiores de 65 anos, será superior à população com idade abaixo de 15 anos, o que pode gerar impactos negativos para a economia do país. Diante dessa nova configuração da pirâmide etária brasileira associada às mudanças

do sistema previdenciário do país, as organizações terão de enfrentar o duplo desafio de criar estratégias para reter a população idosa no mercado de trabalho e de contratar pessoas mais velhas capacitadas e produtivas que desejam continuar ativas no mercado de trabalho (HINASHIRO; PEREIRA, 2020).

Pesquisadores da área têm discutido o fenômeno do envelhecimento, buscando ressignificar, por meio de diferentes teorias, o sentido do envelhecer para combater o ageísmo nas organizações, considerando, em suas análises, a relação com as políticas sociais mais recentes. Nesse sentido, uma das principais críticas apontadas nas pesquisas atuais é a ideia reducionista que associa o envelhecimento à idade cronológica (CEPELLOS; SILVA; TONELLI, 2019; MANSO *et al.*, 2021, SOARES *et al.*, 2021), sendo por esse critério consideradas idosas, nos países em desenvolvimento, as pessoas que estão na faixa etária de 60 anos ou mais, como é o caso do Brasil, e, nos países desenvolvidos, aquelas pessoas que estão com 65 anos ou mais, segundo estabelece a OMS.

Em oposição à noção de identificação etária a partir da idade cronológica ou da autopercepção do envelhecimento, Cepellos, Silva e Tonelli (2019), desenvolveram uma pesquisa, com aporte teórico no construcionismo social², por meio da qual constataram a não naturalidade da identificação etária para autopercepção do envelhecimento e a existência ao longo da experiência profissional de múltiplas idades³ que se relacionam. A teoria das Múltiplas Idades reconhece os aspectos psicológicos e as influências culturais, sociais, políticas e históricas na percepção que o indivíduo tem do próprio envelhecimento.

Outrossim, é possível ainda considerarmos que o fenômeno do envelhecimento é singular, multifacetado, dinâmico, progressivo e irreversível, no sentido que é

² Essa teoria permite compreender o envelhecimento como uma experiência subjetiva e tem como pressuposto o reconhecimento do indivíduo como sujeito construtor social e, como tal, constituído de poder para criar símbolos, construir sentidos por meio de suas experiências numa relação dialógica com a cultura e o contexto histórico e social no qual está inserido (CEPELLOS; SILVA; TONELLI, 2019).

³ Idade coletiva (de caráter histórico, geracional e coletiva, relaciona-se ao perfil etário do profissional no mercado de trabalho); idade moral, (implica na adoção de postura, valores e modos que correspondem a expectativa social para a idade, independentemente se estão em consonância com o desejo do indivíduo); idade corporal, (presença de sinais no corpo que evidenciam o processo de envelhecimento); idade profissional, (criação dos conceitos de idade burocrática para o setor público e de idade empresarial para o setor privado) (CEPELLOS; SILVA; TONELLI, 2019).

intrínseco à condição de finitude humana, ou seja, acompanha a pessoa do nascimento até a sua morte. Entretanto, o processo de envelhecimento é diferenciado para cada pessoa, podendo ocorrer de forma acelerada para algumas pessoas, ou de forma gradativa para outras, pois envolve um conjunto de fatores: históricos, sociais, culturais, biológicos, econômicos etc. (SILVA; HELAL, 2019). Assim, o envelhecimento é um processo natural, universal (OPAS, 2022) e que vai muito além das alterações fisiológicas provocadas por desgastes do organismo ao longo da vida e da perda de funcionalidades. Mas, além dessas transformações físicas, existem outras alterações que acompanham o processo de envelhecimento em todas as dimensões da vida humana no campo pessoal e nas interações sociais (FERREIRA; LEÃO; FAUSTINO, 2020).

Entre as mais importantes políticas públicas dirigidas à população idosa brasileira, Ferreira, Leão e Faustino (2020) citam a Constituição Federal de 1988 que incorpora o conceito de envelhecimento saudável, estabelecendo, em seus artigos 196 a 200, a responsabilidade do Estado brasileiro de prover saúde para toda a população por meio de políticas econômicas e sociais; a Lei 8.080/1990 que cria o Sistema Único de Saúde (SUS) a Lei 8.842/94, que trata da Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso; a Lei 10.741/03 que estabelece o Estatuto do Idoso; a Portaria 2.528/06 que cria a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) incorporando o conceito de Envelhecimento Ativo preconizado pela OMS em 2005.

Frente às necessidades emergentes do novo contexto demográfico, organismos internacionais e nacionais têm discutido aspectos da previdência social e sistemas de saúde. Uma das estratégias adotadas para compensar os gastos do Estado com a população idosa é trabalhar o Envelhecimento Ativo (FERREIRA; LEÃO; FAUSTINO; 2020). O conceito de Envelhecimento Ativo, desenvolvido pela OMS aborda o reconhecimento dos direitos humanos das pessoas idosas com base nos princípios de independência, dignidade, participação, assistência, autorrealização e na igualdade de oportunidades sem distinção de gênero, raça e sexo. Essa abordagem do envelhecimento apoia que as pessoas mais velhas continuem participando nos processos políticos e em outros aspectos da vida em sociedade, integrando a força de trabalho ou contribuindo ativamente para seus familiares, companheiros, comunidades (OPAS, 2005).

2.1.1 Ageísmo e contexto de trabalho

No contexto do trabalho, o discurso das políticas de inclusão e de combate ao preconceito de idade se revela contraditório com o que se vê na prática das organizações. Para Cepellos e Tonelli (2017), o ageísmo presente na sociedade influencia a percepção que os gestores das organizações têm em relação à idade das pessoas. As pesquisadoras compararam as percepções sobre o trabalhador com mais de 50 anos, dos gestores de Recursos Humanos (RH) que atuam em empresas no Brasil, com as dos gestores de RH encontradas nos estudos internacionais.

As percepções positivas comuns entre esses gestores dizem respeito aos comportamentos de maior equilíbrio emocional, fidelidade à empresa, pontualidade, frequência e capacidade de realizar diagnósticos. Em relação a percepções negativas em comum, destacam-se as limitações para o trabalho que exige esforço físico e o comportamento com menor flexibilidade para adaptação às mudanças e dificuldades com o uso da tecnologia (CEPELLOS; TONELLI, 2017).

Diferentemente dos gestores de RH do Brasil, que têm expectativas negativas quanto à aprendizagem do trabalhador mais velho, que é considerado por eles pouco criativo e desinteressado por aprender novas habilidades, Cepellos e Tonelli (2017), ressaltam que, nos estudos internacionais, há uma crença positiva quanto ao potencial de aprendizagem desse trabalhador que pode ser igualada ao potencial de profissionais de outras faixas de idade. Em contrapartida, há uma percepção negativa quanto ao interesse do profissional mais velho em participar de treinamentos por não enxergar possibilidade de recompensa pelo esforço da aprendizagem. Apesar da visão negativa dos gestores de RH em relação ao trabalhador mais velho quanto ao interesse de desenvolver novas competências e habilidades (CEPELLOS; TONELLI, 2017), Moura *et al.* (2017), sublinham que tem aumentado o interesse dos idosos por novas tecnologias para fins de aprendizagem, inserção social e lazer.

Depreende-se que a exclusão digital no contexto atual pode acarretar sérios comprometimentos em vários aspectos da vida do idoso, privando-o de oportunidades no mercado de trabalho (GOBBI; FILHO, 2015). As práticas de gestão da idade visam

minimizar os efeitos do envelhecimento no trabalho e as dificuldades de relacionamento intergeracionais e estão direcionadas ao processo de recrutamento, formação continuada, trabalho flexível, ergonomia e mudança de atitudes nas organizações (CEPELLOS; TONELLI, 2017)

Nesse sentido, as autoras pesquisaram algumas tentativas que foram realizadas nos últimos anos e apresentadas em estudos acadêmicos internacionais. As principais práticas de idade que estão sendo discutidas dizem respeito à conscientização dos membros da empresa com relação à inclusão dos trabalhadores mais velhos nas organizações, especificação do trabalho de acordo com a capacidade do profissional e formação de equipes de diferentes idades, bem como no que concerne à seleção de candidatos com idades variadas (CEPELLOS; TONELLI, 2017).

Notadamente, as práticas de gestão de idade que não estão sendo adotadas, na visão dos gestores, referem-se à saúde e ergonomia, a políticas de salário e benefícios diferenciadas aos mais velhos, plano de carreira, oferta de treinamentos e promoção de campanhas para seleção de trabalhadores mais velhos, oferta e preparação para desenvolvimento de uma atividade autônoma (CEPELLOS; TONELLI, 2017). Ademais, embora os gestores acreditem que os trabalhadores mais velhos sejam produtivos, confiáveis, pontuais, comprometidos etc, na maior parte das vezes as empresas não se mostram, na prática, receptivas quanto à contratação destes profissionais. Assim, a baixa adoção de práticas de gestão da idade nas organizações leva à reflexão sobre a existência do ageísmo institucional, no que se refere às regras, missões e práticas de discriminação contra os idosos (CEPELLOS; TONELLI, 2017).

Entre as ações sugeridas para a gestão de idade, Ziger, Filippim e Beltrame (2017), defendem a necessidade de que sejam formuladas e implementadas políticas públicas voltadas para atender às expectativas de carreira da população idosa, tendo em vista aumentar a participação ativa do idoso no desenvolvimento de uma região ou do país. O envelhecimento é um momento que provoca reflexões sobre as potencialidades físicas e experiências adquiridas ao longo da vida, e que, quando as pessoas se mantêm ativas e saudáveis, prolongam sua capacidade de continuar trabalhando (ZIGER; FILIPPIM; BELTRAME, 2017).

Lima e Helal (2013) salientam não ser apenas o fator idade limitante para a inserção e permanência do idoso nas organizações, mas também a falta de capacitação, de treinamento, a ausência de respaldo jurídico para o trabalhador idoso, bem como a nova configuração do trabalho que teve reduzida suas vagas como resultado dos processos de automação. Apesar dos estereótipos e preconceitos em relação ao trabalhador mais velho que passa a ser preterido no mercado de trabalho, Ziger, Fillipim e Beltrame (2017) ressaltam que, em uma organização, os profissionais mais velhos podem exercer influência positiva na carreira dos profissionais mais jovens por meio do exemplo, pois transmitem a mensagem de que é necessário honrar o local de trabalho como se fosse um negócio próprio, trazem valores éticos e morais e desempenham suas funções com paciência, responsabilidade, comprometimento e seriedade.

Para Cepellos (2018), as questões ligadas ao envelhecimento nas organizações ainda são recentes nos debates da área de Administração. Notavelmente, os estudos que têm se debruçado sobre a temática têm como seus principais debates: “os estereótipos do profissional maduro e o preconceito pela idade, as condições de trabalho do profissional maduro, o trabalho do profissional maduro para as Organizações e os sentidos do trabalho para o profissional maduro” (CEPELLOS, 2018).

O ageísmo no ambiente organizacional é compreendido por Silva e Helal (2019), como o reflexo do preconceito que existe na sociedade em relação ao idoso, o que acaba por gerar discriminação tanto dentro quanto fora do trabalho e o comprometimento de diversos setores de sua vida pessoal. Os autores identificam que o preconceito é reforçado por um discurso de menos valia que contribui para que o idoso seja ignorado e colocado à margem da sociedade, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho. Tal contexto é reverberado por uma lógica capitalista que coloca o trabalho em uma posição central na vida das pessoas, influenciando aspectos subjetivos e objetivos do sujeito. Por essa razão, analisam que a aposentadoria pode significar um momento de ruptura, podendo afetar a saúde do idoso e favorecer o desenvolvimento de sentimentos de inutilidade, insatisfação, solidão e baixa estima (SILVA; HELAL, 2019).

Segundo os autores, a sociedade atribui às pessoas que estão na ativa: valor, sentimentos de pertencimento, autoestima, socialização, reconhecimento, possibilidades de desenvolvimento, satisfação pessoal. Dessa forma, o trabalhador idoso que é afastado do trabalho passa a ser considerado inútil socialmente por não mais produzir riquezas, sendo desvalorizado e tendo subestimadas suas potencialidades por um discurso marcado por estereótipos e preconceitos de idade (SILVA; HELAL, 2019).

Além disso, Silva e Helal (2019), analisam que, por questões culturais e diferentes vivências no trabalho, a centralidade do trabalho não é igual para ambos os sexos. Para o homem, o trabalho ocupa um lugar mais central na vida do que para a mulher, e isso interfere na decisão do momento da aposentadoria. Apesar de Cepellos e Tonelli (2022), considerarem a centralidade do trabalho na vida das mulheres mais velhas em cargos de liderança, destacam que esse assunto é controverso na literatura, pois as mulheres de faixas etárias diferentes recebem tratamento igualitário na análise dos dados.

O ageísmo, especialmente no campo do trabalho, é um problema mundial, pois os estereótipos negativos em relação ao trabalhador mais velho podem influenciar negativamente a percepção dos empregadores sobre a sua capacidade laboral, tanto física quanto em relação ao domínio de competências profissionais, o que pode contribuir para justificar sua demissão (HANASHIRO; PEREIRA, 2020). No contexto organizacional, o ageísmo pode assumir uma forma dual, rígida (*hard*) ou suave (*soft*). Em sua forma rígida, ao contrário das proibições nas leis, o ageísmo se manifesta nas organizações em relação aos limites de idade para admissão de pessoas, ocupação de cargos, demissão ou aposentadoria compulsória. Na forma suave, o ageísmo se manifesta predominantemente na esfera interpessoal com impactos negativos para os trabalhadores mais velhos (HANASHIRO; PEREIRA, 2020). Desse modo, “os preconceitos percebidos e a ação discriminatória conjunta *hard* e *soft* – ambos são manifestações dos estereótipos e formam a base do etarismo” (p. 202). Portanto, o ageísmo constitui um “estratagema de saneamento utilizado pelas organizações” (p. 202). Assim, por trás de uma regra implícita que regula a idade ideal para ocupação de determinadas profissões e cargos, existe uma razão plausível que justifica o “saneamento etário” nas organizações, quando os gestores alegam que a organização

está passando por uma reestruturação e que o trabalhador mais velho é demitido por representar um elevado custo (HINASHIRO; PEREIRA, 2020).

Por fim, começam a surgir alguns estudos sobre o fenômeno *age/less* (“sem idades”) associado ao envelhecimento com o intuito de fazer resistência ao ageísmo. Segundo Rozendo (2022), o *age/less* é considerado uma ideologia do antienvelhecimento que tem ganhado muitos adeptos no Brasil. No entanto, recaem sobre esse fenômeno algumas críticas, no sentido de que não seria acessível a toda população, considerando a existência de desigualdades econômicas, e a ideologia liberal da cultura do individualismo própria do *age/less*, com discursos como “faça você mesmo” e “você é responsável pelo seu futuro. Com uma visão mais positiva sobre o fenômeno *age/less*, Goldenberg (2011), frisa que uma forma de não envelhecer é manter os projetos existenciais na velhice. Para a antropóloga, a busca pela felicidade, experiências lúdicas e prazerosas durante o processo de envelhecimento contribui para a quebra de tabus e normas presentes na cultura (GOLDENBERG, 2011).

2.1.2 A institucionalização do ageísmo

Para entender o que a literatura tem chamado de ageísmo institucionalizado ou estrutural, faz-se necessário expor os vários aspectos correlatos do ageísmo. Inicialmente devemos considerar que o ageísmo possui três dimensões principais: os estereótipos (pensamentos), os preconceitos (sentimentos) e a discriminação (ações ou comportamentos). Sua manifestação pode se dar nos níveis institucional, interpessoal ou contra si próprio e ser expresso de forma explícita (consciente) ou implícita (inconsciente) (OPAS, 2022).

Segundo Nelson (2009), a investigação desses aspectos correlatos do ageísmo faz parte de um dos principais focos de estudos da Psicologia Social, que sempre investigou a influência que os estereótipos e preconceitos exercem sobre o comportamento social. Entretanto, comparando os avanços de conhecimentos sobre estereótipos e preconceitos ligados a raça e ao sexismo, pouco se sabe sobre como as pessoas reagem a outro indivíduo com base na sua idade. Nesse sentido, segundo Teixeira, Souza e Maia (2018), os pesquisadores têm se preocupado em revelar os fatores que estão na base do preconceito implícito e sutil contra idosos e as

motivações que fazem com que as pessoas hostilizem um grupo do qual um dia irão pertencer, se tiverem vida longa.

Para compreender a influência dos estereótipos e preconceitos no comportamento social, Nelson (2009) apresenta uma conceituação aceita e atual na área, acerca de cada um desses aspectos que se inter-relacionam, ressaltando que, ao longo do tempo, as definições consideradas mais consensuais foram se modificando com uma tendência à simplificação à medida que o campo da Psicologia Social também foi se transformando. Assim, a definição consensual e mais simples na literatura da área para preconceito é “uma atitude negativa em relação a um grupo ou aos membros do grupo” (tradução nossa), (NELSON, 2009). Outros autores, como Pereira e Vala (2010), utilizam a definição de preconceito como “avaliação negativa sobre a natureza de uma pessoa pelo simples facto de esta ser percebida como membro de um grupo. A avaliação negativa sobre a natureza do grupo como um todo”.

O preconceito é constituído por três componentes: um afetivo, um cognitivo e um comportamental. O componente afetivo diz respeito a emoções (positivas ou não) que são sentidas e expressadas diante de uma categoria social; o cognitivo envolve estereótipos formados a partir de crenças e pensamentos generalizados sobre determinado grupo; e o comportamental se manifesta no campo das intenções, com base nas emoções e crenças, ou a ação de discriminação hostil e injustificada em relação aos membros de um grupo (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018). Assim, ele é um fenômeno social situado no campo das relações intergrupais e que, para compreendê-lo, é necessário considerar o processo de categorização social.

O processo de categorização é uma característica adaptativa do cérebro humano que, para não precisar processar o tempo todo muitas informações e liberar a cognição para trabalhos mais importantes, categoriza de forma natural e automática objetos e pessoas por meio de informações prévias sobre eles (NELSON, 2009). Quanto ao processo de categorizar outras pessoas, há três dimensões primárias ligadas à percepção social com as quais distinguimos alguém de imediato: raça, gênero e idade. Essa categorização social, referida por alguns pesquisadores como “primitiva” ou “automática”, é tão bem aprendida pela criança, desde muito cedo, que se torna automática. Porém, na visão desse autor, a categorização social do tipo automática

apresenta sérias limitações que conduzem a erros, influenciando a maneira como uma pessoa pensa a outra, tanto pela tendência de valorização do endogrupo⁴ como pela homogeneização do exogrupo (NELSON, 2009).

As pessoas começam a se perceber de uma mesma categoria, quando possuem características semelhantes entre si e são agrupadas automaticamente, distinguindo-se como um todo diferenciado de outros grupos. Nesse processo de categorização social automática, a idade é uma dimensão primária importante que passa a integrar a percepção que se tem sobre as pessoas, influenciando a formação de estereótipos e a sustentação de preconceitos. Isto é, a categorização automática, pautada nas dimensões primárias, está na base do desenvolvimento dos estereótipos sobre esses grupos, afetando a percepção, a cognição social, a formação de atitudes e a manutenção de conceitos preestabelecidos sobre cada categoria (NELSON, 2009).

Para explicar como os componentes agem entre si na gênese do preconceito, OPAS (2022), cita, por exemplo, que as crenças limitantes sobre o declínio físico da pessoa idosa desencadeiam o sentimento de pena, que é um dos sentimentos mais comuns de preconceito contra os idosos, que, por sua vez, provoca o desejo de se distanciar das pessoas mais velhas. Por outro lado, adultos mais jovens podem gerar sentimentos de medo ou repulsa em outras faixas de idade, geralmente pela suposição de que são delinquentes ou criminosos.

Segundo Nelson (2009), geralmente os estereótipos são definidos como traços que distinguem grupos sociais ou membros individuais que pertencem a esses grupos, e que, por sua vez, diferenciam os grupos entre si. Entretanto, de uma forma mais simples, podem ser definidos como traços que vêm imediatamente à nossa mente quando pensamos nos grupos. Para Teixeira, Souza e Maia (2018), os estereótipos são crenças que controlam nossas expectativas a respeito de grupos sociais e que estão relacionadas a uma disposição humana de classificar objetos, pessoas, eventos em categorias.

⁴ Para Camino, Machado e Pereira (2001), a discriminação adquiriu hoje formas mais sutis, assim, em determinados países ocidentais, o preconceito não se expressa mais pela atribuição de características negativas, mas pela negação de atributos positivos ao grupo-alvo.

Entre as várias definições aceitas para estereótipo, Crandal (2005), discute a correlação entre as crenças do grupo com as normas sociais percebidas, o que sugere, na sua visão, que estereótipos e preconceitos são normas sociais. Sendo assim, os estereótipos são mantidos e expressos em contextos sociais que as pessoas consideram apropriados.

Segundo o OPAS (2022), os estereótipos relacionados com a idade, por serem definições generalizáveis e inexatas que variam de positivas a negativas, podem ser prejudiciais e afetar múltiplas regiões e culturas. É o caso, por exemplo, de alguns países da Europa, Ásia e América do Sul e do Norte, onde as pessoas idosas recebem estereótipo de calorosas (positivo) e de incompetentes (negativo), enquanto os adultos mais jovens são estereotipados como altamente competentes (positivo), mas frios (negativo). O quadro 1, a seguir, apresenta um catálogo dos estereótipos dos jovens e idosos identificados em diferentes ambientes institucionais e países (OPAS, 2022).

Quadro 1 - Catálogo de estereótipos identificados em diferentes ambientes institucionais e países

INSTITUIÇÃO OU SETOR	ESTEREÓTIPOS	
	OS JOVENS SÃO...	AS PESSOAS IDOSAS SÃO...
Saúde e assistência social		
POSITIVO	Saudáveis Fisicamente ativos Fortes e enérgicos	Calorosas Aprazíveis
NEGATIVO	Pessoas que gostam de assumir riscos Usuários de drogas Estressados e ansiosos	Rígidas Irritantes e frustrantes Solitárias e isoladas Frágeis e fracas Sexualmente inativas Facilmente confusas Deprimidas e deprimentes Exigentes de muita atenção Deficientes
Trabalho		
POSITIVO	Enérgicos Ambiciosos Conhecedores das tecnologias Trabalham duro (meia-idade)	Confiáveis Dedicadas Experientes Trabalhadoras Socialmente hábeis Boas mentoras e líderes Capazes de lidar com mudanças
NEGATIVO	Narcisistas Desleais Açam que têm direito a tudo Preguiçosos Desmotivados Facilmente distraídos	Incompetentes ou improdutivas Desmotivadas Resistentes a mudanças Difíceis de treinar e incapazes de aprender Inflexíveis Tecnologicamente incompetentes

Mídia		
POSITIVO	Atraentes	Engajadas com a vida saudável Produtivas, independentes
NEGATIVO	Causadores de problemas Criminosos violentos	Pouco atraentes, infelizes Senis Mal vestidas e inativas Dependentes e insalubres Dependentes, pobres e vulneráveis Diabólicas

Fonte: OPAS (2022).

Segundo Teixeira, Souza e Maia (2018), os estereótipos contribuem para a manutenção de hierarquias ao estabelecerem diferenças entre o exogrupo e o endogrupo, por meio da valorização ou desvalorização do grupo de acordo com o seu lugar de pertencimento. Para essas autoras, os estereótipos funcionam como guias de funcionamento da sociedade, pois são elementos importantes na percepção social que ajudam o indivíduo a lidar com realidades complexas. Apesar de todas essas características e funções, os estereótipos não têm o poder de direcionar obrigatoriamente o indivíduo à simplificação dos grupos e homogeneização de seus membros, na medida em que existe a possibilidade de uma avaliação pessoal isenta de preconceito, fruto de uma avaliação crítica da informação recebida sobre os estereótipos compartilhados, o que pode gerar uma consciência capaz de conter a automaticidade da categorização social e suas consequências nocivas (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Todavia, considerando a hipótese de que seja impossível controlar o resgate automático dos estereótipos, Denive (1989), menciona a existência de um processo denominado de ativação controlada baseado em experiências pessoais anteriores que permite ao indivíduo negar conteúdos que são contrários às atitudes que ele admira socialmente. Nesse aspecto, também colabora para evitar a automaticidade dos estereótipos, a qualidade do vínculo que é formada com o grupo ou indivíduo hostilizado. Como exemplo, é mencionado que os estereótipos do idoso que vive em casas de acolhimento e abrigos é mais negativo em relação aos idosos que convivem com a família (DENIVE, 1989).

Contudo, há uma dimensão inconsciente responsável pelas atitudes que escapam o esforço consciente do indivíduo de combater automaticamente os estereótipos, resultante de experiências passadas que propiciam o desenvolvimento de

pensamentos e sentimentos favoráveis ou não em relação aos objetos sociais. O ageísmo implícito contra os idosos se desenvolve dessa forma, sem que o próprio indivíduo tenha controle consciente do processo em que ele se desenvolve (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Nelson (2009), analisa o papel da cultura na formação e manutenção dos estereótipos, discutindo as principais diferenças entre as culturas ocidentais e orientais, uma vez que cada uma delas é regida por valores que influenciam as atitudes de maior ou menor preconceito em relação aos idosos. O ageísmo não é prevalente e universal em todo o mundo. Até mesmo nos Estados Unidos, que talvez possa ser considerada a sociedade mais anti-idade do mundo, há diferenças entre os estados. Porém, é mais evidente nas culturas ocidentais, com maior ênfase no individualismo e na competitividade. O indivíduo é incentivado a se enquadrar aos padrões contemporâneos de mudança constante e busca por inovação, sendo o envelhecimento comunicado por tais culturas como um processo de decadência humana que afeta vários setores da vida social (NELSON, 2009).

Essa visão típica do Ocidente baseia-se na associação da velhice à morte, em que a morte é um tabu, carrega o significado de finitude, provoca sentimentos de temor diante das incertezas acerca do que acontece após a morte. Além disso, o medo da própria morte, que permeia essas culturas, leva os indivíduos a adotarem comportamentos de distanciamento, formação de estereótipos e preconceitos em relação aos idosos (NELSON, 2009). Diferentemente disso, nas culturas orientais, a ênfase é colocada na tradição. Sendo assim, os idosos são respeitados e valorizados, e os valores coletivistas são enaltecidos para manutenção da sociedade que deve trabalhar para o bem comum, em que todos os indivíduos têm igual importância. Igualmente, a morte não é temida, mas percebida como parte de um ciclo natural da vida, no qual vida e morte estão interligadas. A morte significa o momento de se juntar aos antepassados reverenciados pela cultura oriental (NELSON, 2009).

Quanto ao nível de manifestação, o ageísmo interpessoal ocorre durante as interações entre duas ou mais pessoas, em que é feita uma distinção entre o autor e o alvo do preconceito. Algumas evidências de ageísmo interpessoal podem ser citadas: “forma desrespeitosa dos adultos em relação às pessoas mais velhas e mais

jovens, quando desconsideram seus pontos de vista na tomada de decisões ou evitam manter contato e interações; uso de fala infantilizada e de estrutura gramatical mais simples para interagir com pessoas idosas; dirigir insultos às pessoas idosas ao dizer que não tem valor em razão da idade” (OPAS, 2022, p. 7).

Outra forma de manifestação do ageísmo é contra si próprio ou autodirigido. Este tipo emerge nas pessoas pelo fato de elas assimilarem os vieses da cultura ao seu entorno ao qual ficam permanentemente expostas e, em seguida, aplicá-los contra si mesmas (OPAS, 2022). Segundo Teixeira, Souza e Maia (2018), nas sociedades ocidentais, a cultura induz o idoso a se apropriar dos estereótipos, a interiorizar a noção de decadência e a percepção negativa da velhice que inclui pensamentos de inutilidade, improdutividade, incapacidade, dependência, entre outros.

Nesse sentido, os estereótipos enquanto crenças amplamente difundidas por todos os membros da sociedade, inclusive os membros do grupo-alvo, podem atuar como profecias autorrealizadoras, na medida em que o idoso começa a agir conforme a expectativa social que se tem do seu comportamento. Um exemplo disso é quando o idoso é julgado como incapaz, então passa a receber tratamento infantilizado e acaba por responder como se fosse uma criança dependente que não consegue cuidar de si própria. Esse processo prejudica a autoestima do idoso, afetando o seu senso de autoeficácia e sua motivação para viver a velhice (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018). Outro exemplo é quando as pessoas idosas não acreditam que seja possível aprender novas habilidades em etapas posteriores da vida, deixando de frequentar cursos universitários e aprender um novo *hobby* (OPAS, 2022).

Já o ageísmo institucional diz respeito a leis, regras, normas sociais, políticas, práticas ou procedimentos institucionais — e ideologias que são fomentadas para justificá-las — que, sem intenção ou consciência de viés contra pessoas idosas ou mais jovens, restringem injustamente as oportunidades e prejudicam sistematicamente os indivíduos com base no critério da idade (OPAS, 2022). Normalmente, as pessoas têm dificuldade de reconhecer a existência do ageísmo institucional porque tendem a considerar como rituais e normais as práticas e normas das instituições por serem antigas. Porém, as ideologias institucionais, a maioria das vezes tácitas, oferecem justificativas para o modo como são feitas as coisas, e, apesar de não ser sempre

intencional, o ageísmo institucional sempre pode legitimar a exclusão de pessoas do poder e da influência, além de reforçar uma estrutura de poder desigual com base em idade e estereótipos (OPAS, 2022).

Algumas práticas sociais são exemplos de ageísmo institucional, como, por exemplo, as políticas na área da saúde que são influenciadas pela concepção de envelhecimento com base no “critério cronológico; práticas discriminatórias nos processos de recrutamento para o trabalho; determinação de aposentadoria compulsória a partir da idade” (OPAS, 2022).

De acordo com Chang *et al.* (2020), o preconceito de idade é um dos fatores estruturais que afetam a saúde do idoso, considerando entrelaçadas as suas formas de manifestação no nível estrutural e no nível individual. No nível estrutural, as instituições sociais promovem o preconceito contra os idosos por meio de suas políticas, práticas ou procedimentos — explícitos ou implícitos — de discriminação de idade, e, no nível individual, os idosos assimilam crenças depreciativas sobre o envelhecimento difundidas pela cultura as quais são propagadas por meio de palavras e ações no nível estrutural (CHANG *et al.*, 2020).

Desse modo, as regras normativas que fazem parte da cultura de uma sociedade podem contribuir para normatizar o preconceito e institucionalizar a discriminação. A naturalização do preconceito contra os idosos numa sociedade torna sua propagação rápida, automática porque, diferentemente de outros preconceitos como o racismo e o homossexualismo, as normas sociais não repreendem ou censuram o ageísmo de forma severa. Entretanto, a existência de normas para evitar a discriminação contra as minorias por si só não garante a eliminação do preconceito nas sociedades (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Após terem ocorrido várias transformações históricas e sociais, a Declaração dos Direitos Humanos (1948)⁵ e tantos outros movimentos sociais importantes, o preconceito contra grupos minoritários passou a ser condenável socialmente, sendo criadas normas sociais para coibir a livre expressão de conteúdos preconceituosos. No entanto, a forte pressão gerada pelas normas antipreconceito não diminuiu o preconceito contra as minorias, apenas transformou a forma como ele era manifestado, que deixou de ser explícita e passou a ser sutil, velada, tendo em vista evitar o flagrante e as consequências decorrentes da desobediência a critérios e normas sociais vigentes (PEREIRA; VALA, 2011; TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Pereira e Vala (2011, p. 364) consideram que uma das hipóteses para explicar a incoerência que existe na permanência da discriminação contra os minorizados em contextos antipreconceito é a substituição dos indicadores mais diretos do preconceito pelas novas formas de abordagem do preconceito (moderno, simbólico, ambivalente e sutil), o que permite às pessoas expressar atitudes que estariam menos “contaminadas” pela conformidade social à norma do antipreconceito. Sendo assim, em contextos normativos, o preconceito não diminui, mas sua expressão pública passa a ser suprimida pela norma do antipreconceito (PEREIRA; VALA, 2011). Em termos agregados, as pessoas, mesmo assim, estariam vivenciando um conflito psicológico, consciente ou inconsciente, quando confrontadas as suas atitudes íntimas preconceituosas e as normas sociais de combate ao preconceito (CAMINO; MACHADO; PEREIRA, 2001).

Em decorrência desse conflito, surgem formas mais sutis ou camufladas de expressão do preconceito, que são ainda mais preconceituosas do que a forma tradicional, com o objetivo de escapar do preconceito flagrante (PEREIRA; VALA, 2001). Essa maneira ambivalente de se expressar diante do conflito de algumas situações vivenciadas não tem origem em processos psicológicos do sujeito que passa por essa experiência, e sim diz respeito ao fato de que o sujeito reproduz os discursos conflitantes existentes

⁵ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

na própria sociedade (CAMINO; MACHADO; PEREIRA, 2001). A fim de justificar suas ações discriminatórias, atores sociais usam mecanismos legitimadores, que são justificativas aparentemente “não preconceituosas” para suas ações, camuflando a manifestação do preconceito através de estereótipos que diferenciam os grupos entre si e que operam na gênese do preconceito (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Nesse contexto, a legitimação da discriminação ocorre de forma indireta e não é facilmente identificável. Muitos argumentos percebidos como “livres de preconceito” são empregados para justificar a discriminação. Esses argumentos, entendidos como motivos justos e legítimos para discriminar, podem carregar preconceito e serem usados estrategicamente para legitimar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência do *status quo* (PEREIRA; VALA, 2010).

No Brasil, Teixeira, Souza e Maia (2018), discutem algumas manifestações de ageísmo que se apresentam de forma implícita, sutil e institucionalizada. Uma delas é a suavização da palavra velho que, para deixar de ter uma conotação negativa ligada à incapacidade e decadência, tem sido substituída por expressões, que não passam de eufemismos, como “terceira idade, boa idade, melhor idade, idade legal, idade dourada e equivalentes”. Segundo as pesquisadoras, essas expressões usadas de forma acrítica, como se fossem em sinal de respeito, servem para mascarar o preconceito de idade, deturpando o sentido da palavra velho e velhice que passam a significar decrépito e caduco. Igualmente o uso de expressões cotidianas como “você tem espírito de velho” ou “você comporta-se como um velho” trazem para o termo velho um significado ruim de desqualificação da pessoa quem o recebe. Piadas ou ditos populares sobre a velhice também são ações aparentemente desprovidas de preconceito cuja sutileza é estratégica para manter o preconceito (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Teixeira, Souza e Maia (2018), enfatizam que o culto exagerado ao corpo para se manter sempre com aparência jovial e vigor físico é considerado movimentos defensivos para não se deparar com a velhice e a morte, é uma forma de o indivíduo se proteger desse futuro temido, afastando-se física e psicologicamente dos estereótipos negativos sobre as limitações e marcas corporais da velhice, pois a velhice é bem quista quando esconde esses sinais naturais no corpo ligados ao

envelhecimento. Nesse sentido, Teixeira, Souza e Maia (2018) afirmam o que se segue:

A sociedade da aparência higieniza a velhice e a “vende” como solução para tornar-se um idoso aceito e admirado socialmente. Destarte, a experiência de envelhecer, que é algo natural da condição humana, passa a ser vivenciada como enfermidade que deve ser prevenida e evitada de diferentes maneiras. Em geral, parecer “velho” é algo condenado pelo próprio idoso que, por vezes, assume a postura de combatente, e luta contra o percurso inerente à vida.

As autoras concluem que o preconceito de idade contra os idosos é normalizado nas sociedades contemporâneas, pois, desde cedo, aprendemos que tudo que é velho perde sua utilidade e valor, sendo naturalizada a rejeição da possibilidade de se tornar velho, o que favorece, por um lado, a manifestação sutil do ageísmo e, de outro, a sua expressão explícita, sem censura pessoal, por se tratar de percepções sociais consolidadas por estereótipos sobre a velhice (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

2.2 Sobre Feminismos e estudos de gênero

Nesta seção, iremos abordar as teorias do feminismo, mostrando como se desenvolve, no interior dos movimentos feministas, a categoria analítica gênero. É preciso deixar claro que não faremos uma revisão da literatura exaustiva e completa sobre esses temas, pois não é esse o objetivo, mas apenas pretendemos situar o leitor sobre a discussão do ageísmo inserida nas pautas das lutas feministas.

2.2.1 Breve abordagem histórica das teorias explicativas de gênero

Nogueira (2001), analisa, no campo da Psicologia Social, que, na história da humanidade, sempre foram produzidos muitos discursos, teorias, mitos e visões sobre o que é ser mulher associadas, essencialmente, a sua capacidade reprodutiva. É, sob essa ótica, que está a razão de todas as tentativas para compreender e descrever a “natureza” feminina. Entretanto, a autora constata que o feminino é sempre desvalorizado em relação ao homem, e as principais explicações são construídas com base nos discursos filosófico, religioso, médico e científico.

No discurso filosófico, as mulheres são representadas como seres inferiores na cultura grega que condicionou a cultura ocidental. De acordo com a visão androcêntrica dos gregos, o homem é o criador da ordem social e da lei; já a mulher está associada ao desejo, a desordem, é um ser inferior pela sua natureza, possui qualidades negativas que a impedem, portanto, de participar ativamente e de forma igualitária da sociedade onde vive (COLLING, 2004). Posto isso, para os gregos, a mulher não está incluída no mundo do pensamento, do conhecimento, condições essas que eram muito valorizadas pela sua civilização. Nesse contexto, destaca-se a força do discurso de Aristóteles, de matriz filosófica grega, como o primeiro discurso a ser utilizado para a designação dos papéis sociais de gênero (NOGUEIRA 2001; COLLING, 2004).

Ao longo dos tempos, o discurso grego sofreu várias modulações com outros discursos que foram produzidos, como é o caso do discurso religioso. As religiões como o Cristianismo e o Judaísmo, que representam grandes narrativas do Ocidente, construíram por meio do seu mito sobre a criação, da expulsão de Adão e Eva do Paraíso, uma simbologia no Velho Testamento que tem sido usada até hoje para criar representações femininas, destinar diferentes papéis e posições de gênero. No discurso religioso, há uma imagem dupla feminina, em que Eva representa a mulher pecadora e a Virgem Maria, a mulher assexuada (NOGUEIRA, 2001; COLLING, 2004).

Contrapondo-se ao discurso religioso, às crenças em mitos e à irracionalidade dominante da pré-modernidade, o movimento dos filósofos iluministas vão propor a razão, o método científico, que vão dar origem à ciência moderna (NOGUEIRA, 2001). A autora ressalta que, sobre os sexos, os filósofos iluministas constroem um discurso pacífico, no qual defendem, quase que de forma unânime, a ideia de que as mulheres não têm razão ou têm uma razão inferior. Esse discurso se apropria da ideia da inferioridade sexual e intelectual da mulher e do seu papel natural de reprodutora da espécie humana e no cuidado dos filhos, para criar uma definição que naturaliza a função e o papel social da mulher como essencialmente de esposa e mãe. Como tal, a sua cidadania decorre do fato de ser esposa de um cidadão, com o significado de que a cidadania feminina fica reduzida à esfera privada (NOGUEIRA, 2001).

As diferentes representações da mulher que atravessam a história consolidaram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos que fundamentaram a própria

sociedade. Assim, de um lado, a mulher é representada como a mãe, esposa dedicada, “rainha do lar”, que é digna de louvor, santificada, sublimada, e, do outro, seu contraponto, a Eva, erotizada, debochada, a vergonha da sociedade, corruptora, é responsável pela expulsão da humanidade do paraíso (COLLING; 2004). Destina-se aos homens o espaço público, político e de poder; e à mulher, o espaço privado e sagrado do lar, pois, fora de casa, as mulheres são consideradas perigosas para a ordem pública. Os limites da feminilidade são impostos pelos homens que precisam demarcar a sua identidade porque se sentem ameaçados quando os papéis sociais se misturam (NOGUEIRA, 2001; COLLING; 2004).

O discurso médico confirma superstições sobre o corpo da mulher, ao fazer comparações com o corpo do homem, julga-o como uma cópia defeituosa, o que contribui para reforçar a crença de uma natureza feminina frágil, vulnerável às desordens provocadas pelos seus órgãos reprodutivos. Esse discurso médico que está presente na história, desde os textos medievais, e que passa pelo Renascimento até a Revolução Francesa, foi sempre utilizado com o objetivo de justificar o lugar da mulher na esfera familiar. Nesse sentido, o discurso científico se utiliza do discurso do determinismo natural para legitimar que o lugar da mulher é a maternidade, sendo a feminilidade ideal aquela que corresponde ao papel social destinado à mulher como mãe de família, que preserva as virtudes e os valores eternizados pela sociedade (NOGUEIRA, 2001).

Esse tipo de discurso científico que foi legitimado e persistiu durante toda a modernidade influenciou a construção de discursos sobre os sexos nas suas vertentes dualista, biologizante e essencialista, diferindo pouco do discurso religioso da pré-modernidade, pois expressa a desigualdade entre os sexos e se baseia em mitos que são integrados na ciência moderna do século XVII ao XVIII, influenciando as ciências sociais e humanas que nascem no século XIX (NOGUEIRA, 2001).

Os vários discursos sobre gênero são geralmente criados pelos homens que foram os pioneiros e, durante muitos anos, os únicos que, a partir das suas representações, escreveram a história do homem, que foi apresentada como universal, enquanto a história das mulheres era desenvolvida à sua margem. Esses homens, ao descreverem as mulheres, tornaram-se seus porta-vozes, mas ocultaram-nas como

sujeitos, tornando-as invisíveis; hierarquizaram a diferença entre os sexos, transformando-a em desigualdade e representaram o gênero feminino, numa relação de poder, sempre inferior ao masculino (COLLING, 2004).

2.2.2 Teorias feministas e estudos de gênero

O conceito de feminismo foi sempre controverso, visto que origina diferentes posturas que ainda coexistem e que, por não serem bem difundidas, deixam a população confusa quanto ao seu objetivo principal (NOGUEIRA, 2001). Diferentemente de outros países, a palavra “feminismo” no Brasil provoca muita resistência entre vários brasileiros, pois, no senso comum, tem a conotação de uma ofensa, fazendo uma associação da imagem da mulher feminista com características opostas à feminilidade (LIMA; CRUZ, 2021). Assim, apesar da legitimidade dos movimentos feministas, que transformou por décadas as relações entre homens e mulheres e as suas bandeiras radicais terem se tornado parte integrante da sociedade, o movimento continua invisibilizado de forma “(quase) inexplicável” pelos formadores de opinião pública (DUARTE, 2013).

Na literatura, o feminismo é definido quanto ao seu sentido mais amplo, “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo” (DUARTE, 2013, p.2), quanto aos seus objetivos, “é um movimento que busca transformar a sociedade e livrar as mulheres das relações de opressão e submissão que lhes são impostas e que foram historicamente construídas e naturalizadas pelo sistema patriarcal” (LIMA; CRUZ, 2021, p. 266), e, quanto à sua dimensão teórica e política, “refere-se à luta política contra a estrutura naturalizada e binária para os gêneros” (BENTO; 2011, p. 367). Ou ainda, de uma forma mais simples: “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2015, p17).

Enquanto movimento social, o feminismo tem vivido algumas ondas (PEDRO, 2005). Essa metáfora foi interpretada por Zirbel (2021):

Por muito tempo, o uso da metáfora “ondas” foi usado para dar visibilidade as certas pautas ou determinados momentos históricos específicos. Tais momentos representariam o “ponto alto” ou de maior força de cada onda. No entanto, assim como uma onda marítima é formada por um conjunto de fenômenos, podemos pensar as ondas do feminismo de uma forma mais orgânica e não como algo que desponta, repentinamente, na realidade social e, certo tempo depois, desaparece. Podemos pensá-las de maneira mais contínua, geradas pela ação de milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo (ZIRBEL, 2021, p.10).

A partir dessa compreensão de Zirbel (2021), mais orgânica e flexível em relação à periodização dos movimentos feministas, abordaremos as ondas feministas a partir do contexto internacional, concentrando suas implicações teórico-metodológicas no campo dos estudos de gênero.

A chamada “primeira onda” do feminismo é identificada com os movimentos de massa de mulheres que tomam o espaço público em vários países identificados com a luta pelo direito ao voto e pela isonomia⁶, no final do século XIX e início do século XX (ZIRBEL, 2021). As principais causas desencadeadoras dos movimentos feministas da “primeira onda” são: a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e as duas Grandes Guerras Mundiais (NOGUEIRA, 2001).

As raízes do feminismo remontam aos ideais liberais de igualdade da Revolução Francesa, de 1789. Os burgueses inspirados pelos ideais iluministas defendiam seus direitos sob o lema da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Porém, apesar da igualdade ter sido clamada para todos, na prática o conceito contemplava apenas as classes dominantes, e estabelecia a “Declaração dos Direitos do Homem” somente entre homens. No caso das mulheres, para as filhas e esposas dos burgueses em ascensão, a igualdade e fraternidade passaram a existir só entre si, e a liberdade ficou restrita ao espaço doméstico e, mesmo assim, vigiada (COSTA; SARDENBERG, 2007).

O feminismo de “primeira onda” reivindicava o direito político da mulher votar e de ser eleita; direitos sociais e econômicos, tais como direito ao trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança (PEDRO, 2005). Nos Estados Unidos e na Inglaterra, uma

⁶ Zirbel (2021, p. 4) critica que essa identificação do movimento feminista na primeira onda, apesar de correta, é reducionista, pois deixa de mostrar a riqueza de outras pautas e lutas de muito grupos de mulheres nesse período.

corrente do movimento feminista foi identificada como sufragista, também conhecida como movimento burguês das mulheres das classes médias. O movimento sufragista reivindicava a igualdade jurídica da mulher, acreditando que a isonomia legal seria suficiente para acabar com os problemas de discriminação que as mulheres sofriam na sociedade. Essa corrente do feminismo não questionava os papéis de mãe e de esposa como eram esperados pelas sociedades patriarcais, mas até utilizava esses papéis como argumento para suas reivindicações, que, no caso de serem atendidas, dariam às mulheres maiores possibilidades para desenvolver sua atividade principal de ser mãe. As sufragistas não se preocuparam em analisar tanto a contradição da mulher que sai para o mercado de trabalho e que tem a tarefa principal de cuidar da família que tanto defendiam quanto a condição da operária que é obrigada a arcar com a dupla jornada (COSTA; SANDERBERG, 2007).

A corrente das feministas socialistas também se desenvolveu em distintos países, especialmente a Alemanha, lideradas por Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo, um pouco depois da publicação do “Manifesto Comunista”, escrito por Marx e Engels, como parte integrante do movimento proletário internacional. Essas feministas entendiam a opressão como consequência do surgimento da propriedade privada e como parte do problema das sociedades classistas. Lutavam por uma sociedade socialista, igualitária, com a socialização dos meios de produção e o fim da exploração do trabalhador (COSTA; SANDERBERG, 2007).

Embora seja comumente atribuído às mulheres das classes médias o protagonismo no feminismo da “primeira onda”, a maioria das manifestantes do movimento eram as mulheres operárias, que lutavam contra as precárias condições de trabalho às quais eram submetidas. Em comum com as mulheres de outras classes, as mulheres trabalhadoras reivindicavam o direito ao voto e o acesso aos lugares de decisão política com a esperança de alterar as leis e as instituições que as exploravam e as oprimiam (ZIRDEL, 2021).

Nogueira (2001), destaca a importância, no período da primeira onda, das duas Grandes Guerras Mundiais para o movimento feminista e para a posição social das mulheres. Enquanto os homens saíam para o conflito armado, as mulheres, para suprir a demanda por mão de obra, foram chamadas a desempenhar muitas funções

que até então eram atribuídas somente aos homens. Porém, Nogueira (2001), analisa que a relevância dessa situação para o feminismo é controversa: para alguns autores, como Powell (2013), favoreceu a emancipação da mulher, porque ela teria mostrado competência assumindo posições definitivas no mercado de trabalho, enquanto, para outros, como Davidson (1986), Cooper (1992) e Kaplan (1992), não teria passado de um caso de emergência, após concluído o período necessário de substituição dos homens no trabalho, retornava o antigo discurso sobre a importância da mulher no exercício dos seus papéis de esposa e mãe no espaço privado.

Para Costa e Sardenberg (2007), é objeto de interesse da burguesia, que visa acumular riqueza, a condição da mulher de inferioridade que foi submetida na sua longa história de subordinação. A submissão e passividade da mulher vividas no espaço doméstico serão úteis aos interesses burgueses no sentido de impor-lhe o pagamento de salários inferiores aos do homem e jornadas de trabalho excessivas em condições de trabalho precárias, o que permite ao capital a extração de uma mais-valia absoluta ainda maior. Por essa lógica de exploração, às mulheres oprimidas e exploradas será por muito tempo negado o direito à sindicalização, à proteção por meio das leis trabalhistas e o direito à cidadania (COSTA; SARDENBERG, 2007).

A mulher que passa a integrar a classe operária começa a se ver como um ser semelhante ao homem e, como tal, começa a pensar que deve ter os mesmos direitos e não aceitar mais o lugar de submissão que antes lhe era imposto (ANDRADE, 2021).

O rompimento do isolamento doméstico proporcionado pela Revolução Industrial e os trabalhos femininos nas fábricas, juntamente à assimilação dos ideais de igualdade que circulavam no período, contribuíram para que as mulheres percebessem a sua condição de exploração e opressão na sociedade (COSTA; SARDENBERG, 2007). Nesse contexto, as mulheres, acreditando na igualdade como um direito universal, passam a reivindicar o direito à cidadania social e política no estado moderno industrializado em iguais condições às dos homens (NOGUEIRA, 2001; COLLING, 2004; PEDRO, 2005).

Os estudos acadêmicos sobre o movimento feminista da “primeira onda” identificam que o movimento, inicialmente, manifestou-se com discussões relacionadas ao

feminino envolvendo a categoria “mulher”. Eram pautas que discutiam as condições de inferioridade e discriminação a que eram submetidas as mulheres na sociedade, na busca de denunciar as desigualdades existentes. Essas mulheres eram analisadas como classe homogênea e consideradas a partir de uma narrativa de natureza humana universal (LIMA; CRUZ, 2021).

A “segunda onda” do feminismo, que surge após a Segunda Grande Guerra Mundial, insere-se na onda contestatória dos anos 60, incluindo o movimento negro e o movimento *hippie*, que questionava os valores estabelecidos, padrões, práticas, comportamentos etc. (COSTA; SANDENBERG, 2007). Porém, como movimento social, distinguia-se dos demais, dando prioridade às lutas da mulher pelo direito ao corpo, ao prazer sexual e contra ao patriarcado, compreendido como “o poder dos homens na subordinação das mulheres” (PEDRO, 2005).

No cenário internacional, durante as décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos e na Europa, milhares de mulheres reaparecem na cena pública em diferentes contextos, em organizações feministas locais, estaduais e federais para lutar contra a opressão (ZIRBEL, 2021). Em outros continentes, o colonialismo, por meio de suas leis e políticas, havia relegado a uma condição de inferioridade as mulheres dos países colonizados e forjado uma separação entre as esferas pública e privada. Em meio às lutas anticoloniais organizadas por vários grupos de mulheres, estas passaram a questionar o sexismo e o racismo ao qual eram submetidas.

Na América Latina, vários países, incluindo o Brasil, que implantaram a ditadura militar, tiveram que enfrentar o conservadorismo, a violência e a censura. Nesse contexto, as reuniões públicas ficaram proibidas ou passaram a ser controladas, impedindo que grupos se organizem. Assim, a luta contra a ditadura foi um dos principais elementos dos feminismos latino-americanos, ao lado da luta por melhores condições materiais das mulheres (ZIRBEL, 2021).

Como consequência da repercussão que tomou as mobilizações envolvendo vários países, a Organização das Nações Unidas decretou o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”, e o México realizou a Primeira Conferência Mundial sobre as mulheres. Na sequência de ações importantes, estabeleceu-se a Década das

Mulheres, no período de 1976 a 1985, tendo em vista o enfrentamento das desigualdades entre os sexos na educação, política, direitos civis, trabalho, atividades domésticas. No Brasil, esses fatos repercutiram, e grupos de mulheres fizeram avançar nas pautas feministas a vigilância dos órgãos estatais da ditadura militar (ZIRBEL, 2021).

A retórica fundamental do feminismo da “segunda onda” era “o pessoal é político”. As feministas denunciavam que o isolamento da mulher que vivia sua “natureza feminina” dificultava uma tomada de consciência de sua opressão, o que levava a um estado de alienação e de fatalismo que contribuía para que ela aceitasse a ideia de que ser mãe “é padecer no paraíso”. As feministas consideravam que era importante socializar essas experiências individuais de opressão porque, na visão delas, os problemas ganham outra dimensão, quando percebidos que são os mesmos vividos por todas as mulheres (MARANHÃO; 1978; COSTA; SARDENBERG, 2007).

Para hooks (2015, p.15), “a solidariedade política entre mulheres expressa na sororidade”, no sentido de que a sororidade feminista baseia-se no comprometimento compartilhado pela luta contra o sexismo e a injustiça patriarcal. Costa e Sardenberg (2007), analisam que, ligada mais ao feminismo radical, a descoberta de que o social em nossa vida cotidiana pode ser visto politicamente é uma condição determinante na perspectiva de transformação da realidade. Esse discurso implica a postura teórica de que não existe a separação da esfera privada (vida familiar e pessoal) da esfera pública, de que essa separação só acontece a nível de ideologia. Assim, as diferenças entre as esferas pública e privada são ilusórias, pois a dinâmica de poder está presente nas duas esferas. As relações familiares são relações sociais que estão permeadas por relações de poder entre sexos e gerações, sendo que essas relações não são determinadas biologicamente, mas construídas socialmente em determinado contexto histórico (PEDRO, 2005).

Muitos fatores teriam contribuído para o desenvolvimento do feminismo nesta época. No período posterior à Segunda Grande Guerra Mundial, houve uma explosão econômica do capitalismo acarretando o aumento rápido dos padrões de vida em alguns países, o que provocou uma euforia empresarial e deu à mulher e ao seu trabalho uma imagem diferente daquela relativa à época das guerras. As mulheres

passaram a ser chamadas a participar do mercado de trabalho, não mais na condição de um trabalho circunstancial, mas porque as mulheres, especialmente as viúvas, demonstravam, nas suas experiências de luta diária, que eram capazes de realizar as mesmas tarefas dos homens (NOGUEIRA, 2001).

Outros fatores que estão associados ao ressurgimento dos movimentos feministas foi a participação das mulheres nos anos 1960 no movimento estudantil, do qual parecem ter originado e crescido as lideranças do feminismo, como também o conjunto de inovações tecnológicas e científicas. Entre essas inovações, a invenção da pílula contraceptiva, no período, foi aquela que teve um maior impacto na vida das mulheres, provocando uma Revolução Sexual. Nesse momento do movimento, o tema da sexualidade é posto em evidência, as feministas vão defender a liberdade sexual, e a ideia do sexo ligado à procriação é ressignificado para o prazer. Essas questões provocaram uma nova movimentação das feministas por mais direitos das mulheres, sobretudo, em relação à reprodução e à saúde (ANDRADE, 2021).

O foco central dos movimentos feministas da “segunda onda” parecia ser a ideia da opressão feminina, tanto no trabalho, mas, principalmente, no seio da família nuclear. No final dos anos 1960, as feministas fazem uma forte crítica à família patriarcal. As principais críticas advinham da sua percepção de que as mulheres viviam como seres “dependentes, subvalorizados e isolados” (aquelas que dedicavam integralmente seu tempo à família); e de que “a ideologia da família nuclear como uma instituição imutável, natural e necessária à sociedade” representava um discurso de glorificação da maternidade, o que produzia desigualdades de poder na relação entre os membros de um casal (NOGUEIRA, 2001).

As feministas compreendiam que, para produzir uma profunda mudança na sociedade, era necessário travar uma luta ideológica contra os valores patriarcais representados pelos pais, maridos, amigos, colegas etc. Nesse sentido, para as mulheres, esse feminismo tem o significado de um processo de reeducação porque faz uma ruptura com uma história de submissão patriarcal, permitindo a descoberta das próprias potencialidades (COSTA; SARDENBERG, 2007). Cabe ressaltar que, no intervalo entre as guerras, eram implementadas políticas que incentivavam a natalidade, razão pela qual esse tema tinha um lugar central nas discussões públicas e feministas de

vários países, embora dividisse as opiniões (ZIRBEL, 2021). As críticas das ativistas da “segunda onda” influenciaram algumas pessoas que começaram a questionar o valor do casamento como uma instituição, bem como a formalização do amor e as questões parentais (NOGUEIRA, 2001).

Zirbel (2021), ressalta que, cedendo à pressão das mulheres, alguns países, após a Segunda Grande Guerra Mundial, reconheceram o direito da mulher ao voto, e, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a igualdade entre os sexos e a igualdade entre os cônjuges. Entretanto, chama a atenção o fato de que, na mesma época, foram desenvolvidas campanhas para estimular, especialmente, as mulheres de classe média e brancas a reassumirem os papéis de esposa submissa e ‘do lar’. Em relação às instâncias decisórias da sociedade (na política, igrejas, indústrias, justiça etc.), essas permaneceram sob o controle de uma maioria de homens brancos e ricos (ZIRBEL, 2021).

Quanto ao direito à educação, Zirbel (2021), analisa que algo inédito ocorria nos países que investiram em um projeto de educação universal, que foi a chegada de uma nova geração de mulheres, algumas com pouca e outras com muita instrução, que passaram a circular por esses ambientes sociais. Nesses ambientes em que o conhecimento e a cultura são difundidos e produzidos, essas mulheres tiveram acesso a livros e textos com conteúdo feminista, e a produção de estudos sobre as mulheres e Estudos Feministas começou a ser organizada, com a proposição de novos temas e questionamentos a respeito de conteúdos tradicionais.

No contexto global, os movimentos feministas e de mulheres da “segunda onda” começaram a ganhar maior visibilidade em alguns países. Nos Estados Unidos, nos anos 1960, foram influenciados pelo trabalho *A mística feminina*, de Betty Friedan, publicado em 1963, que foi editado várias vezes e traduzido para várias línguas. Nesse trabalho, Friedan denunciava o papel ideológico da publicidade e do sistema educacional quanto aos seus objetivos de convencer as mulheres à restrição das tarefas domésticas e discutia o “mal que não tem nome”, expressão que a autora usava para descrever o sentimento de falta de sentido da vida e da identidade das mulheres que ficavam restritas ao modelo da mulher “do lar”. Além dessa obra, outra

importante influência no movimento feminista estadunidense foi a organização NOW — *National Organization of Women* —, criada em 1966 (PEDRO, 2005; ZIRBEL, 2021).

Na França, em 1949, Simone de Beauvoir, escreve *O Segundo Sexo*, uma das principais obras da época, que também repercutiu no ressurgimento do movimento feminista no país (PEDRO, 2005). Em sua obra, que foi traduzida para diversas línguas e que circulava pelo mundo (ZIRDEL, 2021), Beauvoir (1980) analisava o fato de que alguns intelectuais homens haviam construído um discurso no qual o homem representava a humanidade e definia a mulher não em si, mas em relação a ele; como um ser inferior e dependente.

Relativo ao período em que foi escrita sua obra, Beauvoir (1980) observa que os homens, em sua maioria, não assumem explicitamente que eles colocam a mulher numa posição de inferioridade porque estariam muito compenetrados do ideal democrático para não reconhecerem que todos os seres humanos são iguais. A filósofa considera que, mesmo quando o homem se convence por meio das diferenças de que a mulher é sua igual, e que não deve existir hierarquia social entre os sexos, ele atribui à natureza a forma como percebe algumas inferioridades, principalmente a incapacidade profissional. A partir da sua célebre frase: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Beauvoir (1980) constrói uma narrativa na qual desmistifica a concepção natural da diferença entre os sexos, desvelando que aquilo que se acreditava ser a essência de uma mulher, isto é, a forma de estar no mundo para as mulheres, não é algo natural, mas uma construção cultural produto da dominação do homem (PEREIRA, 2004; ZIRBEL, 2021).

Beauvoir (1980), critica que a ideologia dominante, capitalista e patriarcal quer justificar que o motivo da submissão da mulher é o próprio sexo, a capacidade reprodutiva e a sua inferioridade “natural” determinada por fatores biológicos do próprio sexo. Por esse viés, a mulher sempre é ligada econômica e socialmente à reprodução; e o discurso dominante do patriarcado sempre realizou a manutenção dessa relação, explorando essa capacidade (ANDRADE, 2021). Costa e Sardenberg (2007), observam que as mulheres que não se conformavam com essa inclinação biológica da mulher para o casamento e a maternidade eram consideradas desajustadas, desviante, “sapatona”, mulher macho, mal-amada.

Nesse contexto, importa destacarmos que, apesar de todas as diferenças que permeiam o feminismo, o ponto principal que une as mulheres da metade do século XX é a opressão pelo fato de serem mulheres (ANDRADE, 2021). Pedro (2005), esclarece que, no início do movimento feminista de “segunda onda”, a categoria usada era “Mulher”, no singular, como um ser unificado, em contraposição à palavra “Homem” que tinha um sentido universal quando se queria incluir todos os seres humanos.

Os movimentos feministas desse período vão questionar que o universal é masculino em nossa sociedade e que as mulheres não se sentem incluídas ao serem nomeadas pelo masculino, pois há questões específicas da “mulher” (violência doméstica, divisão das tarefas do lar, direito de escolher ter filhos, ou não, quando quiser). As feministas, em nome da “diferença” em relação ao “homem”, compreendido como ser universal, masculino, vão reivindicar a categoria “mulher” (PEDRO, 2005).

Reafirmando uma identidade separada da de “Homem”, essas mulheres tinham a prática de realizar grupos de reflexão compostos apenas por mulheres para discutir experiências de preconceitos, violências e outras questões que as impediram de se desenvolver plenamente. Percebiam nessas reuniões que as experiências individuais eram comuns a todas as demais, compreendendo o que havia dito Beauvoir (1980), que a cultura dominada pelos homens tornava as mulheres submissas e com baixa autoestima (PEDRO, 2005).

A partir de meados dos anos 1970, nota-se um deslocamento do objeto central de estudo que era a “mulher”, no singular, para “mulheres”, no plural (ANDRADE, 2021). “Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” - dentro da diferença.” A categoria “mulher” que dava uma identidade diferenciada da de “homem” é considerada insuficiente para explicar mulheres diversas, cujas reivindicações não as incluíam. O trabalho e a carreira para essas mulheres no espaço público não significavam uma libertação, como considerou Betty Friedan na sua obra *Mística Feminina*, era apenas uma fadiga a mais, pois já trabalhavam desde muito tempo dentro e fora do lar. O trabalho “mal remunerado” que era reivindicado como forma de satisfação pessoal por muitas mulheres brancas e de camadas médias podia ser o emprego para seus pais, maridos e filhos desempregados (PEDRO, 2005).

No grupo das feministas que criticam a visão universalizada e única da mulher branca, heterossexual e de classe média, Fraser, filósofa norte-americana, destaca-se entre as principais teóricas do feminismo estadunidense. Essa autora identifica que as principais correntes do feminismo, no final dos anos 1960, entraram em um período de intenso debate sobre igualdade e diferença entre homens e mulheres que se prolongou até meados da década de 1980, separando de um lado as feministas que pela igualdade defendiam a emancipação das mulheres pela superação da diferença de gênero, e do outro lado, as feministas pela diferença que defendiam a emancipação das mulheres pelo reconhecimento da diferença de gênero e não da sua superação. Nesse contexto, as mulheres que não se sentiam representadas por nenhuma dessas posições, teriam explicitado que ambas as posições negligenciavam as diferenças entre as próprias mulheres e ignoravam a existência de outros eixos de dominação, como a escravidão e o colonialismo (BRESSIANI, 2020).

As mulheres diversas, por meio dos seus argumentos, demonstravam que, entre elas, existiam realidades muito desiguais, que a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres para uma mesma luta contra a opressão, pois aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas mulheres não necessariamente correspondia à pauta de outras (PEDRO, 2005). Para muitas, a pauta da libertação sexual era um ponto central e urgente (ter mais prazer, mais de um parceiro sexual, expressar sua homoafetividade); para outras, a opressão relacionada ao casamento e ao espaço doméstico eram impeditivos para estudar e ter uma profissão, enquanto, para milhares de trabalhadoras, o cerne do problema da opressão era a exploração capitalista, e, para a maioria delas, o racismo contribuía para agravar ainda mais a situação (ZIRBEL, 2021).

Esses questionamentos tiveram como resultado a mudança do foco do debate do feminismo que, no final da década de 1980, passa a ser às diferenças entre as mulheres, o que permitiu incluir as mulheres que antes ficavam à margem. As correntes feministas dominantes ao reconhecerem o caráter interseccional das formas de subordinação que davam origem às diferentes pautas de lutas feministas, propiciaram o surgimento de uma nova fase do debate cujo foco, na década de 1990, passou a ser as múltiplas diferenças interseccionais (BRESSIANI, 2020).

Assim, o debate sobre todas essas questões contribuiu para que fosse possível ver que não havia a “mulher”, mas sim, as mais diversas “mulheres”, passando a ser usada essa categoria analítica, respeitando-se o pressuposto das múltiplas diferenças dentro da diferença. A partir desse pressuposto, a explicação para subordinação deixa de ser única para todas as mulheres e de ser aceita por todas, entretanto, não são ignoradas as desigualdades e as relações de poder entre os sexos (PEDRO, 2005).

O discurso das feministas pela diferença explicitando hierarquias de valoração que privilegiavam determinados grupos nas sociedades contemporâneas, ressoa no multiculturalismo de hoje que busca um sentido positivo e de valorização das diversas formas de vida, identidades e culturas. Entretanto, a desconstrução dos padrões culturais de valoração se revelava insuficiente para garantir o reconhecimento da pluralidade de formas de vida, porque algumas pessoas e grupos continuavam sendo desvalorizados, sendo necessárias as políticas afirmativas para combater as desigualdades nas sociedades (BRESSIANI, 2020).

Nesse contexto plural, Fraser (2007) analisa a tendência mais ampla no debate político e acadêmico do deslocamento da redistribuição material como estratégia para resolver as injustiças nas sociedades capitalistas, para o reconhecimento politizado das diferenças de gênero, “raça”, sexualidade e etnia. Essa mudança é percebida pela autora como resultado do fim do “socialismo real”, gerados pela queda do muro de Berlim e fim da URSS e pelo processo de globalização econômica. Fraser (2007) defende que não se combate as injustiças só com redistribuição mais justa de recursos e bens ou pelo reconhecimento “amigável” da sociedade às diferenças das distintas perspectivas das minorias étnicas, raciais, sexuais e de gênero. Para a filósofa a justiça requer a redistribuição e o reconhecimento, sendo necessárias mudanças tanto na economia como também nos padrões culturais de valoração.

Embora Fraser (2007) tenha se empenhado ao longo das últimas décadas para promover a integração entre reconhecimento e redistribuição, admitia que a história avançava na direção das lutas pelo reconhecimento das diferenças, ao passo que, a desigualdade material não era questionada (BRESSIANI, 2020). Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019) identificam que as demandas por reconhecimento das diferenças, as críticas e reivindicações feministas passaram a ser cooptadas pelo neoliberalismo que

redemodela a opressão de gênero, tendo em vista manter os interesses da sociedade capitalista. Assim, por exemplo, quanto à reivindicação feminista pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, que permitiu às mulheres a independência financeira, foi usada para justificar uma redução massiva nos ganhos salariais dos trabalhadores. As autoras sublinham que o discurso neoliberal progressista, se apropria de elementos dos discursos emancipatórios para dar uma conotação “progressista” à precarização dos empregos, à dupla jornada de trabalho para as mulheres mais pobres e o pagamento de baixos salários. Nesse sentido, a inclusão das mulheres na esfera produtiva, defendida pelas feministas para a emancipação feminina, requer transformações profundas na divisão sexual de trabalho (inclusive doméstico), como também em relação as exigências do trabalho produtivo e na fronteira entre produção e reprodução (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

No final dos anos 1970, no debate sobre a natureza, origem e causas da opressão e subordinação social da mulher, surgem algumas discussões sobre sexo/gênero, tendo como marco teórico o ensaio “O tráfico das mulheres: notas sobre a Economia Política dos Sexos”, escrito pela autora Gayle Rubin (1975), criando uma teoria sobre o sistema sexo/gênero. Contudo, nesse período, o feminismo enfrentava um problema teórico-metodológico que era a ausência de um objeto formal para explicar os fenômenos observados (CONCEIÇÃO, 2009).

Na linguística, o termo gênero é usado no português para designar se um ser animado ou inanimado é feminino ou masculino, e não há o gênero neutro como em outras línguas, como, por exemplo, o inglês e o alemão. Porém, nem todos os seres vivos têm sexo, sendo que algumas espécies se reproduzem de forma sexuada, mas, mesmo nesse caso, as palavras usadas para designá-las atribuem um gênero. É com esse entendimento que a maioria das palavras tem gênero, e não sexo, que as feministas passaram a usar a palavra gênero ao invés de sexo, pois queriam reforçar que as diferenças no comportamento de homens e mulheres não estavam relacionadas ao sexo biológico, mas eram definidas pelo gênero, que eram ligadas à cultura. Assim, a palavra “gênero” passou a ser usada nos debates dos movimentos feministas, com a tentativa de buscar uma explicação para a subordinação das mulheres (PEDRO, 2005).

O conceito de gênero foi sendo construído dentro dos movimentos de mulheres, feministas, gays e lésbicas e tem uma trajetória que acompanha outras lutas, como, por exemplo, por direitos civis, por direitos humanos, igualdade e respeito. Na metade do século XX, Margareth Mead afirmava que cada sociedade, a seu modo, baseava-se na diferença sexual para justificar a constituição dos papéis sociais, fazendo a distinção do sexo como dado biológico e o temperamento definido pela cultura. Robert Stoller, em 1968, na sua obra *Sex and Gender*, utilizou a palavra gênero fazendo a separação em relação ao sexo, pois, nessa época, discutia o tratamento de pessoas “intersexos e transexuais” que faziam intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital à sua identidade sexual escolhida (gênero). O autor defendia que a identidade de gênero, o “sentimento de ser homem ou de ser mulher”, era mais importante do que as características anatômicas, portanto o gênero não coincide, obrigatoriamente, com o sexo (PEDRO, 2005).

As primeiras formulações históricas de gênero se preocupavam em construir explicações universais para explicar as causas das origens da opressão feminina e foram criticadas porque se baseavam na concepção de sexo como sendo natural e ahistórico, identificado com o corpo igualmente ahistórico. Apesar disso, essas teorias tiveram um grande impacto no combate ao determinismo biológico (CONCEIÇÃO, 2009).

No final dos anos 1970, o conceito de gênero é elaborado como construção social das identidades sexuais, o que ajudou a avançar nos estudos feministas numa perspectiva da desconstrução e da desnaturalização dos dualismos masculino e feminino, especialmente em relação a oposições binárias sexo/gênero das primeiras teorias sobre o conceito de gênero (CONCEIÇÃO, 2009). Na Europa e nos Estados Unidos, as várias perspectivas do movimento feminista de interpretar as causas das diferentes opressões e a tentativa de enfrentá-las deram origem às diferentes vertentes do feminismo. O feminismo liberal, o socialista e o radical, que estão no mesmo plano epistemológico, são identificadas como as três vertentes teóricas da “segunda onda”, embora algumas reflexões também estivessem sendo produzidas sobre a realidade por outras feministas negras, latinas, lésbicas, anarquistas e ecologistas (ZIRBEL, 2021).

As feministas radicais denunciavam que a causa da opressão era o patriarcado, que é “um sistema de crenças e organização da sociedade em que os homens, enquanto categoria social, exercem poder e dominação sobre todas as mulheres, explorando-as de diversas formas” (ZIRBEL, 2021). As feministas socialistas e marxistas, por outro lado, responsabilizavam o capitalismo pela exploração e opressão. O advento da propriedade privada era visto como a base da opressão, implicava a subordinação da mulher dentro de casa a uma tripla exploração das suas capacidades reprodutivas: maternidade, tarefas domésticas e na força de trabalho. As feministas liberais lutaram pela libertação da opressão por meio de mudanças político-jurídico-culturais para o enfrentamento da opressão e acreditavam que a conquista da liberdade, que era essencial, só seria alcançada por leis e políticas que atendessem às necessidades das mulheres quanto à saúde e segurança. Muitas feministas negras e latinas discutiam as formas de opressão a partir do entrelaçamento com o racismo e a exploração dos corpos de mulheres racializadas. As feministas lésbicas criticavam a imposição da heteronormatividade, estabelecendo relações para explicar a opressão com o patriarcado, capitalismo e o colonialismo. As reflexões das feministas ecológicas possibilitaram estabelecer conexões entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza, que operava por meio de oposições: de um lado, as mulheres, a natureza, e os povos nativos (considerados seres inferiores); do outro lado, os homens, a cultura e os colonizadores (considerados superiores), (ZIRBEL, 2021).

Foi a partir do movimento negro que ficou demonstrado e foi problematizado que a opressão não era uma questão só sobre sexo e classe, como era a tônica do debate entre marxistas e feministas, mas também era uma questão de raça. Com base nesse questionamento, passa a se pensar na articulação de gênero, raça e classe e nas diferenças entre as mulheres, não apenas em relação às desigualdades entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre os homens. O gênero passa a ser considerado como um dos elementos constitutivos das relações sociais e se articula com a classe, raça, etnia, idade, entre outras categorias, configurando situações de gênero específicas (CONCEIÇÃO, 2009).

Considerando as teóricas do período, Joan Scott (1993), tornou-se uma referência bastante citada nos estudos de gênero, inclusive no Brasil, é ela quem introduz a ideia de relações de gênero. Diferentemente de Stoller que fazia a distinção de gênero

como o sexo social/cultural e o sexo como o biológico, para Scott o gênero é constituído por relações sociais que se baseiam em diferenças que são percebidas entre os sexos e que se constituíam no interior de relações de poder (PEDRO, 2005).

Para Souza (2013), gênero é relacional, uma construção sócio-histórica, no sentido de que não nascemos homens ou mulheres, aprendemos por meio das relações sociais, independentemente do nosso desejo, os comportamentos e os padrões que são mutuamente excludentes sobre o que é o ser homem e o ser mulher, e nos tornamos a partir de nossas vivências.

Notavelmente, o uso da categoria analítica de gênero permitiu, assim como as de raça e classe, a inclusão dos oprimidos na história e a compreensão acadêmica de que as desigualdades frente ao poder estão associadas a gênero, raça e classe (CONCEIÇÃO, 2009). Entretanto, o sentido dado ao gênero numa perspectiva analítica implica a adoção de novos paradigmas teóricos, os chamados estudos pós-estruturalistas ou pós-modernos, que vão destacar a subjetividade dos sujeitos e da linguagem; criticar a neutralidade da ciência; valorizar estudos qualitativos de fenômenos particulares e recusar a generalização para explicação de fenômenos; mostrar que os conceitos e categorias são instáveis etc. Assim, para estudar as coisas relativas às mulheres, é necessário questionar em quais contextos históricos e políticos são criados e/ou criticados os significados da diferença sexual (PEDRO, 2005), como as relações entre homens e mulheres estão construídas, como elas estão, funcionam e se transformam (CONCEIÇÃO, 2009).

De volta à metáfora das ondas, sobre o feminismo da “terceira onda”, há controvérsias sobre a existência, a periodização das “ondas” e sobre o número de ondas que existiram (duas, três ou quatro), (HEMMINGS, 2009; PEDRO; BARLETO, 2019; ZIRBEL, 2021). Apesar dessa falta de consenso, de qualquer modo, em várias partes do mundo, tornou-se perceptível uma nova onda, no início do século XXI, cujos efeitos e rumos não são totalmente conhecidos (ZIRBEL, 2021).

Para alguns autores que utilizam essa divisão, o feminismo da “terceira onda” surge no final dos anos 1980 e 1990, com a crítica pós-modernista da ciência ocidental (PEDRO; BARLETO, 2019). As feministas imprimem um caráter pós-modernista e

pós-estruturalista à luta que tem na sua essência uma resistência à categorização, ao essencialismo. Nessa perspectiva, o conceito de gênero passa a ser amplamente discutido como categoria central que transpõe a visão binária e configura uma nova forma de pensar a identidade (NOGUEIRA, 2001), cuja ênfase concentra-se na “análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade” (PEDRO; BARLETO, 2019).

Nos EUA, na década de 1980, a mídia começou a influenciar a opinião pública rotulando as mulheres que estavam na faixa dos vinte anos com afirmações de que já teriam alcançado a igualdade plena dos seus direitos (educação, trabalho, entre outros), e, portanto, a pauta feminista era desnecessária. O trabalho de Rebecca Walker (1992), mostrava uma realidade contrária ao que era divulgado pela mídia, com a persistência do sexismo do início dos anos 1990, e convocava essas jovens a participar da luta feminista (ZIRBEL, 2021). A “terceira onda” surge nos EUA em um contexto caracterizado por disputas e discussões internas, de críticas dirigidas à luta unificada em torno de uma identidade única de mulher, uma vez que sua pauta não contemplava as reivindicações das diversas mulheres, permanecendo as desigualdades (ZIRBEL, 2021).

Nesse período, que contou ainda com a explosão da *internet*, o movimento feminista é difundido e surge o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, em 1989. Esse conceito permitiu relacionar as diferentes opressões que as mulheres sofrem por meio de três categorias de minoria: raça, classe e sexualidade. O feminismo passa a criticar uma universalidade da luta da mulher, compreendendo que a opressão não ocorre só em determinado grupo por serem de mulheres, mas também porque são de determinada raça, classe e sexualidade (ANDRADE, 2021).

Hemmings (2009), expõe que a narrativa hegemônica anglo-americana tende a simplificar a complexidade que caracteriza a história dos feminismos ocidentais, fixa períodos e autores dentro de uma década específica, desprezando que determinadas pautas já estavam previstas em outras épocas e que, por isso, não podem ser consideradas inéditas na “terceira onda”. Fixa a crítica racial e sexual do feminismo em uma determinada década, atribui às teóricas feministas pós-estruturalistas o

pioneirismo na desconstrução da categoria “mulher” que passam a ser vistas como heroínas, superando os erros do feminismo do passado, ou ser responsabilizadas pelos males do feminismo. A autora contesta essa narrativa, argumentando que a desconstrução da categoria “mulher” não é uma preocupação dos anos 90, mas é uma das preocupações mais persistentes do feminismo nas diferentes épocas (HEMMINGS, 2009).

Apesar de o debate feminista sobre as pautas identitárias (ou sobre a definição de mulher), tal como é denominado hoje, ser antigo e acompanhar o feminismo antes mesmo da primeira onda, essa parte da história foi apagada por meio da ação da mídia que sempre priorizou a narrativa das mulheres brancas e de classe média (ZIRBEL, 2021). Um bom exemplo disso, Lélia Gonzalez, uma das maiores referências do feminismo negro brasileiro, antes do conceito de interseccionalidade existir, já produzia críticas ao feminismo hegemônico e a colonização do conhecimento, fazendo reflexões sobre o lugar das mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira e denunciando o mito da democracia racial no país (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021).

Durante o século XX, as feministas latinas, negras, proletárias, lésbicas, pró-sexo, antipornografia, entre outras, acenderam o debate feminista, colocando em evidência a diversidade do feminismo (ZIRBEL, 2021). Para Costa (1998), o feminismo na virada do século XX,

constitui-se em um amplo espectro de discursos diversos sobre as relações de poder. Esses discursos, que por sua vez informam e são informados pelas práticas políticas e culturais, têm ancoragem naqueles pontos nodais que são produtos da interseção intrincada das diferenças (de raça, gênero, classe, idade, orientação sexual, etc.) (COSTA, 1988, p. 127).

Essa complexa imbricação das diferenças nos discursos contribui para o surgimento de uma variedade de feminismos hifenizados (feminismo cultural, humanista, marxista, socialista, psicanalítico, radical, lésbico, negro, pós-estruturalista, do Terceiro Mundo etc.), (COSTA, 1988). Nesse contexto, destaca-se, ainda, o papel importante das ferramentas teóricas que foram elaboradas na década anterior e cunhadas pela academia, tais como gênero, interseccionalidade, consubstancialidade do poder, conhecimento situado e tantas outras, que permitiram o aprofundamento da análise

das várias formas de opressão que uma mesma mulher pode vivenciar, assim como da questão das diferenças e da diversidade internas ao movimento feminista. Como resultado disso, questões como capacitismo, etarismo, problemas enfrentados por pessoas trans e feministas comunitaristas e indígenas que ficavam antes reduzidas à análise de pequenos grupos passam a ser incluídas na pauta de diferentes grupos feministas (ZIRBEL, 2021).

Na década de 1990, com o avanço das novas tecnologias da comunicação, esses grupos minorizados conquistaram maior visibilidade ao lado do grupo das feministas brancas e de classe média, que sempre foram evidenciadas pelas mídias tradicionais, e essas análises e ideias puderam ultrapassar as fronteiras locais de modo acelerado. Na virada do século XX para o século XXI, no mundo inteiro, é intensificado o uso das mídias sociais para mobilização e conscientização do feminismo, pela atuação expressiva de feministas jovens, muitas delas engajadas nas mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Tumblr, Youtube e blogs), (ZIRBEL, 2021).

Conforme era a realidade das jovens feministas, o foco nas pautas feministas era redirecionado. Considerando aquelas feministas que já tinham acesso à educação, ao saneamento, ao aborto seguro, ao divórcio e à mobilidade básica, foi possível direcionar o foco para outras questões. Enquanto isso, para as mulheres que viviam outra realidade, o foco continuou sendo a luta por direitos mínimos de cidadania. Entretanto, entre algumas lutas que prosseguiram, a maioria era: contra a exploração, a violência física e psicológica, o feminicídio, a discriminação no trabalho, as jornadas duplas ou triplas, os privilégios masculinos. Mais tarde, outras pautas se somaram às anteriores, como as questões do assédio, da misoginia, agressões sexuais, estupros. Essas últimas pautas, em especial, mobilizaram várias manifestações virtuais e de rua em diversas partes do mundo (ZIRBEL, 2021).

A ênfase das teorias feministas na diferença influenciou algumas teóricas feministas norte-americanas a considerar que o gênero deixa de existir perante as fraturas de classe, raça, etnia, sexualidade, idade e outras diferenças individuais constitutivas do pensamento na pós-modernidade. Outro grupo de teóricas revoltadas com a extinção da mulher e do gênero irão declarar *post-mortem* ao “pós-feminismo” e escrever livros, criticando o surgimento de um feminismo sem mulheres nos anos 90 (COSTA, 1998).

Apesar das tensões no campo do feminismo, o conceito de gênero teve um ganho aliado às correntes estruturalista e pós-estruturalista, no que diz respeito à negação epistemológica de algum tipo de essência à mulher (CONCEIÇÃO, 2009). Em algumas correntes feministas pós-estruturalistas, que eram contrárias a essencialismos, binarismos e a lógicas identitárias, a mulher não podia existir, e foi proibido o uso da categoria mulher, pois trata-se de uma categoria oca, uma ficção, uma identidade que não pode ser afirmada (COSTA, 1998).

Para Costa (1998), poucas feministas pós-estruturalistas concordariam com o radicalismo de que a mulher não existe. A autora pede o retorno à noção de mulher como categoria política, pois ela lembra que a “mulher” é uma categoria heterogênea, construída historicamente por diferentes discursos e práticas, sobre os quais repousa o movimento feminista. Porém, a autora ressalva que o uso da categoria “mulher” implica aceitar sua instabilidade semântica, pois a história e o significado dessa categoria devem ser entendidos à luz das histórias e significados das categorias da identidade: classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade etc. (COSTA, 1998).

Nessa altura do debate, fica visível o quanto é paradoxal a situação da mulher, oscilando entre a oposição ao essencialismo epistemológico e o essencialismo político (CONCEIÇÃO, 2009). As narrativas pós-modernas questionam as premissas da teoria tradicional do sujeito que trabalha com identidades fixadas a priori com a pretensão de representar a diversidade de interesses, estabelecendo demarcações nítidas entre o “Eu e o Outro”, o “Branco e o Preto”, “Homem e Mulher”, “Corpo e Mente” e outros dualismos (HITA, 2002; CONCEIÇÃO, 2009).

Nesse sentido, Butler (2017) faz a crítica à noção de sujeito estável, calcada no sexo biológico em sua obra *Problemas de Gênero*, lançada nos anos 1990. A filósofa problematiza o papel binário (homem x mulher) da sociedade ocidental, demonstrando que essas construções em torno das representações criam uma ordem compulsória para os comportamentos de matriz heterossexual, o que transforma em exigência a reprodução de performatividades do que se produz como masculino e feminino (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021).

As principais críticas das feministas pós-modernas são dirigidas à noção do sujeito com identidades definidas a priori; à categoria universal do sujeito com seu viés etnocêntrico, uma vez que esta pressupõe uma noção instrumental do sujeito e fixa uma noção culturalmente hegemônica no aspecto social; e ao modelo binário para distinção sexo/gênero (CONCEIÇÃO, 2009). As propostas teóricas no paradigma da pós-modernidade deixam de pensar o sexo como o significante sobre o qual se constrói o significado, havendo um questionamento sobre o próprio significante quanto a sua suposta materialidade “neutra”. O que essas teorias estão mostrando é que, além das relações de gênero estabelecerem o “verdadeiro sexo”, conformam as pessoas a atuar no regime de uma heterossexualidade obrigatória (PEDRO, 2005).

Wolff e Saldanha (2016), a partir do trabalho de Joan Scott (1990), apresentam algumas considerações importantes sobre o uso da categoria gênero.

1. O gênero faz parte das relações sociais, assim como classe, raça, geração e outras categorias. Ele não pretende ser o único aspecto significativo das relações sociais, mas também não pode ser ignorado como um importante aspecto na configuração das sociedades contemporâneas e passadas.
2. O gênero é construção, ou seja, ele não é algo que venha da natureza, ele não está pré-determinado quando a pessoa nasce, embora haja expectativas sociais que relacionam o gênero ao sexo (mas, como vimos, o próprio sexo também é uma construção...).
3. O gênero está relacionado à cultura, à história e à forma social, ou seja, os aspectos que são considerados femininos, masculinos ou mesmo neutros, dependem de cada cultura, de cada sociedade e do tempo histórico e, portanto, podem ser modificados, transformados, repensados.
4. Não se deve falar “os gêneros”, como se fosse equivalente a “os sexos”, pois não há “um gênero masculino” por si só, ou um “feminino”, mas um sistema relacional de classificação social e cultural no qual certos comportamentos e características, roupas, maneiras, atividades, são consideradas femininas, masculinas ou neutras, dependendo de onde e quando estamos nos referindo.
5. Gênero é poder, é hierarquia. As sociedades estabelecem lugares sociais que são demarcados em termos de gênero, classe, raça, geração, religião, entre outros. Mas o gênero tem sido, nas sociedades que conhecemos, o primeiro desses critérios, aquele que estabelece, desde que a pessoa nasce e é identificada a partir de características sexuais com papéis esperados de gênero, que atividades ela poderá exercer em sua vida, e quanto poder terá em suas relações. Nas sociedades que conhecemos, esta hierarquia é de tipo “patriarcal”, ou seja, são as pessoas identificadas com o gênero masculino que detêm a maior parte do poder. Isso não quer dizer, como ensina Michele Perrot (1988, p. 168), que as mulheres não tenham “poderes”. E como nos aponta Michel Foucault (1988, p. 91), não há poder sem resistência. A categoria gênero nasceu do esforço de se criar uma epistemologia feminista, capaz de possibilitar a análise social

compreendendo a questão da subordinação das mulheres e fazendo possível a sua transformação. Mas isso não quer dizer que o sujeito do feminismo tenha deixado de ser “as mulheres” (WOLFF; SALDANHA, 2016, p. 36).

A metáfora da onda ajuda, a partir da sua força imagética, a criar conexões com os feminismos de várias gerações, captando sua diversidade, resistência, criatividade, força (ZIRBEL, 2021). Permite, ainda, inscrever novas gerações feministas e seus esforços por uma luta antiga contra discriminação, opressão e exploração, por melhores condições de vida, manutenção e obtenção de novos direitos civis. Podemos verificar que em determinados momentos há avanços e recuos e que o feminismo não desaparece quando os movimentos deixam de ocupar a cena pública, como, por exemplo, por meio de manifestações, protestos, mas ele se reorganiza e ganha força para um novo e significativo avanço (ZIRBEL, 2021).

2.3 Feminização do envelhecimento e trabalho: relações controversas

A feminização do envelhecimento é um fenômeno demográfico mundial, considerado recente para algumas sociedades, que, no sentido restrito, está relacionado ao fato de haver mais mulheres do que homens na população de idosos (SALGADO, 2002; CEPELLOS, 2021). No caso do Brasil, os dados demográficos do IBGE (2019) indicam que as mulheres também têm vivido mais, sendo que a proporção entre os sexos da população na faixa de 60 anos ou mais, em 2012, correspondia a 5,7% de homens e a 7,2% de mulheres; em 2018, os homens correspondiam a 6,8% e as mulheres, a 8,6%. A expectativa de vida das mulheres, que é de 79,9 anos, tende a se manter maior do que a dos homens que é de 72,8 anos nas projeções demográficas para os anos vindouros (CEPELLOS, 2021).

Salgado (2002), afirma que, como resultado da desigualdade de gênero na expectativa de vida, há um excedente de mulheres idosas em relação aos homens em idade mais avançada. Em média, as mulheres vivem sete anos a mais do que os homens e, por ter maior longevidade, isso indica que a mulher, em termos de sobrevivência, é o sexo mais forte. Nesse sentido, a autora conclui que, na contemporaneidade, o mundo dos idosos é, e será no futuro, predominado pelas mulheres (SALGADO, 2002).

Nesse sentido, Salgado (2002), ressalta que “a velhice se feminilizou, converteu-se em um assunto de mulheres”, tanto pelo aspecto quantitativo como pelas mudanças físicas e problemas relacionados ao envelhecimento que afetam predominantemente as mulheres que são discriminadas pela idade e enfrentam muitos desafios em uma sociedade que é sexista e gerofóbica.

Assim, torna-se impossível compreender o fenômeno da discriminação por idade que afeta as mulheres em idade mais avançada sem considerar o sexismo (SALGADO, 2002). Para essa autora, “o preconceito de idade enfrentado pelas mulheres ao envelhecer está composto pelo sexismo e pela dupla mensagem que considera velha a mulher com idade inferior à do homem”. Nesse sentido, corroboram os resultados da pesquisa que analisou o impacto na velhice da relação entre sexismo e ageísmo, chegando à conclusão de que as mulheres mais velhas, comparadas com os homens (independentemente da idade) e com as mulheres mais jovens, são as mais afetadas pelas múltiplas formas de discriminação (OPAS, 2022).

Segundo o Relatório Mundial sobre o Idadismo (OPAS, 2022), muitas mulheres se encontram em uma situação de duplo risco, pois estão subjugadas pelas normas patriarcais que favorecem a desigualdade de gênero, a favor dos homens, e preocupadas em se manter jovens, o que as colocam em desvantagem por perder mais rapidamente o status comparado aos homens. Esse duplo risco justifica por que homens e mulheres idosos recebem julgamentos distintos sobre a aparência. Na sociedade, os homens mais velhos são vistos como “durões, rudes e viris”, e as rugas, cabelos brancos ou calvície não afetam a imagem masculina, que se torna ainda mais distinta e atrativa, sendo traduzidas essas características por maior experiência, sabedoria, poder (OPAS, 2022). Diferentemente dos homens, as mulheres mais velhas, enrugadas e de cabelos brancos não são poupadas de críticas, sendo declarada a “decadência” para a mulher (SALGADO, 2002).

Assim, para retardar os sinais do envelhecimento, as mulheres usam tinturas para cabelos e produtos para combater o envelhecimento, sendo alvo de uma indústria da beleza e antienvelhecimento que vem se expandindo cada vez mais (OPAS, 2022). Nesse contexto, Teixeira, Souza e Maia (2018), analisam o paradoxo existente na

sociedade atual: ao mesmo tempo que se deseja prolongar a vida em anos, com o desenvolvimento de novas tecnologias, rejeita-se de todas as formas tudo o que se vincule à figura do velho. Ou seja, o investimento para ampliar a expectativa de vida não encontra correspondência por parte da sociedade que não está preparada para acolher a população idosa, visto que não é reconhecida a significância dos papéis por eles desempenhados (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Salgado (2002), compreende que o envelhecimento é um processo natural que a maioria das mulheres desejaria viver, mas a sociedade não valoriza nem a velhice, nem a condição de ser idoso e separa as pessoas por idade e por gerações. Nesse contexto, as mulheres estão sendo socializadas e treinadas para temer a velhice e, por esse motivo, negam o próprio envelhecimento para não serem penalizadas pela sociedade que privilegia o homem e a juventude. Assim, ser mulher e velha é ser duplamente desvalorizada (SALGADO, 2002).

A discriminação que a mulher mais velha sofre no âmbito pessoal e social também afeta o seu desenvolvimento profissional, pois, conforme a OPAS (2022), “as mulheres idosas têm menos tempo no mercado de trabalho, ganham menos e têm menos possibilidade de terem aposentadoria ou poupança substancial”. Cepellos (2021), endossa o argumento de que a feminização do envelhecimento supera a questão quantitativa, analisando o impacto desse fenômeno no contexto do trabalho. Segundo a autora, as mulheres no processo de envelhecimento enfrentam maiores barreiras no mercado de trabalho, para inserção, permanência e progressão em suas carreiras em função do preconceito de gênero e idade (CEPELLOS, 2021).

Nesse sentido, segundo Cepellos (2021), esse fenômeno interessa ao contexto das organizações, pois, nessa fase, muitas mulheres ingressam ou permanecem no mercado de trabalho. Contudo, a autora observa que a maioria dos trabalhos que aborda o fenômeno do envelhecimento trata de forma homogênea mulheres e homens, sem considerar as especificidades de cada gênero, sendo escassos os estudos que se dedicam a aprofundar o envelhecimento da mulher e que caracterizam a feminização do envelhecimento no contexto do trabalho (CEPELLOS, 2021).

Porém, pode-se dizer que é inconsistente a tentativa de estabelecer um marco cronológico para o envelhecimento feminino, considerando que a categoria velhice é socialmente construída, e não é uma experiência homogênea entre as mulheres, o que dificulta precisar se a mulher é velha aos 60, 65 ou 70 anos (DEL PRIORI, 2014). Do mesmo modo, no mercado de trabalho, parece não existir um consenso na literatura quanto à idade da mulher para ser considerada “velha”; uns vão considerar a partir dos 40 anos, enquanto outros, depois dos 50 anos (CEPELLOS, 2021). “Para as mulheres, a idade é potencialmente um duplo prejuízo: elas frequentemente sofrem discriminação etária em idades mais jovens que os homens” (FINEMAN, 2014; CEPELLOS, 2021).

Nesse sentido, Cepellos (2021), afirma que “a feminização do envelhecimento não está associada exclusivamente às mulheres idosas, ou seja, aquelas com 60 anos ou mais (Lei nº 8.842, 1994), mas também às mulheres que sofrem discriminação antes mesmo de atingirem a terceira idade”. Desse modo é importante analisar o contexto e a cultura social na qual estão inseridas as mulheres, para entender a influência que esse contexto exerce no envelhecimento feminino (CEPELLOS; TONELLI, 2022). Assim, “o corpo como capital” (BOURDIEU, 1988) da mulher se torna uma importante forma de capital físico, simbólico e social (GOLDENBERG, 2011). Cabe aqui destacarmos que não se trata de qualquer corpo, mas de determinado tipo de corpo (magro, jovem, em boa forma, sexy). Esse corpo é uma riqueza desejada pela classe média e outros estratos sociais do Brasil, visto como um meio para ascensão social e uma importante forma de capital no mercado de trabalho, no mercado de casamento e no mercado erótico. Essa crença produz uma cultura que investe muito (financeiramente, no trabalho duro e com alguma carga de sacrifício) na forma física, gerando, por outro lado, uma profunda insatisfação das mulheres brasileiras com a própria quando se distanciam dos corpos jovens prestigiados (GOLDENBERG, 2011).

Assim, para Mori e Coelho (2004), as transformações no corpo comuns do processo natural de envelhecimento causam um sofrimento psíquico nas mulheres ocidentais, “cuja história tem passado pela história de seus corpos, cuja tríade da perfeição física — juventude, beleza e saúde — tem gerado consequências psicológicas cada vez mais sérias no enfrentamento do processo de envelhecimento” (MORI; COELHO, 2004). Por trás da luta que se trava contra o envelhecimento, Domingues e Freitas

(2019) denunciam um discurso ideológico que legitima o ageísmo, na sua forma sutil e implícita, ao afirmar, com base em outras pesquisas, o que se segue:

O ideal de perfeição do corpo, representados pelas mais diversas mídias ao tomar o corpo do velho como objeto, institucionaliza os diferentes discursos sobre o corpo e, como denuncia Beauvoir, nos afasta da possibilidade de viver a velhice. Como afirma Debert (2011), “é a materialidade do corpo envelhecido que se transforma em norma, pela qual o corpo vivido é julgado e suas possibilidades são restringidas” (p. 80) (REIS *et al.*, 2018, p. 4).

De acordo com Beauvoir (1980), a mulher, por volta dos 50 anos, tem vigor físico e se sente rica de experiências, mas é também a partir dessa idade que ela deixa de se dedicar a alguém e começa a se sentir inútil. Para Salgado (2002), os sentimentos de inutilidade que a mulher vivencia nessa fase são provocados por todos os mitos e estereótipos existentes na sociedade. A mulher passa por conflitos relacionados à “não aceitação da velhice”, “negação de sua sexualidade”, com sentimentos de baixa autoestima, porque já não se vê mais fisicamente como era antes, considerando-se aquém das expectativas sociais que exigem da mulher juventude, beleza e produtividade para ser incluída na sociedade. Além disso, nessa fase, a mulher experimenta a repulsa social que provoca o seu envelhecimento, é quando ela deixa de ser, na visão masculina, um objeto erótico, por ter se tornado velha e feia, perdendo o seu lugar na sociedade (GOLDENBERG, 2011).

Contudo, diferentes contextos e culturas influenciam as percepções que as mulheres têm quanto ao seu próprio envelhecimento. Para entender melhor essa influência, Goldenberg (2011; 2012) identificou algumas diferenças entre as mulheres brasileiras e as mulheres alemãs que estão passando pelo processo de envelhecimento. O perfil das mulheres alemãs pesquisadas, identificadas como geração pós-guerra e pós-movimento feminista, apresenta as seguintes características: mulheres que trabalham, independentes financeiramente, algumas optaram por não ter filhos, algumas são casadas com homens da sua faixa etária, outras são divorciadas ou solteiras. Já o perfil das brasileiras entrevistadas é representado por mulheres que trabalham ou são aposentadas, são ou foram casadas, todas têm filhos, cumpriram ou não o papel de esposa e mãe (GOLDENBERG, 2012).

Goldenberg (2012), observou que as mulheres brasileiras pesquisadas, a despeito de terem conquistado poder objetivo (realização profissional, independência econômica, maior escolaridade, liberdade sexual), apresentam uma miséria subjetiva em seus discursos, quando se revelam demasiadamente preocupadas com o peso, sentem vergonha do corpo, medo da solidão⁷. Além da decadência física, estão presentes em seus discursos a falta de homem, a invisibilidade social e a aposentadoria do mercado afetivo e sexual⁸. A pesquisadora considera que essa postura de vitimização das mulheres está relacionada às perdas, medos e dificuldades do envelhecimento. Nos discursos das mulheres brasileiras, há também uma grande ênfase na ideia de liberdade para as mulheres que estão nessa faixa de idade, ressignificando essa fase da vida para mudanças positivas, de novas buscas, conquistas, amadurecimento, sabedoria (GOLDENBERG, 2012).

Diferentemente das brasileiras, Goldenberg (2012), percebe as mulheres alemãs muito mais individualizadas e independentes da figura masculina; mais confortáveis com o envelhecimento; mais seguras tanto no aspecto profissional como também em suas relações conjugais e subjetivamente. O discurso dessas mulheres se revela positivo, enfatizando a riqueza dessa etapa da vida de realizações profissionais, intelectuais e afetivas. Elas se sentem no auge da vida aos 60 anos, fazem projetos profissionais, viagens, revelam-se confiantes quanto as suas possibilidades. Não estão apegadas ao corpo e à aparência jovem, pois estão mais interessadas na realização profissional, saúde e qualidade de vida (GOLDENBERG, 2012).

No contexto brasileiro, a cultura de valorização do corpo e da juventude acaba por influenciar a mulher na formação de um conceito negativo sobre sua própria imagem,

⁷ Para Goldenberg (2008), um fato curioso é que as mulheres brasileiras que demonstram estar mais satisfeitas não são as que correspondem ao corpo capital valorizado pela cultura, mas aquelas que estão casadas há anos e que, por essa razão, detém o “capital marital”. No Brasil, devido à escassez de homens disponíveis na faixa etária pesquisada, ter um marido significa possuir um capital, visto que o homem é considerado um “produto raro e valorizado”, conferindo, desse modo, poder às mulheres casadas.

⁸ Metáfora utilizada pelas mulheres para justificar que não estão mais disponíveis para relacionamentos afetivos e/ou sexuais.

mesmo antes da velhice⁹; o que faz Goldenberg (2012), pensar que o envelhecimento é um problema muito maior para as brasileiras. Essas mulheres, para parecerem mais jovens, fazem um enorme sacrifício por meio do corpo, da roupa e do comportamento. Além disso, “em seus discursos as brasileiras enfatizam as faltas que sentem, e desprezam as suas conquistas objetivas” (GOLDENBERG, 2012).

Destarte, o fenômeno da feminização do envelhecimento é multifacetado (CEPELLOS, 2021), e são muitos os desafios que as mulheres enfrentam com relação aos seus corpos envelhecidos no campo do trabalho, pois os sinais do tempo no corpo denunciam a idade, gerando medo e insegurança na mulher diante da possibilidade de sofrer preconceitos no ambiente de trabalho. Sobre os desafios da mulher mais velha no contexto do trabalho e a concepção do corpo na cultura transformado em “capital” (BOURDIEU, 1988), Vieira e Cepellos (2022), constataram que, na literatura, os estudos que tratam da questão de gênero, normalmente, evidenciam a preferência nas organizações por corpos masculinos, brancos, magros, disciplinados e produtivos.

Entretanto, as autoras ressaltam que não somente o gênero é importante como a idade para explicar as relações assimétricas de poder no contexto organizacional. Considerando a perspectiva do corpo sócio-hierarquizado¹⁰ (conceito aqui utilizado pelas autoras para desconstruir a ideia de cargos como instituições neutras e meritocráticas), um corpo de mulher envelhecido parece não ter valor para as organizações, sendo rotulado de menos relevante e obsoleto, fator que é usado para justificar a destinação da mulher mais velha a ocupar cargos inferiores nas organizações (VIEIRA; CEPELLOS, 2022). Assim, no caso da mulher executiva, além de ter que comprovar sua competência, enfrentar desafios relacionados ao ambiente

⁹ No Brasil, segundo Goldenberg (2011, p. 83), as mulheres antes dos 30 anos já falam da decadência do corpo e da falta de homem ou das faltas de seus homens (falta de comunicação, de romance, de carinho, de elogios, de sexo, de fidelidade etc).

¹⁰ “Os estudos da linha de corpo sócio-hierarquizado defendem o argumento de que os grupos culturais atribuem uma ordem hierárquica social para corpos e, a partir dessa premissa, buscam politizar tal processo classificatório” (p. 420) (FLORES-PEREIRA, 2010 citado por VIEIRA & CEPELLOS, 2022). Segundo Vieira e Cepellos (2022), estudos dessa natureza permitem reconhecer hierarquias sociais, desigualdades étnicas, relações de poder, ao mesmo tempo que abrem espaço para a politização dessas relações.

corporativo masculino¹¹, deverá administrar mudanças físicas provocadas pelo envelhecimento (efeitos da menopausa, alterações metabólicas, doenças e transformações na aparência) e se preocupar demasiadamente em manter o corpo jovem para atender aos padrões de “corpo executivo ideal” esperado pelas organizações (VIEIRA; CEPellos, 2022).

Nesse sentido, note-se uma forte pressão social sobre a forma, tamanho e aparência do corpo da mulher executiva, que deverá ser jovial e preferencialmente magro. O distanciamento em relação a essa expectativa afasta a possibilidade da mulher envelhecida de se manter ou ascender a postos de maior poder nas organizações. Os cuidados com a aparência, o que inclui investimentos com atividades físicas, procedimentos e cirurgias visando retardar o processo de envelhecimento, imprimem atributos à imagem, que, na percepção das mulheres executivas, são condizentes com os valores apreciados pelas organizações, tais como “vivacidade, presença e disposição para trabalhar” (VIEIRA; CEPellos, 2022).

Para Cepellos (2021), a constituição da feminização do envelhecimento pode ocorrer em diferentes categorias de idade dos funcionários, mas ela é maior entre as faixas etárias mais jovens e mais velhas, sendo as mulheres as principais vítimas. A discriminação sofrida pela mulher por idade é um fenômeno que extrapola uma organização, sendo coproduzido na interação de processos políticos e organizacionais. A autora afirma que os homens, independentemente de suas idades são mais valorizados em relação às mulheres que envelhecem nas organizações. Cepellos (2021), salienta que as mulheres podem sofrer discriminação explícita no trabalho sendo taxadas de velhas e podem ser eliminadas em processo de seleção e recrutamento por meio de linguagem neutra utilizada para camuflar o preconceito de idade quando, por exemplo, são rejeitadas em vagas de empregos porque estariam muito experientes ou super qualificadas para o cargo pretendido.

¹¹ Segundo Acker (1990), a estrutura organizacional não é neutra em termos de gênero, e há um pressuposto de que o trabalhador é um homem. Fato é que permeiam nos processos organizacionais imagens do corpo masculino e da masculinidade, o que contribui para marginalização das mulheres e a manutenção da segregação de gênero nas organizações.

Ademais, conforme observa a autora, as mulheres também sofrem discriminação pela aparência no contexto profissional, e as atitudes de discriminação não partem exclusivamente dos homens, mas sobretudo de outras mulheres mais jovens que, devido à competitividade dentro da organização, disputam o espaço profissional pela aparência. Assim, as mulheres são discriminadas não somente pela idade, mas também em relação a sua aparência e sexualidade no contexto do trabalho. As autoras identificaram, por meio de alguns estudos, que as mulheres são submetidas ao que tem sido denominado de “*lookism*”¹², termo usado para definir o fenômeno da discriminação baseado na aparência contra pessoas que são consideradas pouco atraentes fisicamente de acordo com os padrões normativos preestabelecidos e/ou sociais generalizados (CEPELLOS; TONELLI, 2022). As autoras discutem, com base na contribuição de outros autores, que a aparência e o *lookism*, no contexto organizacional, vão além da atratividade sexual, sendo que a boa aparência se apresenta como um requisito profissional, faz parte do código de ética de conduta das mulheres bem-sucedidas (CEPELLOS; TONELLI, 2022).

Cepellos e Tonelli (2022), encontraram evidências em dados empíricos de que as mulheres executivas, apesar de ocuparem cargos corporativos de alto escalão pelo reconhecimento de suas competências e habilidades, são vítimas de preconceito em relação à aparência e idade, e, por essa razão, são proibidas de envelhecer, necessitam cuidar constantemente de suas aparências, submetendo-se a procedimentos estéticos que ajudam a ocultar os sinais visíveis do seu envelhecimento. Além disso, vivenciam seu processo de envelhecimento como morte simbólica física, social e profissional. Para retardar o processo de envelhecimento, essas mulheres cuidam da aparência, desenvolvem novas habilidades e criam novas histórias de vida por meio de um novo trabalho, carreira ou projetos (pessoais ou sociais) em um fenômeno denominado como “renascimento simbólico” (CEPELLOS; TONELLI, 2022).

¹² Esse tipo de preconceito é considerado pelos pesquisadores mais difícil de ser provado do que outros, havendo lacuna de estudos empíricos sobre as questões de corpo, gênero e idade para investigar como as mulheres na liderança lidam com esse processo (CEPELLOS; TONELLI, 2022).

As três categorias relacionadas à palavra “morte” (simbólica física, social e profissional) superam o sentido de morte real e emergiram das falas das entrevistadas como metáforas de situações vividas, nas quais o envelhecimento está associado a diferentes formas de finitude (CEPELLOS; TONELLI, 2022), a saber:

- a) A morte simbólica física está relacionada aos sinais do corpo que evidenciam o envelhecimento (rugos, aumento de peso, cabelos grisalhos, cansaço físico e intelectual e a aparência que pode sugerir uma imagem de um profissional descuidado e desleixado que não corresponde às expectativas da organização);
- b) A morte profissional simbólica profissional refere-se à percepção das mulheres executivas que é o final do seu ciclo profissional, o que provoca um sentimento constante de medo, visto que o envelhecimento pode ser um fator que justifica a demissão por idade. Para essas mulheres que percorreram um longo caminho para ascensão na carreira, acostumaram-se a um determinado estilo de vida associado à identidade do trabalho, que lhes oferece um status de prestígio, a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho é vista com menos oportunidades à medida que envelhecem;
- c) A morte simbólica social diz respeito à dimensão social e está ligada às perdas advindas de eventos como a menopausa, relógio biológico, ninho vazio, aposentadoria e dificuldade de encontrar um parceiro.

Cepellos e Tonelli (2022), encontraram, nos discursos das mulheres em cargos de liderança, múltiplas formas de reagir ao envelhecimento por meio de cuidados com o corpo e desenvolvimento de novas habilidades. Para retardar o envelhecimento, os cuidados com o corpo incluem atenção especial à saúde física e mental e à estética corporal, visando diminuir os sinais de velhice, melhorar a aparência e tornar o corpo mais funcional. Também as mulheres procuram desenvolver habilidades pessoais e profissionais como forma de compensar os efeitos físicos, profissionais ou sociais do envelhecimento. O trabalho ocupa função importante para minimizar a consciência do envelhecimento e retardar seu processo para essas mulheres, uma vez que, ao se

manterem ativas, sentem-se mais jovens e constantemente desafiadas (CEPELLOS; TONELLI, 2022).

Desse modo, o processo de envelhecer desencadeia nas mulheres novos propósitos e comportamentos, maior disposição para cuidar de si mesmas e desperta o desejo de aproveitar os anos de vida que restam de forma mais prazerosa. Nesse sentido, visando minimizar os efeitos físicos, sociais e profissionais do envelhecimento, as mulheres concentram suas angústias sobre o futuro na busca de uma vida mais equilibrada, que, por outro lado, é incompatível com as atividades profissionais desgastantes que elas realizam (VIEIRA; CEPELLOS, 2022). Alude-se, então, à ideia de um renascimento simbólico, o início de uma nova história de vida, quando essas mulheres optam pelo encerramento de suas carreiras executivas ou pela redefinição do trabalho (inclui alterar rotinas de trabalho, rejeitar demandas, delegar tarefas, reduzir o tempo de trabalho) ou, ainda, pela busca de uma nova carreira que pode ser consultoria, *coaching*, membro de conselho, gestão do próprio negócio e setor acadêmico (CEPELLOS; TONELLI, 2022).

Porém, pela lente da diversidade, Cepellos (2021), ressalta que são muitas as feições das mulheres que enfrentam a feminização do envelhecimento no contexto organizacional. Essas mulheres que se diferenciam quanto a etnia, raça, classe social e estado civil (mulheres divorciadas, viúvas, mães solteiras etc.) desempenham, simultaneamente ao trabalho, diversos papéis sociais; enfrentam desafios ligados ao envelhecimento e ainda sofrem duplamente discriminação de gênero e de idade no trabalho. No sentido de minimizar os efeitos do envelhecimento, as organizações deveriam se atentar para as necessidades das mulheres que ficam mais vulneráveis em alguns postos de trabalho ao estresse, a acidentes físicos que colocam em risco sua saúde (especialmente as faxineiras, enfermeiras e profissionais auxiliares) e a sobrecarga de trabalho quando em cargos hierárquicos mais altos nas empresas (CEPELLOS, 2021).

Finalizada a abordagem teórica desta pesquisa, no próximo capítulo apresenta-se o percurso metodológico a ser adotado na condução do estudo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa.

3.1 Tipo de pesquisa e abordagem do estudo

O objetivo deste estudo é analisar de que forma o envelhecimento e o ageísmo são percebidos a partir do discurso de mulheres ordinárias, com idade igual ou superior a 45 anos, no que tange a seus impactos nas relações de trabalho no contexto brasileiro. Para tanto, a pesquisa quanto à sua finalidade é do tipo descritiva, pois esse tipo tem por objetivo principal descrever as características que ajudam a compreender um fenômeno, na sua totalidade (GODOY, 1995; VERGARA, 2015), além de possibilitar analisar dado fenômeno por meio do levantamento de opiniões, atitudes e crenças (GIL, 2010). Sendo assim, a pesquisa tem por objetivo descrever de que modo as crenças sexistas e gerofóbicas da sociedade têm se manifestado nas relações de trabalho, legitimando e sendo legitimadas pelo ageísmo das mulheres ordinárias.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que ela permite compreender esse fenômeno social, num nível de realidade que não se mede quantitativamente, pois, segundo Minayo (2002), essa abordagem “trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um processo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...] (p. 21–22). Nesse sentido, a abordagem qualitativa permitiu compreender aspectos subjetivos e complexos sobre como as mulheres mais velhas interpretam suas experiências em relação aos níveis de manifestação do ageísmo e a forma como ele é expresso nas relações de trabalho, e qual o significado que elas atribuem a essas experiências.

3.2 Sujeitos de pesquisa

Esta pesquisa contou com um total de 25 mulheres entrevistadas, com idade igual ou superior a 45 anos, que trabalham em diferentes organizações e, em alguns casos, informalmente, independentemente do ramo de atividade e profissão. A definição

dessa faixa etária se baseia no que a literatura tem discutido a respeito do envelhecimento, especialmente relacionado ao ageísmo das mulheres no contexto de trabalho.

Na literatura, os alvos do ageísmo em estudos populacionais de envelhecimento global encontram-se na faixa etária de 50 anos ou mais. Igualmente, os trabalhadores mais velhos que enfrentam o ageísmo de nível estrutural no local de trabalho e nos ambientes de assistência à saúde são normalmente considerados nessa faixa de idade (CHANG *et al.*, 2020). Nesse mesmo sentido, Kai, Lourenço e Fernandes (2020), quanto ao critério que adotaram para definir a faixa etária dos sujeitos de pesquisa sobre o envelhecimento nas organizações, argumentam que, a partir dos 50 anos de idade, inicia-se socialmente o processo de envelhecimento e as exigências se acentuam tanto em relação ao processo de envelhecimento quanto no contexto do trabalho. Além disso, muitos profissionais, nesta idade, ainda terão que continuar trabalhando por muitos anos devido às reformas previdenciárias, fase em que suas vidas estarão permeadas pelo processo de envelhecimento.

Em relação ao público-alvo dessa pesquisa, do ponto de vista da legislação brasileira, o envelhecimento da mulher se inicia aos 60 anos (SILVA; HELAL, 2019). No entanto, considerando que a categoria velhice é construída socialmente ao longo do tempo e a experiência do envelhecer não é homogênea entre as mulheres, é difícil precisar se a mulher é “velha” aos 50, 60, 65 ou 70 anos (DEL PRIORI, 2014). Da mesma forma, no mercado de trabalho, parece não existir um consenso na literatura quanto à idade da mulher para ser considerada “velha”, uns vão considerar a partir dos 40 anos, enquanto outros, depois dos 50 anos (CEPELLOS, 2021). Contudo, na meia-idade, as mudanças corporais provocadas pelo processo de envelhecimento afetam a autoimagem feminina e podem potencializar um sofrimento psíquico, conforme a visão que a sociedade tem sobre o envelhecimento da mulher (MORI; COELHO, 2004). As mulheres têm que lidar com vários eventos relacionados a perdas (menopausa, ninho vazio, viuvez, aposentadoria etc.), (SALGADO, 2002; MORI; COELHO, 2004), denominados e categorizados em mortes simbólicas: físicas, profissionais e sociais (VIEIRA; CEPELLOS, 2022).

Nesse sentido, para a construção desta pesquisa, optamos por entrevistar mulheres com idade superior a 45 anos por perceber que tal idade já contempla aspectos importantes para compreender o envelhecimento e o ageísmo relativo às mulheres ordinárias. Cabe aqui ainda destacar que, de acordo com Minayo (1992), nos estudos qualitativos, a definição dos sujeitos de pesquisa não se baseia no critério quantitativo, mas na representatividade dos indivíduos sociais que tem uma vinculação significativa com o fenômeno estudado de modo a contemplar “a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”.

Nesse sentido, Triviños (1987), acrescenta que a escolha deixa de ser aleatória e se decidem intencionalmente os sujeitos da pesquisa, a partir de alguns critérios: escolha de sujeitos que sejam essenciais para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade de ter contato; disponibilidade pessoal para as entrevistas etc. Assim, as entrevistadas foram selecionadas tendo em vista esses critérios mencionados pelos autores.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi por meio de entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro produzido previamente. Nesta pesquisa, a técnica da entrevista, que é uma comunicação verbal, foi realizada de maneira individual (MINAYO, 2002), no dia, local e horário que melhor atendessem às necessidades das entrevistadas. Importante aqui destacar que a entrevista semiestruturada foi adotada porque, além de valorizar a presença do investigador, dá condições ao entrevistado de se expressar com liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Esse tipo permite que ocorram mudanças ou aprimoramento da questão de pesquisa, conforme o entrevistado, pois é dinâmica e flexível, podendo aprofundar outras questões não previamente incluídas no roteiro (TRIVINOS, 1987). O roteiro para a entrevista utilizado encontra-se no Apêndice A deste documento e foi organizado em dois blocos, conforme apresentado a seguir.

-  O Bloco I contém questões que se referem aos dados de identificação geral da entrevistada.

- ✚ O Bloco II contém questões específicas, relacionadas ao significado do que é ser mulher; trajetória de vida pessoal e profissional; significados do envelhecimento; estereótipos de idade; vantagens e desvantagens das mulheres 45+ no mercado de trabalho; expectativas da mulher mais velha no mercado de trabalho; manifestações do ageísmo e formas de enfrentamento do preconceito de idade no trabalho.

Por fim, antes de dar início à pesquisa de campo propriamente dita, o projeto de pesquisa desenvolvido foi submetido ao Comitê de Ética do Centro Universitário Unihorizontes. O parecer final encontra-se disponível no Anexo A, e, após a aprovação do projeto, deu-se início à coleta de dados.

A técnica de bola de neve, que é uma forma que utiliza as redes de referência, foi a principal forma escolhida para localizar os sujeitos da pesquisa. Essa técnica se mostrou bastante útil na prática, pois trata-se de um tema no âmbito privado e as mulheres, pelo fato de terem sido indicadas por conhecidos, ficaram mais propensas a participar da pesquisa (VINUTO, 2014). Dessa forma, lançou-se mão de amigos, colegas do trabalho, colegas e professores do curso de mestrado que, com base no perfil necessário, ajudaram a encontrar os sujeitos da pesquisa. Esse foi o ponto de partida, para o início dos contatos com as mulheres que foram indicadas pela minha rede social. À medida que as entrevistas aconteciam, essas mulheres me indicavam novos contatos de sua própria rede pessoal com as características desejadas. Embora o uso da técnica de bola de neve tenha facilitado a localização dos sujeitos da pesquisa, a maior dificuldade encontrada foi a falta de disponibilidade alegada por algumas das mulheres indicadas para participar da entrevista na forma presencial.

Quanto ao período realizamos as entrevistas de novembro a dezembro de 2022, na forma presencial e individual, com agendamento do dia, local e hora, respeitadas a disponibilidade e conveniência da entrevistada. A maioria das entrevistas ocorreu na cidade de Belo Horizonte, apenas uma delas em Ribeirão das Neves, duas em Betim e uma em Contagem.

O protocolo de campo iniciou com explicações à entrevistada de quais eram os objetivos da pesquisa e, em seguida, caso ela concordasse em participar, eram

solicitadas a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A). O TCLE é um documento que foi submetido e aprovado pelo Conselho de Ética do Centro Universitário Unihorizontes que formalizou a autorização para a análise das entrevistas. Para fins desta pesquisa, considerando os aspectos éticos relevantes, a identidade das entrevistadas foi mantida no anonimato, sendo assim, utilizamos pseudônimos escolhidos aleatoriamente para identificá-las ao longo da pesquisa. Optamos pela utilização de pseudônimos em vez de códigos (E1, E2, E3...) comumente utilizados em pesquisas qualitativas por acreditar que tal estratégia traria um caráter menos mecanizado e mais humanista para esta pesquisa. A adoção de nomes fictícios, no lugar de utilizar códigos ou números, teve por objetivo preservar o caráter de uma identidade singular das entrevistadas, visto que a ênfase no tratamento de dados será nos aspectos subjetivos do discurso dessas diversas mulheres, evitando-se as generalizações.

Todas as mulheres que participaram da pesquisa autorizaram a gravação de áudio da entrevista. Posteriormente, essas entrevistas foram transcritas na sua íntegra, sem passar por uma revisão de português, tendo em vista o método da análise de discurso. O total de minutos gravados de entrevista foi 14 horas, 57 minutos e 53 segundos, o que significa uma média de 35 minutos e 55 segundos por entrevistada, as quais foram transcritas em um total de 309 páginas impressas, fonte *Arial*, espaçamento 1,5 entre linhas e margem padrão ABNT (superior e esquerda 3 cm, inferior e direita 2 cm). Assim, este conjunto de dados compôs o *corpus* discursivo submetido à técnica de análise de dados adotada.

3.4 Estratégia de análise dos dados

Quanto à técnica de análise dos dados, optamos pela Análise do Discurso (AD) na vertente francesa. De acordo com Leão (2011), a Análise do Discurso pode ser compreendida como uma abordagem teórico-metodológica, ultrapassando, por conseguinte, os limites de uma técnica de análise de dados pura e simples. Nesse sentido, Orlandi (2007) explica que a AD vai além dos aspectos relacionados à linguagem e ao uso da gramática; ela trata do discurso, que, etimologicamente, associa-se à ideia de curso, de percurso, de movimento. Portanto, entende-se por discurso a palavra em movimento, a prática de linguagem, enquanto o estudo do

discurso observa o homem quando fala (ORLANDI, 2007). “A linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável” (LEÃO, 2011).

Segundo Lima *et al.* (2018), Michel Pechêux, influenciado pelo seu ativismo político marxista, e em oposição ao pensamento estruturalista, propôs um campo de investigação com o objetivo de integrar a análise das condições de produção do discurso aos processos discursivos. A AD fundamenta-se na ideia de que “o discurso implica exterioridade da linguagem em torno da ideologia e do social” (LIMA *et al.*, 2018).

Do ponto de vista epistemológico, “a AD se inscreve no materialismo histórico e dialético, na linguística e na teoria do discurso”. A Psicanálise constitui outro campo do conhecimento que fundamentou a AD contribuindo com a concepção da linguagem “situando o sujeito como ser que fala e representa o mundo simbolicamente”, e fazendo a correspondência entre “o não-dito” “a uma fala que, ao faltar, situa o lugar do sujeito” (LIMA *et al.*, 2017). Por tais características, os dados obtidos serão tratados a partir da análise de discurso pela vertente francesa. Para Lima *et al.* (2017), a análise de discurso (AD) visa superar a apreensão das falas em suas linearidades e superficialidades, buscando compreendê-las de forma articulada às suas condições materiais de produção.

Para a AD, levamos em consideração os conceitos de sujeito, linguagem e discurso contidos desde a formulação do problema da pesquisa. A partir desses conceitos, analisamos o *corpus* discursivo, isto é, a fala materializada em entrevistas, observando as seguintes etapas: “passagem da superfície linguística para o objeto discursivo; passagem do objeto discursivo para o processo discursivo; constituição dos processos discursivos” (LIMA *et al.*, 2017).

Levando em conta a complexidade da abordagem francesa, a estrutura adotada para AD irá seguir o roteiro apresentado por Saraiva (2009):

- a análise lexical (do vocabulário usado em um enunciado discursivo); os temas (elementos mais abstratos de um discurso) e figuras (elementos

mais concretos de um discurso) explícitos ou implícitos, inclusive os personagens;

- os percursos semânticos estruturados a partir dos temas e figuras (recorrência, ao longo do discurso, de elementos semânticos subjacentes);
- os aspectos interdiscursivos (um conjunto de discursos, em que a identidade de um discurso depende de sua relação com outros, isto é, que ele não se constitui independentemente a outros discursos);
- os aspectos da sintaxe discursiva (estrutura pela qual um discurso é construído, incluindo figuras de linguagem, como metáforas, metonímias, prosopopeias e hipérboles);
- os aspectos refletidos e refratados nos discursos (estratégia discursiva analisada por Bakhtin (2006), que parte da resignificação dos temas nos discursos, isto é um discurso refratado é reinterpretado conforme os referenciais os enunciadores);
- as condições sociais de produção dos discursos (e às condições reais de que o enunciador dispunha para que enunciasse o discurso daquela forma e não de outra qualquer, ou seja, identificação de quais elementos sociais o discurso é produzido);
- os discursos presentes no texto (entendidos como produção social de textos);
- os aspectos ideológicos defendidos nesses discursos (Em termos discursivos, ideologia se refere à intenção do texto socialmente produzido, isto é, a posição imanente a um dado enunciado discursivo. Como não há discurso neutro, ele necessariamente apresenta uma posição que é defendida. Da mesma forma, já se posiciona sobre o que combate em termos ideológicos);
- os aspectos ideológicos combatidos nesses discursos;
- a posição do texto em relação ao discurso hegemônico na sociedade em que se situa (Neste item, se coteja a posição defendida no discurso com a hegemonia discursiva na sociedade, podendo ser identificado, se o discurso se alinha ao que é dominante em termos sociais, ou se constitui algo marginal) (SARAIVA, 2009, p.90–91 – Adaptado).

Concluída a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na construção desta pesquisa, no capítulo que se segue, os dados são apresentados e analisados considerando o objetivo da pesquisa, seu marco teórico e os procedimentos metodológicos adotados.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo abarca a análise dos dados e discussão dos resultados desta pesquisa considerando os aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos que envolvem a análise de discurso francesa. Desse modo, apresentamos, inicialmente, algumas informações sociodemográficas das entrevistadas e, na sequência, a análise propriamente dita.

A partir dos discursos das entrevistadas, foi possível identificar alguns percursos semânticos no discurso do ageísmo da mulher ordinária 45+. Definiram-se, inicialmente, três categorias *a priori*: o romance biográfico; envelhecimento; relações de gênero. Dessas categorias emergiram mais três categorias na pesquisa assim denominadas: o protagonismo da mulher 45+?; os descaminhos no mercado de trabalho; as sutilezas não tão sutis do ageísmo da mulher 45+.

4.1 Perfil sociodemográfico das entrevistadas

O primeiro bloco de perguntas do roteiro da entrevista semiestruturada que utilizamos na coleta de dados tinha por objetivo levantar alguns dados para a identificação do perfil das mulheres 45+ entrevistadas. Com esse critério e com as informações obtidas, produzimos o quadro 2, referente ao perfil das entrevistadas.

Quadro 2- Perfil das entrevistadas

Nome	Idade	Orientação sexual	Raça/cor	Estado civil	Filhos	Formação	Profissão
Liz	62	Heterossexual	Branca	Separação (de corpos)	3	Ensino médio completo	Taróloga
Flávia	50	Heterossexual	Branca	Solteira	1	Superior completo (Administração de empresas)	Administradora
Arlene	51	Heterossexual	Branca	Casada	4 (2 falecidos)	Superior completo (Geografia)	Professora do ensino Fundamental II e Ensino Médio
Livia	50	Heterossexual	Branca	Casada	1	Mestrado em Administração	Relações Públicas e Marketing

						Superior completo (Marketing) e cursando Fisioterapia	
Karina	52	Heterossexua l	Não quis declarar	Separada	3	Ensino médio completo	Vigia
Samanta	55	Heterossexua l	Preta	Solteira	2	Superior completo (Assistente social) e cursando pós-graduação <i>lato sensu</i>	Estagiária e cantora
Terezinha	50	Heterossexua l	Parda	Casada	1	Ensino fundamental incompleto (até 6ª série)	Padeira
Camila	56	Heterossexua l	Parda	Casada	4	Ensino médio completo	Caseadeira
Helena	60	Heterossexua l	Branca	Casada	2	Mestrado incompleto (cursando) Pós-graduação <i>lato sensu</i> . Ensino superior (Programação Visual e Psicologia)	Servidora pública, cargo de Design gráfico
Naiara	59	Heterossexua l	Preta	União estável	2	Ensino superior completo (Gestão Pública) e pós-graduação <i>lato sensu</i>	Servidora pública, cargo de Porteiro.
Sofia	75	Heterossexua l	Branca	Casada	0	Especialização em Museologia Ensino superior completo (Letras, especialização em Patrimônio Cultural e em Turismo regional.	Aposentada e consultora área patrimônio cultural
Maria	57	Heterossexua l	Parda	Solteira	2	Ensino Médio completo	Gerente de supermercado
Zilá	68	Heterossexua l	Branca	Casada	3	Ensino superior completo (Gestão Pública)	Servidora pública cargo de Auxiliar técnico
Luana	56	Heterossexua l	Parda	Solteira	0	Ensino superior completo (Pedagogia) e pós-graduação <i>lato sensu</i>	Professora particular do ensino fundamental
Ana Lúcia	50	Heterossexua l	Branca	Casada	9 (2 falecidos)	Ensino fundamental	Serviços Gerais de uma conservador a prestadora de serviços numa escola
Vera	68	Heterossexua l	Preta	Casada	3 (1 falecido)	Ensino médio completo, curso	Técnico de enfermagem

						técnico em enfermagem.	
Elisângela	47	Heterossexua l	Preta	Divorciada	1	Ensino médio completo	Costureira, salgadeira e diarista
Larissa	59	Heterossexua l	Branca	Separada (sem formalizaç ão)	3	Ensino médio completo	Vendedora de uma loja de cortinas
Beatriz	60	Heterossexua l	Branca	Divorciada	3	Ensino Fundamental	Cabelereira autônoma
Margarida	55	Heterossexua l	Branca	Divorciada	3	Ensino fundamental	Assistente administrativo
Valéria	62	Heterossexua l	Branca	Solteira	0	Ensino fundamental incompleto (até a terceira série)	Aposentada e faxineira de uma escola da rede privada
Nilza	59	Homossexual	Parda	Solteira	0	Ensino fundamental incompleto (até a 5ª série)	Serviços gerais de uma conservadora de condomínios
Ângela	61	Heterossexua l	Parda	Divorciada	2	Superior completo (Administração)	Vendedora
Celeste	51	Heterossexua l	Branca	casada	0	Superior completo (Relações internacionais)	Servidora pública, cargo de Assistente Administração
Luciana	45	Heterossexua l	Parda	casada	4 (1 falecido)	Ensino fundamental	Diarista e vendedora ambulante

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados referentes ao perfil das entrevistadas revelam que essas mulheres se encontram na faixa de idade entre 45 e 75 anos; com exceção de uma mulher que se autodeclara homossexual, todas são heterossexuais; quanto à raça, treze se autodeclararam brancas, sete se autodeclararam pardas, quatro se autodeclararam pretas, e uma mulher não quis se autodeclarar. Sendo assim, a maioria das entrevistadas é branca.

A entrevistada Karina, que se recusou a autodeclarar sua raça e trabalha como vigia em uma instituição pública federal de educação tecnológica, argumenta: “eu acho isso tão antiético, tão... (rs)”. No enunciado, a palavra antiético, junto à palavra tão, que é repetida duas vezes, tem a intenção de intensificar o quanto Karina repudia o preconceito racial, demonstrando, em seu discurso, a influência das normas sociais criadas para proibir a livre expressão de conteúdos preconceituosos contra grupos

minorizados (PEREIRA; VALA, 2011; TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018). O discurso refletido de Karina, que sofre a influência do seu ambiente de trabalho, é que não se deve classificar as pessoas pela raça porque isso reforça o preconceito social. Karina refrata em seu discurso que, para ser coerente com seus valores antipreconceito, prefere não autodeclarar sua raça. Ela silencia que tem receio de ser identificada a partir das características do seu perfil visto que a pessoa que lhe indicou para participar da entrevista é um dos gestores da escola onde ela trabalha como contratada. A insegurança de Karina revela uma fragilidade quanto ao uso da técnica de bola de neve, pois, mesmo tendo concordado em participar da entrevista e assinado o TCLE, era perceptível no início da entrevista que sua postura com inclinação defensiva encobria algum medo e desconfiança. Entretanto, ao longo da entrevista, tal aspecto foi se modificando, e Karina passou a se expressar com mais segurança, espontaneidade e humor.

Entre as mulheres que se declararam pretas, Samanta, 55 anos, cantora e assistente social, filha de pai preto e de avós paternos escravizados, sente necessidade de explicar a sua autodeclaração de raça no fragmento discursivo: “Então, eu me considero negra. Mas aí a gente vai entrar na discussão: eu me considero negra, mas o protocolo pede, insiste em dizer que eu sou parda, mas eu me considero negra”. No enunciado, Samanta repete três vezes a expressão “eu me considero negra” para enfatizar que tem consciência de que é uma mulher preta. Em “mas o protocolo pede, insiste em dizer que eu sou parda”, a conjunção “mas” é usada com a função sintática de introduzir uma oração opositiva; “o protocolo pede, insiste” contém ironia, e Samanta quer destacar a relação de poder, pois o protocolo usado para a classificação racial quer lhe convencer daquilo que ela não é: uma mulher parda. O discurso refletido é que, para Samanta, há um conflito entre a sua autodeclaração racial e o que a sociedade define em termos de raça. O discurso refratado de Samanta é que sua autodeclaração como uma pessoa preta é legítima por causa da sua ancestralidade racial. Ela silencia em seu discurso que tem sido prejudicada nos programas de cotas raciais, porque contestam sua autodeclaração racial. Nota-se ainda a posição de resistência do discurso da entrevistada frente ao discurso hegemônico que marginaliza e recrimina o negro e tudo a ele associado.

Quanto ao estado civil, onze mulheres são casadas, e há seis solteiras, quatro divorciadas, uma vive em união estável, e três são separadas, sendo que duas delas não formalizaram a separação de corpos (uma delas alega que o ex-marido não aceita a separação e a outra, por uma questão de conveniência, justifica que não se separa para manter os privilégios garantidos à esposa pela lei). No grupo das mulheres casadas, duas não têm filhos, e, no grupo das solteiras, três têm filhos. Todas as mulheres separadas, divorciadas e com união estável têm filhos. Quatro mulheres declararam que perderam filhos, duas delas perderam dois filhos, e duas perderam um filho. Cinco mulheres declararam que não tiveram filhos, entre elas, uma casada e uma solteira, disseram que foi por opção.

O nível de escolaridade das entrevistadas é bastante heterogêneo. Uma delas é mestra em Administração de Empresas e cursa outra graduação; cinco têm pós-graduação *lato sensu* (uma delas tem duas graduações e atualmente cursa o mestrado profissional); seis têm o curso superior (uma cursa a pós-graduação *lato sensu*); sete estudaram até o ensino médio completo, três concluíram o ensino fundamental, e três não concluíram o ensino fundamental.

Em relação à atividade econômica, oito entrevistadas trabalham por conta própria, entre elas, uma já é aposentada, dezessete têm emprego formal, e uma delas já é aposentada. O principal ramo de atividade das mulheres que trabalham em emprego informal é na área de serviços, e as ocupações são: taróloga, cabelereira, faxineira, professora particular, cantora e consultora. Na informalidade, na área do comércio, duas mulheres trabalham com vendas. Também nos empregos formais predomina a área de serviços, e essas mulheres trabalham como relações públicas, vigia, assistente social, técnica de enfermagem, diarista, serviços gerais, administradora, gerente, professora da educação básica e servidora pública, nos cargos de porteiro, auxiliar de administração e assistente de administração. Na área de produção, algumas mulheres trabalham como padeira, caseadeira, salgadeira e costureira.

4.2 O romance biográfico

O romance biográfico das mulheres ordinárias 45+, construído a partir da narrativa das entrevistadas, revelou que o ageísmo contra as mulheres oriundas de classes

sociais menos privilegiadas é naturalizado na nossa sociedade capitalista e de cultura patriarcal por meio de suas práticas sociais de opressão de gênero, raça, classe e orientação sexual usadas para legitimar as desigualdades sociais (SALGADO, 2002; COSTA; SARDENBERG, 2007; LIMA; CRUZ, 2021).

Diferentemente das condições de produção de discurso das mulheres executivas (CEPELLOS; TONELLI, 2017; CEPELLOS, 2021; VIEIRA; CEPELLOS, 2022), que são de classes sociais mais elevadas, possuem um padrão cultural mais elevado e ocupam altos cargos dentro das organizações, o ageísmo contra a mulher ordinária é afetado não apenas pelas diferenças nas relações de gênero e de idade observadas na nossa sociedade de cultura patriarcal, mas também porque são mulheres de determinada raça, classe social e orientação sexual (BEAUVOIR, 1980; COSTA, 1988; PEDRO, 2005; COSTA; SARDENBERG, 2007; ZIRBEL, 2021; ANDRADE, 2021).

As realidades díspares vividas pelas mulheres ordinárias 45+ trazem aproximações distintas das executivas em relação às vertentes dos movimentos feministas. Já as executivas denunciam o ageísmo como uma forma de opressão de gênero e se baseiam na pauta do feminismo liberal para reivindicar maior igualdade de direitos civis, políticos e de oportunidades no mercado de trabalho para a mulher mais velha em relação ao homem de sua classe social. As diversas mulheres ordinárias, entrevistadas para este trabalho, sequer conquistaram, na prática, os direitos garantidos em lei que lhes permitam ter as condições mínimas necessárias para lutar pela igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, aspecto que tem sido problematizado e reivindicado nas lutas dos movimentos feministas (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021; ZIRBEL, 2021).

Diante da crítica que é feita à luta unificada pela igualdade de direitos sociais e políticos das mulheres, em torno de uma identidade única de mulher, que não contempla as reivindicações das diversas mulheres e como resultado do aprofundamento da análise das várias formas de opressão que uma mulher pode vivenciar, tem surgido, no interior dos movimentos feministas da chamada terceira onda, a pauta do ageísmo que passa a ser analisada na interseccionalidade com a raça/etnia, classe, orientação sexual etc. (ZIRBEL, 2021). No contexto dessa onda mais inclusiva do feminismo, as mulheres 45+ entrevistadas reivindicam o acesso aos

direitos mínimos de cidadania (à educação, ao trabalho e à saúde); a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho; a equiparação salarial entre os gêneros; melhores condições materiais de trabalho; os direitos trabalhistas; os direitos à liberdade civil, a divisão sexual do trabalho doméstico e o combate às diversas formas de opressão da sociedade que se manifestam naturalizadas na cultura, tais como: as jornadas duplas ou triplas, os privilégios masculinos, o assédio, as várias formas de violência e a imposição de padrões de beleza e comportamento (CONCEIÇÃO, 2009; ZIRBEL, 2021).

De forma geral, as condições de produção do discurso da mulher ordinária 45+ remetem a uma origem social de classe baixa e de classe proletária submetida à lógica de exploração capitalista. São mulheres que relatam uma história de luta pela sobrevivência e que são provenientes, em sua maioria, de uma realidade material e social precária na qual foram expostas às situações de extrema vulnerabilidade (fome, doenças, experiências de abuso sexual, violência doméstica e contra a mulher, trabalho infantil, gravidez na adolescência, drogas, entre outras); a discriminações explícitas de gênero, idade e raça e aos traumas advindos da perda na infância de um dos seus progenitores e/ou dos próprios filhos na vida adulta.

O fragmento (001) é elucidativo das condições sociais da produção de discurso da entrevistada Terezinha que nasceu em uma família pobre, possui baixa escolaridade e foi vítima de violência doméstica ao longo de duas décadas.

(001) Perdi minha mãe muito cedo, fui criada com madrinha, minha vida não foi muito fácil, né, é, casei com 21 anos, meu casamento também não foi muito fácil, o casamento foi bem conturbado, mesmo assim durou 20 anos, né, e igual eu falei, eu engolia muita coisa, hoje, eu não engulo. Porque meu marido, meu, quer dizer, meu ex-marido, igual eu falo, particularmente - ele me transformou em um “monstrinho”, então eu sou assim (Terezinha).

A enunciadora do fragmento discursivo (001) relata em sua trajetória de vida que passou por muitas dificuldades, enfatizando suas dores emocionais, devido à perda da mãe precoce e depois, na vida adulta, com a permanência prolongada em um relacionamento abusivo, o qual teria sido o principal agente de mudança do seu comportamento social.

Nesse fragmento discursivo, a estrutura sintática “mesmo assim” revela uma situação paradoxal, pois, apesar do casamento ter sido difícil e conturbado, foi muito duradouro. Terezinha utiliza o léxico “engolir” e a estrutura sintática “engolir muitas coisas” no sentido de expressar sua condição de passividade e de submissão em relação ao seu cônjuge, que lhe fez suportar situações, consideradas por ela desagradáveis, aqui interpretadas como abusivas. Porém, quando ela diz que “hoje, eu não engulo”, Terezinha se opõe ao discurso dominante de uma sociedade patriarcal, segundo a qual a mulher deve ser subjugada ao homem, e passa a incorporar em seu discurso a ideologia de empoderamento feminino. Na estrutura sintática, “ele me transformou em um monstrinho”, Terezinha deixa implícita a relação tóxica que vivia e, para dar uma melhor noção da intensidade da transformação do seu comportamento social, a enunciativa usa o léxico “monstrinho”, com a conotação de que se tornou uma pessoa ruim, afastando-se das expectativas ligadas à construção social do gênero feminino (mulher tem que ser dócil, sensível, submissa). O discurso refletido de Terezinha é que a mulher não deve se submeter à opressão masculina; para sua emancipação, ela tem que se tornar uma mulher independente e empoderada, ou seja, trata-se de um posicionamento feminista de resistência frente ao discurso hegemônico (COSTA; SARDENBERG; 2007). A enunciativa refrata em seu discurso que se transformou em uma mulher independente para não se submeter ao domínio patriarcal em seus relacionamentos. Terezinha silencia em seu discurso que, se não fosse a sua baixa autoestima, suas carências afetivas e dependência econômica do marido, não teria suportado por tantos anos viver um relacionamento abusivo, condições essas que evidenciam a estreita relação do capitalismo com a subordinação de gênero (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2020).

No fragmento discursivo (002), o discurso da enunciativa reflete também sua origem de classe social mais baixa, nascida em uma família numerosa, cujo pai, um policial, que era a autoridade máxima na família, educava os filhos com valores conservadores, sofrendo também a influência do contexto histórico de ditadura militar, na década de 1960.

(002) Bom...eu sou uma pessoa que vim de uma família pobre, de 8 irmãos. Meu pai é policial civil, mas muito rígido e... estudar pra ele, mulher não tinha que estudar. Mulher é o que eu falei: tinha que aprender a cuidar de casa, cuidar do marido e ter filhos. Então, eu ter feito segundo grau, foi muito. E eu não entendia muito bem por que apesar disso, ele sempre, o hábito que eu

adquiri de ler, eu gosto muito de ler, foi dele. Ele sempre me dava livros pra ler, mas não queria que eu estudasse. Tava muito bom até o segundo grau. E depois casei, tive cinco filhos, perdi dois e depois me separei porque meu marido, eu tinha uma vida muito boa, uma vida financeira muito boa quando casei. Mas meu marido era visita em casa, né. Eu era viúva de marido vivo. Eu criei os meus filhos sozinha praticamente. Se eles são uma coisa que presta, sou eu. Não deixava faltar nada material, mas não tinha nada, não era companhia para ir a uma festa, num aniversário de criança, na escola, em nada. Aí eu separei, mas separei assim: de corpos. Ele não aceitava a separação judicial, é...eu simplesmente esperei os meninos ficarem maiores e saí. (Liz)

Na narrativa de Liz sobre a sua trajetória de vida, observamos que a figura materna está ausente em seu discurso, ou seja, é um silenciamento que deixa subentendido o lugar secundário que a mãe ocupava na família, fato que reforça, por conseguinte, a condição patriarcal em que foi criada (NOGUEIRA, 2001; COSTA; SARDENBERG, 2007; ZIRBEL, 2021). Tal observação é corroborada quando Liz declara que “mulher é o que eu falei: tinha que aprender a cuidar de casa, cuidar do marido e ter filhos”, ela deixa claro que foi educada para representar o papel social da mulher na família patriarcal, o que reitera a lógica do patriarcado na sociedade brasileira (NOGUEIRA, 2001; COSTA; SARDENBERG, 2007). Para se referir à atitude contraditória do pai que não queria que a filha estudasse, a enunciadora declara: “E eu não entendia muito bem por que apesar disso, ele sempre, o hábito que eu adquiri de ler, eu gosto muito de ler, foi dele”. O uso da elipse na estrutura sintática “ele sempre”, para evitar a repetição de “incentivava a ler”, que pode ser identificada no contexto da frase, é um recurso que foi usado por Liz com a intenção de provocar em mim, na posição de entrevistadora, uma escuta mais atenta e participativa. Está implícito nessa frase que o hábito de ler, incentivado pelo pai de Liz, está relacionado a uma visão construída pela sociedade da leitura como uma habilidade feminina. No fragmento discursivo, “ele sempre me dava livros pra ler, mas não queria que eu estudasse”, na primeira oração fica subentendido que o pai tinha o controle do que Liz lia, sendo que, na segunda oração, o “mas” foi empregado pela entrevistada para destacar a antítese em relação ao que ela afirmou na primeira oração e dar uma conotação crítica ao discurso. Essas práticas sociais relatadas por Liz colocam em evidência que as relações sociais no seio da sua família eram permeadas por relações de poder entre sexos e gerações que foram construídas socialmente, legitimando a opressão de gênero (BEAUVOIR, 1980; PEDRO, 2005; COSTA; SARDENBERG, 2007).

No fragmento discursivo (002), nas declarações de Liz: “eu ter feito o segundo grau foi muito” e “tava muito bom até o segundo grau”, a estrutura sintática “segundo grau”, para se referir ao ensino médio, já em desuso na educação, e as marcas de oralidade na expressão “tava muito bom” dão alguns indícios do distanciamento da enunciativa com o ambiente escolar. Liz ressignifica sua situação de pouca escolaridade, afirmando que chegar a esse nível de educação superava às expectativas da sociedade para a mulher de sua época e silencia no seu discurso o seu sentimento de inferioridade e de frustração por não ter estudado mais, o que poderia ter transformado o seu destino. No discurso de Liz, está implícito que, para os valores de uma sociedade patriarcal, não era importante a mulher estudar, visto que o seu papel social era essencialmente de esposa e mãe (NOGUEIRA, 2001).

No fragmento discursivo (002), o trecho “casei, tive cinco filhos, perdi dois e depois me separei porque meu marido, eu tinha uma vida muito boa, uma vida financeira muito boa quando casei, mas meu marido era visita em casa”, Liz está mostrando que a sua vida correspondeu às expectativas da sociedade patriarcal quanto ao papel social predestinado à mulher, que era casar e ter filhos (NOGUEIRA, 2001). Diz ainda, referindo-se ao início do casamento, que tinha “uma vida muito boa”, expressão que emprega com o sentido de ter tido uma vida sem dificuldades econômicas. Nessa frase, fica subentendido que, no começo do casamento, Liz era satisfeita porque a nova condição social que passou a ter contrastava com a pobreza da sua classe social de origem. No entanto, à medida que essa nova realidade econômica deixa de ser uma novidade para Liz, outras demandas no relacionamento conjugal, de natureza mais subjetiva, começam a vir à tona e gerar conflitos na relação. Esses desencontros em relação às expectativas do casal, resultaram na separação de corpos. A entrevistada faz uma analogia em “mas meu marido era visita em casa”, e o conectivo “mas” nesse lugar da frase dá ideia de restrição ao que foi dito anteriormente, ou seja, ela está criticando a lógica machista da sociedade de que é suficiente, para ser um bom marido, não deixar faltar dinheiro em casa. Assim, em “não deixava faltar nada material, mas não tinha nada, não era companhia para ir a uma festa, num aniversário de criança, na escola, em nada”, a oposição “mas não tinha nada” foi uma metáfora usada por Liz para se contrapor ao discurso hegemônico do papel social do homem como provedor, “não deixava faltar nada material”, porque, embora a família tivesse todos os recursos de que necessitavam para viver, o esposo e o pai eram ausentes

da vida familiar. Liz, na sua narrativa, critica as representações de gênero que fundamentam a sociedade patriarcal mostrando que, no seu caso, por ter vivido o modelo da mulher “do lar,” foi oprimida pelo marido, sentindo-se socialmente isolada, subvalorizada e dependente, (NOGUEIRA, 2001; COLLING, 2004; PEDRO, 2005; ZIRBEL, 2021); pois, o capital ao fazer a distinção entre trabalho produtivo (pago) e trabalho reprodutivo (não pago) relega quem realiza as atividades reprodutivas a uma posição de subordinação (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

A enunciadora ainda usa de ironia para comparar a situação que vivia em seu casamento, estabelecendo uma relação entre as palavras “viúva e vivo” de significados opostos, na frase: “eu era viúva de marido vivo”. Liz refrata em seu discurso que esperou os filhos crescerem um pouco para sair de casa, deixando-os sob a guarda do pai que tinha melhores condições financeiras para criá-los, o que me pareceu um contrassenso em relação às principais críticas que foram dirigidas ao marido em seu discurso. No discurso de Liz, é silenciado o sentimento de culpa por ter saído de casa sozinha e renunciado os seus direitos e deveres como esposa e mãe impostos pela cultura patriarcal, o que afetou sua relação com os filhos e rebaixou sua condição social.

No fragmento discursivo (003), Ana Lúcia, casada, mãe de sete filhos do primeiro casamento, narra que o pai dos seus filhos era ausente em casa e que ela dedicava integralmente seu tempo à família.

(003) Aí ele era um marido assim, que eu ficava mais sozinha em casa com os meus filhos do que na presença dele, porque ele falava que ia trabalhar, ele saía, ele ficava uma semana, 15 dias fora, então eu, meus, meus filhos, a gente ficava mais sozinha... eu nem tinha como falar que eu tinha um marido né, pra mim naquela época lá, né, eu tinha um marido (Ana Lúcia).

Na frase, “eu nem tinha como falar que eu tinha um marido, né, pra mim, naquela época lá, né, eu tinha um marido”, Ana Lúcia resume seu discurso, dizendo que o marido era tão ausente, que “naquela época lá”, referindo-se com ironia ao primeiro casamento, ela se sentia envergonhada para assumir publicamente que era comprometida. O discurso refletido de Ana Lúcia é que ela era uma mulher “do lar” e, como o marido não cumpria com suas obrigações de pai e de esposo, ela cuidava sozinha dos sete filhos. Ana Lúcia refrata em seu discurso que, com sete filhos

pequenos, não tinha como trabalhar para sustentar a família e se libertar da condição de opressão que vivia na relação com o marido. Ana Lúcia silencia em seu discurso que sofreu violência e maus tratos na infância por parte da sua madrasta, situação essa que ela teme que se repita com seus filhos. No relato de Ana Lúcia, fica claro a influência do discurso religioso na representação da mulher como a mãe, esposa dedicada, que se sacrifica pela família e que é responsável pela preservação das virtudes e dos valores eternizados pela sociedade, (NOGUEIRA, 2001; COLLING, 2004), bem como a sua condição de entrincheiramento na opressão de gênero devido a sua dependência econômica, pois, ficava restrita ao trabalho reprodutivo que o capital não paga e renega o seu valor (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

No fragmento discursivo (004), as condições de produção de discurso de Samanta remetem à sua origem social muito pobre e um contexto social de extrema vulnerabilidade, com marcas indeléveis de violência doméstica e de abuso sexual.

(004) Eu fui mãe adolescente, com 17 anos. Eu sofri vários tipos de violência, seja física, emocional de parceiros, e hoje eu me considero uma pessoa que consigo identificar o que eu não quero pra mim e não passar por essas violências novamente. Antes de, de passar por essas violências todas com parceiros eu fui mãe, eu fui é...eu tive um pai alcoólatra, né...então essa violência já começou muito cedo na minha vida através do meu pai, enfim, eu tive uma vida, uma infância muito difícil, passei muita necessidade, passei fome, mas eu sempre... muito sonhadora, eu sou... (...) Então, eu vim de uma família de extrema vulnerabilidade. Hoje tenho consciência de que eu tive um pai psicótico, dependente de álcool e psicótico. [...] E eu, desde a infância, fui vista como a, a mais velha, embora a minha irmã fosse a mais velha. Então eu é que decidia tudo. Eu criança, eu tinha que cozinhar pros meus irmãos, eu tinha que cuidar dos meus irmãos. Eu tinha uma mãe muito fragilizada, que vivia internada, vários abortos, porque apanhava, porque não tinha acesso à saúde. [...] Eu fui abusada pelo meu pai porque eu não sei se ele me via como...eu era uma franzina, mas, como ele era alcoólatra, e então ele me viu como uma pessoa com maturidade que eu não tinha, porque eu ficava várias vezes repetindo pra ele: “não, pai, vai dar tudo certo, mãe vai voltar.” Ele chorava, eu lembro disso. Então assim, quando aconteceu a primeira vez, que foi só uma única vez, e eu só agradeço demais ao universo e a Deus por isso. Eu pedi ajuda aos vizinhos, eu morava num lugar que num tinha luz em Contagem. Eu pedi ajuda aos vizinhos, e ele, como o meu pai era um cara muito bem-quisto na comunidade, eles mandavam eu ir embora, e falavam “para de falar mentira, seu pai era um cara muito querido”, ele era um cara muito alegre, tocava acordeom, ele era um cara muito legal. E eu não pude contar, eu sou de uma época que a gente não tinha, esses poucos direitos efetivados que a gente tem. Então daí eu comecei a minha trajetória. Ir pra casa dos outros trabalhar, começar a não ficar em casa, passava o dia inteiro na escola, andava quase quatro quilômetros pra chegar à escola que é no centro de Contagem. A gente morava num bairro que é uma roça. Pra, eu comecei a me afastar, sabe, pra não ficar em casa. E aí aconteceu da gente vir pra Belo Horizonte pra casa da minha avó, e aí aos 15 anos eu conheci meu primeiro namorado. Aos 16, já estava grávida, e tive o meu primeiro filho

com 17, mas eu descobri que eu fui repetindo, repetindo esse eco que era com o meu pai, eu fui repetindo com os meus parceiros (Samanta).

O discurso refletido no romance biográfico de Samanta diz respeito às suas experiências traumáticas na infância como testemunha e vítima de violência doméstica e de abuso sexual cometidos em casa, pelo seu próprio pai, e que se repetiram mais tarde com seus ex-cônjuges. No trecho, “eu tive uma vida, uma infância muito difícil, passei muita necessidade, passei fome, mas eu sempre... muito sonhadora, eu sou...”, o “mas” é usado para iniciar uma frase restritiva ao que foi dito, ou seja, a enunciadora refrata em seu discurso que, apesar de todas as dificuldades que enfrentou com a sua condição social de pobreza e vulnerabilidade social, foi “sempre muito sonhadora”.

O léxico “sonhadora” usado por Samanta traz a conotação de que ela possui uma característica especial que lhe mantém positiva, mesmo diante das adversidades da vida. Samanta silencia a sua condição de impotência para transformar sua realidade, conferindo o sentido de que ela frequentemente recorre à espiritualidade ou a sua fé para suportar a realidade. No fragmento, “Eu criança eu tinha que cozinhar pros meus irmãos, eu tinha que cuidar dos meus irmãos, o léxico “eu”, pronome pessoal de primeira pessoa, que aparece repetidas vezes, foi usado por Samanta com sentido de enfatizar que ela, desde a infância, tinha que substituir a mãe nos papéis ligados à maternidade, situação que deixa em evidência que a mulher é educada para reproduzir os papéis sociais da mulher na família patriarcal (NOGUEIRA, 2001, ANDRADE, 2021). Na frase “eu tinha uma mãe muito fragilizada, que vivia internada, vários abortos, porque apanhava, porque não tinha acesso à saúde”, Samanta critica que o silenciamento da sociedade frente à violência sofrida pela sua mãe, que era uma mulher de classe mais baixa e sem acesso às políticas públicas de assistência à saúde da mulher, naturalizava as práticas de violência doméstica que eram frequentes em seu lar (COSTA; SARDENBERG, 2007; ZIRBEL, 2021).

No trecho do fragmento discursivo (004), “quando aconteceu a primeira vez, que foi só uma única vez, e eu só agradeço demais ao universo e a Deus por isso”, o advérbio “só” dá a conotação que Samanta quis atenuar a gravidade da situação de abuso que ela passou, e, na oração “e eu só agradeço demais ao universo e a Deus por isso”, as palavras “universo e Deus” expressam a sua crença religiosa de que a espiritualidade

interveio na sua realidade. Nos enunciados “eu morava num lugar que num tinha luz em Contagem”, “a gente morava num bairro que parecia uma roça” e “andava quase quatro quilômetros pra chegar à escola”, a enunciativa está descrevendo o contexto precário no qual vivia, o seu bairro como um lugar com pouca estrutura e com atraso no seu desenvolvimento urbano, a sua luta diária para ter acesso à educação. Nesse ambiente onde cresceu e se relacionava socialmente, Samanta buscou o apoio dos vizinhos para a situação de abuso que vivia em casa, mas estes, em vez de lhe oferecerem ajuda, censuravam-na dizendo: “para de falar mentira, seu pai era um cara muito querido”. Na frase “E eu não pude contar, eu sou de uma época que a gente não tinha, esses poucos direitos efetivados que a gente tem”, o silenciamento de Samanta evidencia que a violência do pai era mantida em segredo no ambiente doméstico porque era considerada normal na sociedade patriarcal em que a mulher não tinha direitos (COSTA; SARDENBERG, 2007). Notamos que a enunciativa se contradiz em seu próprio discurso ao concordar com a imagem social que tinha o pai na comunidade: “era um cara muito alegre, tocava acordeom, ele era um cara muito legal”. Esse paradoxo em seu discurso deixa implícito que Samanta, para ressignificar a conduta criminosa do pai, defende que ele era uma pessoa doente (psicótico e alcóolatra), e não um homem ruim, tanto é que, fora de casa, com os vizinhos sua reputação era boa. Samanta, a fim de escapar de novas tentativas de abuso pelo pai, sujeitou-se ao trabalho infantil como doméstica e permanecia mais tempo na escola. Em seu discurso, é silenciada a sua invisibilidade social numa sociedade sexista, na qual a violência contra a mulher pobre e preta é naturalizada desde a mais tenra idade (ZIRBEL, 2021).

Percebemos que a repetição no fragmento discursivo (003) da situação traumática de abuso vivida por Samanta no espaço doméstico é uma estratégia discursiva da enunciativa que tem por objetivo denunciar a falta de políticas de assistência psicológica e social dirigidas a crianças e adolescentes que vivem em situação de extrema vulnerabilidade e que são alvo de vários tipos de violência, assim como foi o caso dela. Nesse sentido, o discurso de Samanta confirma o posicionamento político pela luta de classes que inclui pautas em torno da reprodução social por sistema de saúde universal, educação gratuita, justiça ambiental, acesso à energia limpa, habitação e transporte público e as lutas políticas pela libertação das mulheres de

todos os tipos de opressão (racismo, xenofobia, colonialismo etc) (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

No fragmento discursivo (003), observamos que, tanto no início, “eu fui mãe adolescente, com 17 anos. Eu sofri vários tipos de violência, seja física, emocional de parceiros (...)”, quanto na última frase “aos 16, já estava grávida, e tive o meu primeiro filho com 17, mas eu descobri que eu fui repetindo, repetindo esse eco que era com o meu pai, eu fui repetindo com os meus parceiros”, Samanta, ao falar da gravidez, menciona a questão da violência. Ela deixa implícito que sua gravidez na adolescência foi o resultado de um ciclo de violência que iniciou com o seu pai e que reverberou depois nos seus relacionamentos, fato que coloca em evidência que a opressão da mulher é naturalizada e mantida pela cultura patriarcal da nossa sociedade (COSTA; SARDENBERG, 2007).

O discurso refletido de Samanta é que, naquelas condições sociais de pobreza e de vulnerabilidade em que vivia, e naquele contexto histórico, a opressão da mulher era normalizada e a violência era expressa de todas as formas. O discurso refratado de Samanta é que, na terapia, ela pode compreender que o abuso sofrido pelo pai na adolescência reverberou um ciclo de violência com seus parceiros amorosos e que, a partir dessa consciência, ela se tornou uma mulher empoderada. Samanta silencia quanto ao significado da gravidez na adolescência, que foi o evento que fez emergir os sentimentos de isolamento e de dependência que ela vivia na relação de opressão com o pai, fato que reforça, por conseguinte, que o controle sobre o corpo da mulher e a decisão de ter filhos ou não, e quando quiser, é uma prática opressora da sociedade patriarcal que é mantida pelo discurso religioso (NOGUEIRA, 2021; ANDRADE, 2021).

No fragmento discursivo (005), Ana Lúcia narra uma série de acontecimentos relacionados à perda repentina dos seus pais, que geraram uma situação de vulnerabilidade social para ela e os irmãos, que viviam em um contexto de muita precariedade econômica e social.

(005) (...) eu sou a mais velha de 3 irmãos, lá em casa, eu sou a única mulher e meu, minha mãe faleceu muito cedo, deixou 4 filhos pequenos. Aí, com um mês que ela faleceu, meu pai casou de novo com uma outra pessoa, e essa

pessoa não foi muito boa para mim, nem meus irmãos. Eu não tive infância, é, ela maltratou muito eu e meus irmão, porque, assim que eu completei 10 anos, meu pai também faleceu (Ana Lúcia).

Ana Lúcia declara que, desde que a mãe faleceu e o pai se casou de novo, ela não teve infância, com a conotação de que era explorada pela madrasta, sendo obrigada a realizar as tarefas domésticas, sem sobrar tempo para brincar. Essa situação teria se agravado, quando seu pai faleceu, tendo ela apenas dez anos de idade, sendo a filha primogênita e a única mulher, e desabafa que “então aí eu fui sofrer de verdade”. O léxico “aí” tem a conotação de que, a partir desse momento, a madrasta se revelou mais cruel do que antes e passou a maltratar mais Ana Lúcia mais do que a seus irmãos, porque era machista. As atitudes da madrasta revelam que havia abuso de poder no papel de tutora e que a sua forma de educar as crianças tinha por objetivos controlar e disciplinar seus corpos por meio de intimidação, coação e violência física.

No fragmento discursivo (006), a influência da ideologia da meritocracia teve um importante papel na história de vida de Helena, que, assim como outras famílias oriundas de classes sociais mais baixas, migraram do interior para a capital em busca de melhores condições de vida e/ou oportunidades profissionais e educacionais.

(005) Olha eu sou do interior, eu acho que eu sinto que tenho muita coisa do interior, aquela coisa de... do convívio, da amizade de preocupar com outro, de pensar no outro, sou uma pessoa que me preocupei com o meu trabalho desde muito cedo, né, desde 21 eu trabalho no Cefet e antes disso, eu sempre pensava em ser independente financeiramente, nunca queria que ninguém fizesse nada para mim, eu que queria fazer [...]. Fiquei no interior até 17 anos, aí como todo mundo, né, de Teófilo Otoni, vinha para Belo Horizonte estudar, fazer um curso superior, né, então minha mãe veio, ela como sempre à frente do meu pai, acho, nessas questões de estudo. Aí ela movimentou, fez todo o movimento para a gente mudar pra aqui que a minha irmã já tinha vindo, e ela queria todo mundo junto, queria que todo mundo fosse estudar, fosse fazer um curso superior, então nós mudamos de lá pra cá. Aqui, cheguei, fiz o terceiro ano do ensino médio, depois, logo depois, passei no vestibular, assim que eu saí do terceiro ano, aí comecei a trabalhar em uma instituição de ensino público federal (Helena).

As condições sociais de produção do discurso de Helena referem-se a um contexto histórico em que eram escassas as ofertas educacionais de cursos superiores no país, especialmente nas cidades do interior, o que teria incentivado a mudança da família de Helena para a capital, descrita como uma prática recorrente de seus conterrâneos da cidade de Teófilo Otoni. Essa decisão que partiu da mãe da entrevistada, conforme metáfora “sempre à frente do meu pai”, no sentido de que a mãe era mais proativa

que o pai, deixa implícita a influência da ideologia da meritocracia nas decisões da família de Helena, acreditando no papel da educação para ascensão social das classes menos favorecidas. No trecho “aí ela movimentou, fez todo o movimento para a gente mudar pra aqui”, Helena usa os termos “movimento” “movimentou” com a conotação de que sua mãe foi quem articulou todas as ações necessárias para que a família se mudasse do interior para a capital porque “queria que todo mundo fosse estudar, fosse fazer um curso superior”, e a expressão “todo mundo” é usada para intensificar o valor que a mãe dava à formação superior, deixando subentendido a importância que ela atribuía aos estudos acadêmicos na emancipação da mulher. Nesse sentido, considerando que todas as filhas eram mulheres, a mãe de Helena reivindicava para as filhas o direito à educação conquistado pelo feminismo (NOGUEIRA, 2001; PEDRO, 2005; ZIRBEL, 2021).

Notavelmente, o discurso refletido de Helena é que, para uma pessoa ser bem-sucedida na vida, isto é, ter uma profissão de nível superior e um bom emprego, é necessário estudar muito e trabalhar desde cedo. Helena refrata em seu discurso que suas conquistas e o seu reconhecimento no campo profissional são uma questão de mérito pessoal por seu esforço e dedicação aos estudos e ao trabalho. Helena silencia sobre o fato de que ter estudado muito, e continuar estudando até hoje, aos sessenta anos, não provocou ascensão da sua classe social.

O discurso da mulher ordinária 45+ sobre a sua trajetória de vida explicita uma realidade que tem sido brutalmente afetada pela cultura patriarcal e pela condição de classe social mais baixa, assumindo nesse contexto um papel cada vez mais importante para a transformação dessa realidade, as conquistas e a militância política dos movimentos feministas. Os romances biográficos das mulheres que fizeram parte da pesquisa revelaram que, a despeito das conquistas do feminismo liberal, que beneficiaram, especialmente, a mulher branca, heterossexual e de classe econômica mais elevada, ainda há muitas barreiras no sentido da inclusão social da mulher preta, da mulher homossexual e da mulher oriunda das classes sociais menos favorecidas que continuam à margem da sociedade, excluídas do acesso pleno aos seus direitos sociais e políticos que lhes garantam uma vida com dignidade e respeito. Por essa razão, não somente a luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas também pela

igualdade entre as mulheres e as outras pautas dos movimentos feministas contemporâneos são especialmente necessárias e pertinentes para as mulheres 45+.

Nos romances biográficos, destacam-se, para a transformação da realidade dessas mulheres, as pautas de luta dos movimentos feministas atuais que, por meio das mídias e redes sociais, buscam difundir ideias feministas e incentivar a sociedade a denunciar o assédio sexual, o assédio moral, a violência sexual e tantas outras formas de opressão da mulher que se manifestam na nossa cultura, como, por exemplo, em relação ao machismo estrutural, aos padrões de beleza e de comportamento e a formas “sutis” da sociedade de manifestar o preconceito contra a mulher interligando aspectos que distinguem as mulheres entre si como a idade, etnia, orientação sexual e classe social. Entretanto, salientamos que na perspectiva de promover a justiça social, não somente o reconhecimento das diferenças é necessário, mas também a adoção de políticas afirmativas e mudanças na área econômica, via medidas de redistribuição material (FRASER, 2007; BRESSIANI, 2020).

4.3 O protagonismo da Mulher 45+?

À luz das teorias que discutem o feminismo e o conceito de gênero, encontramos, no discurso das entrevistadas, diferentes representações sobre o significado do que é ser mulher que evidenciam os impactos dos paradigmas feministas sobre a história dessas mulheres com o desenvolvimento de um certo grau de consciência de gênero na estreita relação com as condições sociais de produção de discurso de cada uma delas. No contexto histórico do país, apesar dos movimentos feministas terem defendido a emancipação da mulher e conquistado, paulatinamente, por meio de muitas lutas, a garantia perante a lei da igualdade dos direitos civis e políticos da mulher, na prática, ainda prevalece a desigualdade de gênero em nossa sociedade, tanto no âmbito público como no privado. No Brasil, cujo sistema econômico é capitalista, o discurso da igualdade de gênero é dissimulado pelas ideologias hegemônicas da meritocracia e da divisão social dos papéis de gênero, tendo em vista legitimar a discriminação da mulher e manter a estrutura vigente de divisão de classes sociais.

As diversas mulheres ordinárias 45+ relatam ter passado por diferentes experiências de opressão de gênero, ao longo da vida, que se manifestam de forma naturalizada na nossa sociedade capitalista por meio de suas políticas e práticas sociais sexistas, racistas, ageístas e homofóbicas. Percebemos que essas mulheres têm se questionado mais quanto ao papel social da mulher na sociedade patriarcal, em relação à divisão sexual do trabalho, às desigualdades de gênero no mercado de trabalho, assumindo nesse contexto um discurso crítico à dominação patriarcal. Entretanto, identificamos que, apesar de essas mulheres terem conquistado o direito a ocupar o espaço público e fazerem críticas à lógica do patriarcado, continuam influenciadas pelo discurso religioso na representação da mulher ligada à maternidade, culpabilizando-se por não serem a “mãe ideal” pela necessidade de terem que conciliar sua vida familiar e profissional (ANDRADE, 2021). Além disso, as entrevistadas não manifestaram consciência de classe (enquanto mulheres trabalhadoras), de gênero (sororidade política entre as mulheres) e de interseccionalidade (não identificam que as diferenças de gênero, raça, sexualidade dentro da lógica da reprodução social são eixos de dominação capitalista) (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Nesse sentido, compreendemos que as narrativas das mulheres 45+ entrevistadas foram centralizadas no mundo androcêntrico, conferindo aos homens o papel de protagonista, ficando essas mulheres relegadas à posição de subordinação em função da organização da reprodução social nas sociedades capitalistas ser dependente dos papéis de gênero (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Nos fragmentos discursivos, a seguir, as enunciantoras constroem o seu discurso sobre a mulher a partir de alguma referência. A figura materna (que pode ser a mãe, irmã mais velha ou outra pessoa designada para esse papel), que é a mais citada, aparece nas falas das entrevistadas enquanto um exemplo a ser seguido ou evitado, sendo que, em ambas as situações, foi possível observar a influência que ela exerce no posicionamento da entrevistada em relação ao discurso hegemônico sobre o papel social da mulher no casamento, na maternidade e na divisão sexual do trabalho.

(007) Bom, eu enxergo isso hoje como é... dar conta de tudo, né (risos). Esse é o meu sentimento em ser mulher, em ser mulher, ser mãe. Esse lado de ser mulher aí foi até deixado um pouco de lado, né, já que eu tenho um filho com

autismo, que demanda muito de mim. (...) Minha mãe é uma referência de mulher porque ela é uma pessoa que ficou viúva, sozinha, com duas filhas, lutou muito, formou as duas filhas. Então ela sempre foi um exemplo de vida pra mim (Flávia).

Segundo Flávia, mulher branca, heterossexual e mãe solteira, a mulher moderna tem que “dar conta de tudo”, ou seja, a mulher tem que ser independente e assumir todas as responsabilidades de uma vida adulta, inclusive a maternidade. Porém, fazendo uma autocrítica sobre o seu próprio discurso, Flávia usa a expressão “esse lado de ser mulher aí”, deixando implícita a questão da sexualidade, “foi até deixado um pouco de lado”, ou seja, tal aspecto foi sacrificado em razão dos papéis de mãe e de profissional considerados de maior importância pela sociedade. A enunciativa usa a estrutura sintática “já que” para destacar que há um motivo mais justo pelo qual ela teria renunciado esse outro lado de ser mulher que está relacionado ao papel materno de oferecer proteção e cuidado ao filho com autismo.

No fragmento discursivo (007), Flávia, referindo-se à mãe, usa a expressão “um exemplo de vida”, no sentido de que ela se espelha na experiência da mãe, a quem considera uma mulher vencedora, por ter criado sozinha as filhas e empreendido com muita luta o seu próprio negócio, renunciando à sua vida pessoal. Nesse fragmento, Flávia refrata em seu discurso a dificuldade de conciliar sua vida pessoal com as demandas profissionais e funções maternas e silencia em seu discurso a situação de sobrecarga da mulher moderna que é mãe solteira e tem uma tripla jornada de trabalho (no contexto das organizações ou no trabalho informal; nos afazeres da casa e no papel de mãe). Assim, por meio da narrativa de Flávia, conseguimos perceber a distância entre o discurso de igualdade das mulheres em relação aos homens, conquistado pelo feminismo, com o que efetivamente mudou na realidade de diversas mulheres com demandas específicas. As mulheres contemporâneas conquistaram o direito ao trabalho, ao voto, ao estudo, ao divórcio, à liberdade sexual, são consideradas independentes, produzem segundo a lógica do sistema capitalista, mas continuam a ser cobradas pela sociedade patriarcal quanto aos papéis sociais da mulher no âmbito privado, sendo mantidas a divisão sexual do trabalho e os privilégios masculinos (ZIRBEL, 2021; ANDRADE, 2021).

No fragmento discursivo (008), a inconstância em relação aos vínculos afetivos construídos na infância é um fator que parece estar na raiz da carência afetiva de Valéria, conforme está implícito no seu discurso quanto às suas aspirações na juventude de viver um amor romântico.

(008) Quando eu era mais nova, meu sonho era casar, ter filhos, ter uma família, né, mas Deus não permitiu que eu fosse dessa vida de casado. Porque, né, tem mulher que nasce pra casar, né, eu acho que eu sou daquelas que nasceu pra não casar, não tive sorte com homem (Valéria).

Valéria conta que é de origem muito humilde, perdeu a mãe cedo e foi deixada pelo pai para ser criada, junto a outros irmãos, na casa de uma mulher pobre, preta (na sua fala ressalta a atitude contraditória do pai, que era racista) e que era muito bondosa. Quando Valéria tinha uns quinze anos, o pai resolveu comprar uma casa próxima a casa da avó paterna e levou os filhos para lá, a fim de que a avó ajudasse na educação dos netos. Porém, segundo a entrevistada, a avó não demonstrava sentir afeto pelos netos. Nesse novo ambiente, Valéria e seus irmãos foram criados com o sentimento de serem rejeitados pelo pai e pela avó.

A enunciadora, quando diz “quando eu era mais nova meu sonho era casar, ter filhos, ter uma família, né”, está concordando com o ideal romântico difundido em nossa cultura, que, desde cedo, vai propagando a ideologia de que, para ser feliz, a mulher precisa ter um parceiro, casar-se e ter filhos. Mas, segundo Valéria, “Deus não permitiu que eu fosse dessa vida de casado”, dando uma conotação de que, acima do seu desejo, existe um propósito maior, divino, do qual ela não tem controle, que quis que seu destino fosse outro, diferente da “vida de casado”, ou seja, do que a sociedade prega ser o papel social predestinado da mulher: ser esposa e mãe (NOGUEIRA, 2001). A enunciadora justifica que não se casou porque “tem mulher que nasce pra casar, né, eu acho que eu sou daquelas que nasceu pra não casar, não tive sorte com homem”. Nessa frase, Valéria se contrapõe à ideologia dominante de que toda mulher nasceu para o casamento e a maternidade, e usa a expressão “eu sou daquelas que não nasceu pra casar” com o sentido de que não é o tipo de mulher que veio ao mundo com esse objetivo. Ela completa com a metáfora “não tive sorte com homem”, deixando implícito com o léxico “sorte” que ela se considera infeliz por não ter encontrado o homem certo para realizar o seu “sonho de Cinderela”. O discurso

refletido de Valéria é que nem toda a mulher nasceu com o propósito de se casar e constituir uma família, ao passo que refrata a crença religiosa de que Deus controla o destino das pessoas e que não existe o livre arbítrio, sendo assim, ela deve aceitar a vontade divina. A enunciadora silencia que foi abandonada pelo noivo que engravidou uma outra mulher.

No fragmento discursivo (009), Liz, uma mulher branca, 62 anos, heterossexual, separada, mãe de três filhos e de origem pobre, constrói o seu discurso sobre o significado de ser mulher, a partir da imagem da mãe.

(009) Ser mulher, eu tenho vontade de falar uma coisa, mas não é não, porque ser mulher, eu acho que é ser escravizada pela sociedade, desde os primórdios, porque a mulher não tem espaço. Então, ser mulher é muito difícil, eu acho! Mesmo agora, no ano de 2022 é muito difícil ser mulher. Nós sempre somos excluídas, a gente sempre viveu à margem da sociedade, né!? É... o homem está sempre em primeiro lugar, nós temos os salários mais baixos, mesmo que a gente seja tão competente ou até mais do que eles. Nós sempre ganhamos menos, né...a mulher tem que trabalhar fora e tem que trabalhar dentro de casa. Se tem filho, ela trabalha lá, chega em casa ela trabalha. O homem não aceita dividir com ela o trabalho da casa. Então, ela trabalha fora, cria os filhos, cuida da casa. Então ser mulher é muito complicado, sempre foi.” A imagem que eu tenho da minha mãe é que ela era uma escrava, entendeu? Uma mulher que vivia fazendo o que meu pai queria e descontava tudo na gente. Ela não podia, ela não tinha, autoestima baixa e tudo e é...não tinha voz ativa e nem nada. Então eu acredito que ela vivia ali sob o jugo do meu pai e descontava lá as raivas, as decepções, as angústias em cima da gente, entendeu? (Liz)

Considerando o fragmento discursivo “ser mulher, eu tenho vontade de falar uma coisa, mas não é, não, porque”, Liz está sendo irônica e silencia o que realmente gostaria de dizer sobre o que é ser mulher. Ademais, na expressão “mas não é, não, porque”, o “mas” indica que, por alguma razão, ela não pode falar o que lhe veio à cabeça, e o recurso de repetir o “não” é usado com a intenção de enfatizar que seria um absurdo se tivesse dito o que pensou. Assim, quando Liz recorre ao “porque” para explicar o motivo de ter preferido se silenciar, ela deixa implícito, ao longo do fragmento discursivo (009), que está criticando o discurso hegemônico de empoderamento da mulher difundido pelo feminismo na sociedade atual.

Ao recorrer à construção “porque ser mulher eu acho que é ser escravizada pela sociedade desde os primórdios, porque a mulher não tem espaço”, o léxico “escravizada” na primeira oração é empregado com a conotação de criticar a relação

de poder do homem sobre a mulher nas sociedades de cultura patriarcal, sendo conferidos à mulher uma posição de inferioridade nessa relação e o papel social de servir ao homem (BEAUVOIR, 1980; NOGUEIRA, 2001). O uso da expressão “a mulher não tem espaço” sinaliza que Liz identifica desigualdades nas relações de poder entre os gêneros nos espaços público e privado, o que pode ser relacionado ao modelo de sexismo que sustenta a divisão entre o trabalho de produção de pessoas e o trabalho da obtenção de lucro do sistema capitalista, no qual as mulheres ficam subordinadas pelo papel de reprodução social (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019; BRESSIANI, 2020).

Liz ressalta que “nós sempre somos excluídas, a gente sempre viveu à margem da sociedade, né!”, fazendo uma crítica à situação de desigualdade social da mulher em relação ao homem, tomando a categoria “mulher” como universal, como aquela que “sempre viveu à margem da sociedade”, no sentido de que a mulher sempre ficou relegada a uma condição social inferior ao homem (BEAUVOIR, 1980; NOGUEIRA, 2001; COLLING, 2004). No enunciado “o homem não aceita dividir com ela o trabalho da casa. Então, ela trabalha fora, cria os filhos, cuida da casa,” ela sublinha a sobrecarga da mulher moderna, que, a despeito de ter saído para ocupar o espaço público, ainda se vê oprimida pelas relações assimétricas de poder no espaço doméstico quanto à divisão sexual do trabalho (ZIRBEL, 2021).

No fragmento (009), observamos que a representação do que é ser mulher no discurso de Liz corresponde também à imagem da mãe como “escrava”, termo que a enunciadora usou para criticar a postura da mãe de mulher submissa. Ela usa de ironia para falar que a mãe era “uma mulher que vivia fazendo tudo que o meu pai queria e descontava tudo na gente”, referindo-se às relações hierárquicas de poder na família em que existia um ciclo de violência doméstica do pai sobre a mãe, que era reproduzido, inconscientemente, pela mãe nos filhos. Na estrutura sintática “ela não podia, ela não tinha, autoestima baixa e tudo e é... não tinha voz ativa e nem nada”, Liz usa o léxico “não” junto aos verbos “poder e ter”, para dar a conotação de que existia uma relação assimétrica de poder entre os pais, na qual a mãe ficava em posição inferior ao pai, e que a mãe, por ter uma visão negativa sobre si mesma, vivia numa situação bastante vulnerável, “não tinha voz ativa e nem nada”, isto é, a mãe com suas fragilidades emocionais não tinha condições de se posicionar no casamento,

por isso aceitava todas as imposições do marido. Reforçam-se, por conseguinte, as consequências emocionais para a mulher que fica restrita ao modelo da mulher “do lar” (NOGUEIRA, 2021).

Tais análises evidenciam um discurso refletido de Liz de que a mulher moderna, apesar da sua emancipação civil e política, ainda sofre a opressão da sociedade patriarcal que mantém a desigualdade de gênero. O discurso refratado é que ela consegue perdoar a mãe pelas falhas cometidas na sua educação porque sabe que a mãe não tinha condições de enfrentar as práticas sociais de opressão que eram normalizadas na família patriarcal. Assim, a entrevistada silencia em seu discurso que, enquanto foi casada, também viveu o modelo de mulher “do lar”, dedicando o seu tempo integralmente à família.

Nos fragmentos discursivos (010, 011), as demandas da mulher moderna, que tem que ser quase perfeita para dar conta de realizar múltiplas tarefas, tanto no espaço público como no privado, são questionadas pelas enunciadoras.

(010) “Ser mulher... matar um leãozinho por dia, eu acho que é ser isso que eu sou, ser mãe, ser vó, ser filha. É ser eu, porque eu tenho que pensar em mim, mulher é ser uma descoberta a cada dia. Eu acho que cada dia eu me descubro é, em várias situações, em vários sentimentos, eu acho que é isso.” (Larissa).

(011) Ah, eu acho que uma mulher, tudo cai em cima dela: ela separa, ela fica com os filhos e ela faz uma família solo. O filho adocece, ela que tá ali. Tem muitos pais maravilhosos, mas 90%, cê pode olhar aí que são poucos, e... a gente sendo mulher sempre carrega um peso, entendeu? Eu acho assim, a palavra mulher, já é muito forte, né, ela já é... Hoje em dia a gente está ocupando um pouco de espaço, mas não é ainda o tanto de espaço que a gente precisa ocupar ainda, né? (Karina)

No fragmento discursivo (010), Larissa, para expressar o significado do que é ser mulher, usa a metáfora “matar um leãozinho por dia” fazendo a analogia de uma caçadora que precisa ter bravura para vencer a fera, isto é, enfrentar diariamente cada dificuldade que ameaça sua sobrevivência na selva, que é a conotação de se sentir em risco no mundo. Essa visão sobre a mulher reflete as condições sociais de produção do discurso da entrevistada enquanto mulher branca, heterossexual, de classe social baixa, com ensino médio completo, separada, mãe de três filhos, avó de dois netos, que, além de trabalhar para subsistência própria e da família, como

vendedora no segmento de cortinas, acumula os papéis sociais de “ser mãe, ser vó, ser filha”.

No fragmento (011), a representação do que é ser mulher está relacionada às condições de produção de discurso de Karina que é uma mulher heterossexual, nascida em uma cidade do interior, separada, mãe de três filhos e que trabalha como vigia de uma escola pública. Na frase “ah, eu acho que uma mulher, tudo cai em cima dela: ela separa, ela fica com os filhos e ela faz uma família solo, a hipérbole “tudo cai em cima dela” é usada com o sentido de que, na separação de um casal heterossexual, a sociedade cobra muito mais responsabilidades da mulher do que do homem pela criação e educação dos filhos. Karina fala, então, que a mulher faz uma “família solo”, o que implica que, após a separação, a mulher dá origem a uma família do tipo matriarcal, assumindo sozinha todas as responsabilidades em relação à casa e ao cuidado com os filhos, pois, normalmente, o homem passa a viver sua liberdade sem ser cobrado pela sociedade quanto as suas responsabilidades com os filhos.

Nos fragmentos discursivos (012, 013, 014), um conjunto de palavras e ideias ligadas ao mito da maternidade são recorrentes na representação do que é ser mulher. Com esse viés ideológico, ser mulher é ser especial, uma dádiva de Deus, abençoada, privilegiada, auxiliadora, mãe, ter um dom, ser delicada, ter um olhar mais humano, ser cuidada, gratificante, maravilhosa. Coexistem na representação da mulher contemporânea palavras e expressões que permitem ser associadas ao discurso de empoderamento feminino, tais como: guerreira, batalha, forte, coragem, determinação, independente, competitividade.

(012) “Ser mulher no nosso Brasil é ser muito guerreira, mas ao mesmo tempo muito abençoada. Uma batalha para quem escolhe ter família, cuidar muito, que hoje tá precisando muito, mas ao mesmo tempo é muito gratificante que a gente alcança coisas maravilhosas, de poder ser mulher, poder ser mãe, poder ser mais delicada, ser cuidada eu fui abençoada com um esposo maravilhoso, que me dá muito carinho. Então eu acho que ser mulher por esse lado é maravilhoso.” (Maria)

Ao enunciar que “ser mulher no Brasil é ser muito guerreira, mas ao mesmo tempo muito abençoada,” Maria usa uma antítese para expressar que existe uma dualidade na natureza da mulher: um lado que representa o masculino, e o outro, o feminino. Assim, a mulher brasileira, em sua existência material, é forte, destemida, corajosa,

lutadora, “mas” ela tem um outro lado que é espiritual, uma ligação com o divino, que a protege.

No fragmento discursivo (012), especificamente na frase “Uma batalha para quem escolhe ter família, cuidar muito, que hoje tá precisando muito, mas ao mesmo tempo é muito gratificante (...)”, Maria usa o léxico “batalha”, com a conotação de que é um desafio ser mulher, referindo-se aos papéis sociais e à tripla jornada de trabalho da mulher contemporânea. A expressão “mas ao mesmo tempo é muito gratificante”, na forma de antítese, dá um sentido de complementariedade entre significados opostos, ou seja, da mulher que se sacrifica pela família e que é também recompensada pela dedicação que só a maternidade e o casamento proporcionam, um discurso que representa a glorificação da maternidade na família patriarcal (NOGUEIRA, 2001).

O discurso refletido de Maria é que a mulher é um ser abençoado e, quando ela opta por ser mãe, trabalhadora, esposa e dona de casa, é recompensada com o amor da família. Maria refrata em seu discurso a crença religiosa de que a mulher deve ser uma mãe e esposa virtuosa (cuidadora, delicada) para alcançar as graças divinas. Maria silencia em seu discurso a sua necessidade de receber apoio emocional da família para enfrentar sua doença, que ela não quis revelar qual é. Nesse mesmo sentido, Celeste declara que sua concepção sobre a mulher está muito relacionada à maternidade, não somente pela capacidade que a mulher tem de gerar uma vida, mas especialmente por conferir características especiais que são atribuídas à mãe.

(013) Mulher pra mim está muito vinculado a ideia de mãe, maternidade, ainda que não exercida, acho que a gente tem essa coisa mais maternal, eu acho que reflete no cuidado com o outro. Acho que a mulher tem um olhar mais humano para todas as situações, e está muito mais preocupada com o coletivo do que com o individual. (Celeste)

No trecho “e eu acho que reflete no cuidado com o outro”, o léxico “cuidado” é usado com o sentido de que a mulher é mais maternal, protetora, o que demonstra a idealização do feminino como uma inclinação biológica da mulher (BEAUVOIR, 1980; NOGUEIRA, 2021). Também em “acho que a mulher tem um olhar mais humano para todas as situações, Celeste usa a expressão “um olhar mais humano” para dar a conotação de que a mulher é mais emocional do que racional, e quando diz que “e está muito mais preocupada com o coletivo do que com o individual” é no sentido de

que a mulher é mais altruísta do que o homem e que dá prioridade às necessidades dos outros, posição que revela a influência do discurso do determinismo natural para legitimar os discursos sobre os sexos nas suas vertentes dualista, biologizante e essencialista (NOGUEIRA, 2001).

No fragmento discursivo (014), há a referência de que ser mulher “é um dom de Deus”, expressão que ganha uma conotação religiosa de que o corpo da mulher é um templo sagrado por meio do qual a vida pode ser gerada; nesse sentido, “somos seres especiais”, e a maternidade simboliza um poder divino exclusivo da mulher.

(014) Eu acho que ser mulher é um dom de Deus, assim... acho que somos muito especiais. A gente dá, a gente concede a vida, a gente gera a vida, só isso nos torna pessoas assim: seres especiais! Agora, historicamente fomos criadas para, para aceitar, para, né...para ser aquilo que determinavam pra gente tivesse que ser e hoje a gente luta para ser uma coisa diferente E eu tava falando isso hoje que, se nós fossemos mais unidas, a gente já seria, seríamos donas do mundo. Eu acho que fomos criadas para ser, para brigar, uma com, né? Para terem divergência, para gente competir uma com a outra. E se a gente tivesse sido criada para sermos unidas, o mundo seria nosso, assim. Porque a gente tem sensibilidade, a gente tem inteligência, a gente tem é... a gente tem intuição muito maior do que os homens. E eu não tô falando isso no intuito de, de competitividade, não, porque eu acho que o homem precisa existir, e a mulher também. Poxa, são naturezas diferentes! Se não fosse assim, não seria tão perfeita a natureza. Mas eu creio que ser mulher é muita...é preciso muita luta para ser mulher, a gente precisa, a gente precisa se amar muito pra acreditar que ser mulher é uma coisa legal porque a gente é criado para achar que é, que é mínimo. Então, assim: ser mulher pra mim é ser especial, se eu tivesse que vir novamente, pra quem acredita, eu viria mulher. (Samanta)

No fragmento “agora, historicamente fomos criadas para, para aceitar, para, né...para ser aquilo que determinavam pra gente tivesse que ser e hoje a gente luta para ser uma coisa diferente”, o advérbio “agora”, no início da primeira oração, tem a função de retomar o discurso religioso anterior sobre a mulher, confrontando-o com a ideologia dominante da supremacia masculina na nossa sociedade. A repetição enfática do “para” nessa frase foi um recurso usado por Samanta com o objetivo de enfatizar como a mulher é oprimida pelo discurso machista em nossa cultura, sendo impostos vários padrões de comportamento e papéis sociais para a mulher na sociedade, que a colocam em uma posição de inferioridade e de subalternidade em relação ao homem.

A partir da expressão “a gente luta para ser uma coisa diferente”, Samanta deixa implícito que reconhece a importância dos movimentos feministas para a emancipação social da mulher. A enunciativa, quando diz “se nós fossemos mais unidas, a gente já seria, seríamos donas do mundo”, está criticando um aspecto da nossa cultura, que é a competitividade entre as mulheres, e está defendendo que as mulheres desconhecem o poder que elas têm quando se unem, pois, do contrário, seriam “as donas do mundo”, isto é, estariam dominando a sociedade. Samanta acrescenta ainda que “é preciso muita luta para ser mulher, a gente precisa, a gente precisa se amar muito pra acreditar que ser mulher é uma coisa legal porque a gente é criado para achar que é, que é mínimo”, as repetições das palavras “preciso, precisa” é um recurso da enunciativa para chamar a atenção no seu discurso sobre a necessidade de a mulher ter uma boa autoestima para não assimilar a ideologia presente na cultura de que as mulheres são seres inferiores aos homens, discurso que tem legitimado a desigualdade de gênero na sociedade patriarcal e capitalista (BEAUVOIR, 1980). Samanta silencia em seu discurso que já foi discriminada tanto por homens quanto por mulheres, por razões distintas: as mulheres porque a veem como uma concorrente, e pelos homens que a subjugaram pelo fato de ela ser uma mulher.

No fragmento discursivo (015), Beatriz, que é cabelereira, tem 60 anos, com ensino fundamental completo, relaciona ser mulher a assumir responsabilidades e ter liberdade.

(015) Ser mulher é a gente ter responsabilidade, ser dona de seus atos, sem envolvimento, né, viver uma vida normal e tranquila, de responsabilidade.
(Beatriz)

Beatriz perdeu a mãe com nove doze anos e foi criada pela irmã mais velha, pois o pai, quando ficou viúvo, abandonou os seis filhos à própria sorte. Portanto, desde cedo, Beatriz teve que trabalhar e assumir responsabilidades na família. Casou-se duas vezes, teve três filhos, divorciou-se e hoje dedica o seu tempo ao trabalho e a família. As condições sociais de produção do seu discurso influenciam Beatriz quanto à ênfase que ela dá na questão de “ter responsabilidade”, com a conotação de uma mulher emancipada, “dona de seus atos, sem envolvimento, né,” no sentido de que a mulher é livre para fazer suas próprias escolhas, deixando implícito que ela deve satisfazer

seus desejos sexuais, mas não deve se apegar, e o léxico “né” indica um vício de linguagem oral. Nesse sentido, o discurso de Beatriz se contrapõe ao discurso do amor romântico e está alicerçado na busca da individualidade, no modelo emergente dos relacionamentos líquidos da pós-modernidade (BAUMAN, 2004).

No fragmento discursivo (016), Sofia, uma mulher de 75 anos, casada, sem filhos, com formação superior, que, após ter se aposentado, continua trabalhando como consultora na área de patrimônio cultural, tem uma visão sublimada do que é ser mulher.

(016) “Ser mulher é buscar assim... De ter uma visão específica de tudo. É a mulher tem essa visão. Além dela ter uma visão global de tudo, ela tem olhar específico de ser mulher, para mim é trabalhar, colocar todos os seus dons para fora e ter a liberdade de expressão. Além disso, é ocupar um lugar na sociedade não de forma agressiva, é acreditar no seu potencial e trabalhar e ir em frente buscando esses valores.” (Sofia)

Para Sofia, a mulher deve buscar “ter uma visão específica de tudo”, como ela depois explica, no sentido de que ela tem um jeito “feminino” de enxergar o mundo. Além disso, “é trabalhar, colocar todos os seus dons para fora e ter a liberdade de expressão”, ou seja, a mulher deve ser independente, se desenvolver, explorar seus talentos e manifestar-se livremente. No trecho “é ocupar um lugar na sociedade não de forma agressiva, é acreditar no seu potencial e trabalhar e ir em frente buscando esses valores”, Sofia deixa implícito no seu discurso que a mulher deve ocupar o espaço que lhe é destinado na sociedade, buscando o seu autodesenvolvimento sem abandonar suas convicções. Notamos um discurso refratado que a mulher consegue ocupar seu lugar na sociedade pelo mérito, e não pelo confronto, questionando a estrutura econômica responsável pelas desigualdades sociais. Sofia silencia em seu discurso que é uma mulher branca, de classe média, com formação superior, portanto, tem uma situação privilegiada em relação às diversas mulheres.

Somente no fragmento discursivo (017), o debate sobre as questões de gênero aparece de forma explícita quando Arlene desenvolve uma reflexão sobre o que é ser mulher, demonstrando como essas ideias se articulam com seu discurso sobre a sua prática profissional e experiência pessoal.

(017) Ah...eu conheço um sentido único né, talvez porque eu fico imaginando assim, o que é ser um homem querer ser mulher? Deve ser tão difícil, né? Ou uma mulher querer ser homem? Eu fico imaginando, mas às vezes também eu vejo que não tem muito problema nisso, porque tem muito mistério, porque eu vejo lá na minha escola: duas mulheres adotando duas crianças, uma família legal, feliz, normal! Busca as crianças, as meninas são super responsáveis, são bonitinhas. Então, pra mim, eu, eu já desmistifiquei essa questão, sabe de que a gente pode ser o que quiser ser. Não tem essa necessidade, ah, então eu nasci mulher, eu tenho que ser só mulher. Eu não tenho pretensão em virar ou ser outra coisa, mas que eu vejo isso com muita naturalidade, né? Eu quero ser mulher, quero transar só com homens, né!?Quero ter os filhos, é, mas eu também eu acho assim que é tão normal, ah, ué ela quer ser!? Acho que é simples assim, não tem muita dificuldade. (Arlene)

Arlene inicia seu discurso afirmando que “eu conheço um sentido único, né?” deixando subentendido o que concerne a sua experiência de mulher casada, heterossexual, que ser mulher está relacionado basicamente ao fato de possuir genitália feminina. Porém, a enunciativa, que tem formação superior e é docente do ensino fundamental da rede privada, demonstrando estar a par das discussões de gênero, revê sua posição inicial, quando problematiza “talvez porque eu fico imaginando assim, o que é ser um homem querer ser mulher? Deve ser tão difícil, né? Ou uma mulher querer ser homem?”. Arlene desenvolve sua reflexão tentando desconstruir a sua própria visão permeada pelo preconceito em relação às pessoas cuja orientação sexual não se encaixa na divisão binária do sexo.

No discurso da entrevistada, no trecho “mas às vezes também”, o léxico “mas” foi usado para introduzir uma oração que denota restrição ao que foi dito; “às vezes”, quer dizer que ela oscila seu pensamento sobre essa questão, revelando a existência de um conflito entre o preconceito que Arlene sente e a necessidade de ter um posicionamento social antipreconceito, situação que reflete o comportamento das pessoas em contextos normativos que proíbem a expressão do preconceito (CAMINO; MACHADO; PEREIRA, 2001). Na frase, “porque tem muito mistério”, a palavra mistério tem a conotação de tabu, ou seja, ela observa que discutir a sexualidade é um tabu na nossa sociedade. Assim, o discurso da entrevistada vai de encontro ao discurso hegemônico da heteronormatividade para os relacionamentos porque, conforme ela própria analisa, essa noção de gênero relacionada ao sexo biológico não explica a realidade (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021). Na frase “eu já desmistifiquei essa questão, sabe de que a gente pode ser o que quiser ser”, a palavra “desmistifiquei” tem a conotação de que ela desconstruiu as representações de

gênero mantidas pela sociedade patriarcal a partir de uma ordem compulsória de matriz heterossexual e da imposição de performatividades, o que denota, na sua reflexão, a compreensão de que gênero não é natural, não é uma identidade fixada a priori definida a partir de uma lógica binária homem x mulher (RIBEIRO *et al.*, 2016).

4.4 Envelhecimento

No discurso das mulheres pesquisadas, foi possível identificar diferentes aspectos sobre o fenômeno do envelhecimento que têm sido tratados pela literatura, especialmente no que diz respeito à evolução do conceito do que é envelhecer e as diferentes formas de manifestações do ageísmo (interpessoal, autodirigido e institucional) (BUTLER, 1969; OPAS, 2022). Nos fragmentos discursivos a seguir, esses aspectos serão identificados e analisados.

No fragmento discursivo (018), Flávia, uma mulher branca, heterossexual, com formação de nível superior, mãe solteira de um adolescente e que administra a loja da mãe no segmento de moda feminina, declara que não se incomoda com o fato de estar envelhecendo.

(018) “Eu não tenho problema com o envelhecer, não. É... pra mim é muito tranquilo envelhecer, dentro da minha vida, dos meus objetivos de vida, envelhecer é parte do processo. Eu acho que as pessoas hoje elas estão envelhecendo cada vez mais tarde, né? Tem muito recurso. E elas estão mais vaidosas, mais inteiradas, fazem mais exercício. É, então assim, realmente envelhecimento hoje, uma mulher de 50 anos hoje do que era antigamente, é muito diferente. É claro que a pessoa tem que ter poder econômico, né, para usufruir. Agora o exercício físico ele é para todos, né. Eu acho que a gente fica menos paciente (risos). É tipo, você já não fica mais perdendo tempo com o que não precisa, né? Eu acho que isso influencia, sim, por exemplo, os conflitos aqui na loja eu elimino eles rápido, né. Eu sento e converso. Eu não deixo a coisa delongar muito, não. Eu, eu acho que na questão física pra mim é um pouco penoso pra mim, descer e subir escada toda hora, no final do dia eu fico com o joelho...” (Flávia)

Na frase “Eu não tenho problema com o envelhecer, não”, o emprego da palavra “problema” demonstra que Flávia reconhece a existência do preconceito da sociedade em relação ao envelhecimento. Quando ela fala que “pra mim é muito tranquilo envelhecer”, o adjetivo “tranquilo” tem a conotação de que, para ela, o envelhecimento não é algo que a incomoda. Assim, ela ressignifica o envelhecimento como uma nova etapa da sua vida, e a expressão “envelhecer é parte do processo” significa que

envelhecer é algo natural, que faz parte da vida, o que demonstra que ela está se posicionando contra o ageísmo (BUTLER, 1969). Contudo, Flávia observa o fenômeno social, tratado pela literatura com o termo “*ageless*”, de que as pessoas estão cada vez mais adeptas da ideologia antienvelhecimento (GOLDENBERG, 2021; ROZENDO, 2022).

Ao afirmar que “as pessoas hoje elas estão envelhecendo cada vez mais tarde”, a entrevistada, ao selecionar o termo “tarde”, sublinha que hoje é possível retardar os sinais do envelhecimento porque “tem muito recurso”. O léxico “recurso” nessa frase foi usado com a conotação de que existem muitos meios (cirurgias plásticas, cosméticos, medicamentos, procedimentos estéticos, atividades físicas, alimentação) que ajudam as pessoas a se manterem jovens por mais tempo (ROZENDO, 2022). O discurso refletido de Flávia é que o envelhecimento é um processo natural que ela aceita com tranquilidade porque faz parte da vida ficar velha. Assim, nota-se uma refração linguística associada aos cuidados para envelhecer bem, trata-se de uma responsabilidade individual que implica adotar um estilo de vida saudável, incluindo a prática regular de atividade física que é vista como acessível a todos, e um silenciamento de sua realidade de dupla jornada de trabalho e sua condição financeira que colocam uma distância muito grande em relação às suas reais possibilidades de adesão à ideologia de antienvelhecimento.

No fragmento discursivo (019) e (020), estão presentes manifestações do ageísmo nos níveis interpessoal, institucional e autodirigido (OPAS, 2022) na concepção de Liz sobre o envelhecimento.

(019) “Triste...Bom...é um processo horroroso. Cada dia que eu olho no espelho eu tenho, eu não quero...você sabe que eu odeio fotos por causa disso. É...eu acho horrível porque...é... é ruim, é péssimo. Não sei nem o que falar, é odeio, odeio envelhecer. Eu tenho umas amigas de colégio que elas, eu lembro da minha época que elas falavam assim: “ai, é tão lindo envelhecer! Aquele cabelo branquinho!” E desde essa época eu já falava: “onde é que está a beleza em envelhecer? Eu graças a Deus não tenho que tomar remédio nenhum, pressão alta, colesterol, não tenho nada disso. Mas mesmo assim o corpo, né...quando você vê aparecendo rugas, aparecendo pés de galinha chegando né...as suas limitações com a idade, isso é péssimo. Eu não vejo nenhuma beleza no envelhecer, a única coisa bonita que tem no envelhecer é que a gente fica mais sábio. Fica mais tranquilo e tudo, só isso (Liz).

No fragmento discursivo (019), a enunciadora escolhe, para definir o envelhecimento, a palavra “triste”, com a conotação de que essa etapa da vida humana é um período muito ruim, difícil, e usa a expressão “processo horroroso”, para reforçar o quanto é terrível passar pelas transformações geradas pelo envelhecimento. Liz usa a estratégia discursiva de gradação para demonstrar, por meio das ações “eu olho”, “eu tenho”, “eu não quero”, o quanto é desconfortável aceitar o seu próprio envelhecimento. Claramente, manifestações ageístas contra si própria são identificáveis quando fala dos sentimentos negativos que a sua imagem refletida no espelho lhe provoca e da sua recusa em aceitar que está ficando velha, motivo pelo qual declara não gostar de ser fotografada.

A própria utilização dos léxicos “horrível”, “péssimo”, “odeio” trazem uma conotação de que envelhecer é algo tão ruim para si que ela sente muita raiva, como se o envelhecimento pudesse ser personificado. Assim, utilizando ironias e outras estratégias linguísticas, a entrevistada se contrapõe ao discurso que romantiza o envelhecimento como se fosse a fase da melhor idade. Nesse sentido, nota-se que o envelhecimento ganha conotação de decadência física e mesmo simbólica, estereotipando o envelhecimento com ideias que remetem à fragilidade, fraqueza e dependência (BUTLER, 1980; CHANG *et al.*, 2021). O único estereótipo positivo que Liz considera em relação às pessoas de mais idade é o ganho de sabedoria que ela diz proporcionar serenidade (OPAS, 2022). Esse trecho deixa em evidência que o ageísmo institucional e o interpessoal foram assimilados no seu discurso sobre o envelhecimento, sendo refletido na autoimagem negativa que ela constrói do seu próprio processo de envelhecimento (BUTLER, 1980; OPAS, 2022).

Em outro fragmento discursivo (020), Liz dá alguns exemplos para demonstrar que o ageísmo contra os idosos se manifesta de forma explícita e às vezes implícita nos níveis institucional e interpessoal (BUTLER, 1980; PALMORE, 2004; OPAS, 2022).

(020) Envelhecer é horrível, né, só em 2022, não, sempre foi ruim: mercado de trabalho, tudo. As pessoas te veem diferente, as pessoas não fazem questão. O velho, ele só é, só assim quando ele é engraçado, então as pessoas convidam ele porque ele é engraçado, pra fazer as pessoas rirem: o bobo da corte. Do contrário, você não é chamado pras coisas porque... Vê a Isabela aquele dia: “mãe, eu tava comemorando o meu aniversário, mas não te chamei porque só tinha gente jovem”. É péssimo! E você percebe isso, você percebe que as pessoas não te querem muito porque ahã...a não ser que você seja famoso, né. Mas pessoas normais como a gente, é horrível. Até na questão de homem e mulher, você chama a atenção de um homem

mais jovem que você, você é super criticada. Homem não tem problema, se ele arrumar uma mulher mais jovem ele é fodão, poderoso, ele pode. A mulher é vagabunda, tá pagando um cara pra ficar com ela, então ele não tá com ela porque viu alguma qualidade nela. uma característica, olhou pra ela com outros olhos, não. A gente sempre foi colocada como inferior, sempre foi, não tem jeito. (Liz)

A partir do fragmento discursivo (028), notamos a posição de que o ageísmo é um fenômeno social que sempre existiu, “né, só em 2022, não”, e que não afeta apenas o “mercado de trabalho, tudo”, visão que confirma as três áreas distintas que o ageísmo pode afetar: preconceito social, trabalho e práticas institucionais (BUTLER, 1980). As pessoas te veem diferente, as pessoas não fazem questão, referindo-se aos níveis de manifestação do ageísmo institucional e interpessoal (OPAS, 2022). Notavelmente, a entrevistada reflete em seu discurso que o ageísmo contra a pessoa idosa afeta sua vida social, provocando o seu isolamento na sociedade. No mesmo sentido, refrata a ideia de que o idoso só é aceito para participar da vida social quando atua com uma performance cômica ou quando tem prestígio social e silencia seu sentimento de invisibilidade social porque é uma mulher idosa e ordinária.

No fragmento discursivo da entrevistada, fica também clara a relação entre o ageísmo e sexismo nos relacionamentos afetivos ao enfatizar, por meio dos léxicos “fodão” “poderoso”, que são usadas com a conotação de ser representado pela sociedade como um homem viril, com poder econômico. O emprego da palavra “vagabunda” é para dar a conotação da mulher impura, indigna, que é malvista e julgada com preconceito pela sociedade quando ela escolhe viver a sua sexualidade de forma livre e fora dos padrões da cultura patriarcal. Tal percepção endossa que as mulheres são subjugadas pelas normas patriarcais que favorecem a desigualdade de gênero a favor dos homens (SALGADO, 2002; OPAS, 2022). O discurso silenciado de Liz é que as manifestações do ageísmo nos níveis interpessoal e institucional têm influenciado o ageísmo autodirigido em relação as suas escolhas afetivas.

No fragmento discursivo (021), Karina discorre sobre o envelhecimento ressaltando, especialmente, o valor da experiência que se adquire com os anos vividos.

(021) “Ah, envelhecimento pra mim é uma dádiva, né! Cada ruga que eu tenho, uma cicatriz. Cada ruga que eu tenho é uma coisa que eu vivi na vida, sabe é uma experiência. Ai, eu amo. Se alguém chegasse pra mim e falasse: você mexeria em alguma coisa? “Eu sim! Mexeria”. Lógico, toda mulher gosta.

Sabe? Mas eu quero envelhecer, sim. Eu admiro essas mulheres mais velhas, que é toda assim, maquiada mesmo aquele rosto que já não agradece a maquiagem mais. Sabe, eu amo tudo isso: quando eu olho no espelho, cada dia, eu amo." (Karina)

Karina, quando diz que o envelhecimento “é uma dádiva”, quer transmitir que a palavra “dádiva” tem a conotação de que o envelhecimento é um privilégio, que é dado a poucos. No referido fragmento, utilizam-se metáforas para explicar que as marcas da idade no seu corpo representam cada momento vivido por ela. A entrevistada deixa transparecer que sente orgulho de poder estar envelhecendo, por isso, em seu discurso, aceita as mudanças no seu rosto, admira as mulheres mais velhas, deseja envelhecer, deixando transparecer que não é afetada pelo ageísmo em seus diferentes níveis de manifestação: interpessoal, autodirigido e institucional (OPAS, 2022). Entretanto é possível identificar um silenciamento da entrevistada com suas insatisfações com o seu próprio corpo provocadas pelo envelhecimento por pertencer a uma classe social mais baixa, tendo que priorizar seus recursos financeiros na educação dos seus filhos, fator esse que, diferentemente, não interfere na decisão das mulheres executivas que, para não sofrerem o preconceito de idade no trabalho e retardar o envelhecimento, investem em cuidados com a aparência e o corpo (VIEIRA; CEPellos, 2022).

No fragmento discursivo (022), identificamos as vantagens do envelhecimento no aspecto emocional e suas desvantagens em relação às alterações físicas.

(022) Ah, se tornar feliz! Eu não tenho medo de falar mais, eu não tenho mais medo de passar por ridículos, eu não tenho medo de ser o que eu sou, eu não tenho medo de falar a verdade pra minha chefe. Você acredita que eu falei, eu reclamei do salário pra minha chefe? Eu nunca tinha feito isso, na minha vida antes. É assim, lógico que eu não uso essa minha coragem pra ofender e magoar ninguém, lógico, que eu acho que não é ético, não é cristão, mas assim, eu me tornei mais corajosa, mais coração aberto, mais peito aberto. Incomoda, né, ter que por um Botox aqui, ali, incomoda. Aparência é algo que mexe, com o cabelo também foi acabando, ainda mais com COVID, acho que piorou a questão do cabelo. Aí, isso me incomodou muito, essa questão de aparência, entendeu? Mas, assim eu nó, eu tô tão bem-disposta quanto antes porque agora eu encontrei vontade de fazer academia, encontrei vontade de querer fazer mais as coisas, sabe como? É diferente, agora. A vontade, o prazer de fazer as coisas, ele é muito maior do que antes. (Arlene)

No fragmento discursivo de Arlene reflete mudanças positivas em função do envelhecimento. Ao afirmar “eu me tornei mais corajosa, mais coração aberto, mais

peito aberto”, denotando que com a idade ela adquiriu mais confiança, ficou mais flexível e mais receptiva. Porém, sobre os sinais físicos do envelhecimento, é possível notar algumas insatisfações com a sua própria imagem, fato que está relacionado à opressão na nossa cultura pelo padrão de beleza ligado à juventude (GOLDENBERG, 2011). Arlene refrata em seu discurso que a velhice mudou seu comportamento, aumentando a sua autoconfiança, determinação e habilidades sociais. Esse discurso é visto como uma estratégia psicológica para diminuir o desconforto pela passagem do endogrupo (dos mais jovens) para o exogrupo dos mais velhos, ressaltando os ganhos positivos do envelhecimento (HINASHIRO; PEREIRA, 2020).

Nos fragmentos discursivos (023), (024), (025), (026), (027) e (028), perceber-se envelhecendo provoca na mulher 45+ sentimentos de surpresa, desconforto ou uma atitude de negação. Lívia comenta no fragmento discursivo (24) que somente se deu conta de que estava envelhecendo depois de completar 50 anos.

(023) [...] eu me deparei com a idade agora aos 50 anos que comecei a fazer uma reflexão, que até então, a gente vem no ápice assim, a gente não percebe que a gente está envelhecendo. A gente só vai dar conta quando para aquela idade e fala assim: “puxa vida, chegou 50! Porque até 40, 45 você acha que você está no vigor, você está bonita que você está isso... e na hora que você depara com 50... menina, eu parei e fiquei fazendo umas reflexões: “meu Deus, eu estou envelhecendo!”. (Lívia)

O discurso refletido de Lívia é que, até os 45 anos, a pessoa está no auge da sua capacidade produtiva e da sua beleza, então não existe uma preocupação com a idade, mas, sem perceber que o tempo está passando, ela chega aos 50 anos e se dá conta que está envelhecendo. O discurso refratado de Lívia associa o envelhecimento à finitude, à improdutividade, ao declínio físico. Seu discurso silenciado é o luto que está vivendo pela morte da sua mãe recente, que reverberaram reflexões sobre o envelhecimento.

No fragmento discursivo (024), Vera, 68 anos, preta, aposentada, mãe de três filhos, casada pela segunda vez, aposentada, mas que continua na ativa, opõe-se à ideia de que os 50 anos representam o marco do envelhecimento.

(024) Envelhecer, eu entendo que todos nós vamos envelhecer. Só que você tem que procurar, assim primeiro... é aceitar o envelhecimento, aceitar numa boa e procurar envelhecer, mas é assim com dinamismo. É trabalhando,

conversando, com encontros, com amigos, porque eu tenho até tem umas colegas que às vezes bem mais nova do que eu: “você vai ficar dentro de casa fulana? Você está muito deprimida!” “Não sei o quê, porque eu estou, fiz 50 anos, agora eu reparei eu estou ficando velha.” Que diabos, você está ficando velha menina né! Tô com 68 anos, tô nem aí. A velhice tá na sua cabeça. Você põe na sua cabeça que você está velha, você vai ficar aí toda dolorida daqui a pouco toda dor aqui, dor ali, você não pode incomodar com qualquer tipo de coisa. (Vera)

No fragmento discursivo (024), há a utilização do léxico “dinamismo” com a conotação de produtividade, de que, para envelhecer bem, é necessário se manter ativa, trabalhando, atendendo às demandas de uma sociedade capitalista. Nesse sentido, é possível identificar que Vera silencia que sente preconceito de idade, motivo pelo qual se nega a aceitar que está velha e associa os idosos aos estereótipos negativos de pessoas rígidas, desmotivadas, solitárias, isoladas, frágeis, fracas, deprimidas, deprimentes, dependentes, improdutivas.

Interessante percebermos como a lógica capitalista de produtividade se faz presente no discurso das mulheres entrevistadas, que constantemente afirmam não se sentirem velhas tendo como pressuposto inicial a lógica de corpo capital (GOLDENBERG, 2008), assim como é reverberado no fragmento discursivo (025).

(025) Envelhecer não é ficar velha não, minha aparência pode até envelhecer, mas o espírito, eu acho que tenho o de um de 20, 30 anos pra trabalhar. Porque eu trabalho melhor do que as mulher mais nova, eu enfrento isso aqui sozinha se deixar. Eu não cheguei nesse ponto de pensar assim “tô ficando velha” não, só se aparecer alguma doença. Agora, por enquanto minha cabeça tá boa. (Valéria)

(026) Espero ter essa história ainda para contar para você, porque, apesar da batalha, já que tenho um problema de saúde que não quero citar aqui, mas..., me sinto cheia de energia. Não me sinto envelhecendo não me sinto ficando triste, acho que de novo sou abençoada pela minha família, tenho uma netinha. Não me sinto aquela vovó, velhinha, então não tenho história de... minha irmã que foi minha mãe é uma senhora muito dinâmica até hoje. Então não tenho uma história do que é envelhecer, ainda vou chegar lá. (Maria)

Em alguns casos, percebemos ainda uma tentativa de suavizar os impactos do envelhecimento sobre o corpo e sobre o psicológico das entrevistadas.

(027) Gosto muito disso ai não (risos) assim agora acho que até tá caindo a ficha, amadurecendo para mim. (Terezinha)

(028) Envelhecer... você sabe que eu ainda nem parei para pensar, porque mesmo eu tendo cinquenta anos eu não me sinto velha, eu não me sinto que

eu tenho cinquenta anos, eu me sinto como se eu tivesse meus vinte anos normal, porque o meu jeito é o mesmo, minha alegria é o mesmo, e eu me sinto jovem, então, se eu envelhecer com saúde e do jeito que eu sou agora, para mim tá bom demais, tá valendo. (Ana Lúcia)

No enunciado (027) “gosto muito disso aí, não (risos), a expressão “disso aí” dá a conotação de que ela está personificando o envelhecimento e o rejeita. A estrutura sintática “assim, agora” implica que, se antes o envelhecimento era algo que não a preocupava, ela começa agora a se dar conta de que ele existe, “tá caindo a ficha”, no sentido de que ela está finalmente percebendo que vai envelhecer e está “amadurecendo para mim”, isto é, ela está começando a aceitar a ideia de que isso um dia vai acontecer, evidenciando, por conseguinte, a emergência de aspectos relativos ao ageísmo (BUTLER, 1969).

Conforme descrito no fragmento (028), o léxico “normal” foi empregado com a conotação de que Ana Lúcia não sentiu que se transformou com a idade, pois continua mantendo o espírito jovial dos vinte anos. Assim, podemos identificar que a internalização do ageísmo institucional compreende que manter o seu comportamento social com os estereótipos ligados à juventude é uma forma de se proteger do ageísmo interpessoal e autodirigido.

Notavelmente, o que podemos afirmar é que, por se tratar de mulheres ordinárias, os discursos por vezes remontam realidades duras de vida de pessoas que desistiram de participar da vida pública para sobreviver no ostracismo social.

(029) Ah, é um, é um dom natural, né, da gente, que vai e passa tão depressa a vida, que você não vê. Assim você fica tão envolvido e como eu que não tive muita oportunidade de aproveitar a minha vida; a minha vida foi dura com muito trabalho, sabe assim cuidar dos meus filhos, que meu marido trabalhava fora, era caminhoneiro, e assim pessoa humilde também, que veio de muita dificuldade, que, quando ele nasceu, o pai dele tinha até morrido a mãe dele ficou grávida. Então assim, havia uma luta muito difícil dele também. E eu não aproveitei minha vida, foi batalhas sempre assim. (Zilá)

O relato da entrevistada evidencia que, a despeito do fato de a mulher ter conquistado o espaço público, o legado da família patriarcal continua legitimando a divisão sexual do trabalho no âmbito privado (NOGUEIRA, 2001). O trecho ainda evidencia a conotação de que foram constantes os desafios que ela enfrentou na vida, especialmente pela sua condição de pobreza e opressão de gênero, deixando

implícita a lógica patriarcal de que a mulher deve ser mãe, cuidar dos filhos e da casa, ser submissa e servir ao homem (NOGUEIRA, 2001; LIMA; CRUZ, 2021). Assim, para garantir sua subsistência, a vida da entrevistada foi perpassada de interdiscursos que consolidam a lógica hegemônica patriarcal e sexista que fundamenta a sociedade capitalista (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Como já mencionamos em linhas anteriores, a realidade da mulher ordinária por vezes a submete à lógica opressiva do capitalismo, fazendo com que sua vida passe diante de seus olhos sem ser notada, dado que as condições básicas de sobrevivência não foram supridas (NATT, 2019). Assim, a centralidade do trabalho torna-se a tônica dos discursos das entrevistadas, mas, principalmente, em função de sua necessidade de subsistência.

(030) Envelhecer é olha, é um lado, é um lado, que eu acho que é um processo natural, né. Que tudo envelhece, a árvore envelhece, a flor murcha, e a gente como mulher tem que ser muito forte para não entrar nessa energia de que o que é velho não tem valor. Agora é fácil? Não é. É uma luta para se manter, porque, é hoje, nós vivemos o mundo capitalista, o mundo do consumo. Então você não tem como manter aquele viço da juventude, você pode manter sua alma pessoal, não sei nem se é copiar a trajetória da juventude, mas é você se sentir é... dentro de um espaço e cheia de vida. Olha, falar que é fácil, não é, não. Você de repente você vê que você está com ruga, você vê nascer cabelos brancos; e isso isso te joga para baixo, mas você tem que ter uma força muito grande tem que ter um trabalho. (Sofia)

Importante destacarmos dois pontos no discurso de Sofia, inicialmente, por meio da estrutura lexical da expressão “te joga pra baixo” que remete à percepção sobre o próprio envelhecimento como um fenômeno que afeta a autoestima da mulher, fato que confirma, por conseguinte, que a própria mulher começa a manifestar o ageísmo contra a si própria que foi internalizado na sociedade (BUTLER, 1980; OPAS, 2022). O segundo ponto refere-se à paradoxal crítica ao capitalismo, em relação aos interesses econômicos que estariam por trás da ditadura da beleza e dos valores que está disseminada na nossa cultura em relação ao envelhecimento (GOLDENBERG), apropriando-se da lógica da produtividade do discurso dominante para defender que a mulher idosa tem que se manter ativa e produtiva (DE TAVERNIER *et al.*, 2019) para não se tornarem pessoas infelizes, senis, vulneráveis ou diabólicas, tal como são estereotipadas na literatura (OPAS, 2022). O discurso refletido de Sofia é que, para combater o ageísmo contra si mesma, a mulher idosa tem que se manter produtiva,

porque a mulher se renova quando encontra no trabalho pessoas positivas, as quais, independentemente da idade, compartilham as mesmas visões de mundo e objetivos.

Frente a esse cenário, a concepção de envelhecimento por parte de várias entrevistadas, para além de uma visão romantizada, traz consigo conotações negativas, em especial de medo e debilidades.

(031) Envelhecer é um mistério. É ao mesmo tempo, é assustador. Hoje, envelhecer para mim é bem assustador, porque eu estou acompanhando a mamãe num processo muito difícil. Mas também tem um lado bacana, um lado assim que a gente pode romantizar, que é você fica mais madura, aquela velha ditado” eu soubesse disso... há 20 anos atrás, há 30 anos atrás” estou assim. A gente começa a ter mais sabedoria para administrar alguns algumas coisas da vida, mas pra mim é um pouco assustador no sentido de doença de depender das pessoas. É de não saber o amanhã. (Larissa)

(032) Aí, meu pai falava que não é bom não; e eu estou achando que não é bom, não. A gente perde muita mobilidade, tudo é mais difícil, e você começa uma dor aqui, uma ali, mas tem um lado de que a gente fica mais... é mais tranquilo em certa parte que você não tem que correr tanto atrás de tudo, como igual você corria quando você era mais novo, mas é uma mudança muito grande de idade assim, quando você passa por uma idade a mudança é muito grande. Eu sinto sim, no corpo, na cabeça, na vida, a primeira vez que a pessoa te chama de Senhora é muito esquisito. (Ângela)

(033) Envelhecer... que é envelhecer... eu vejo o lado do cansaço de doenças sabe essas coisas, isso preocupa demais. (Margarida)

(034) Eu não quero ficar numa cama doente, eu quero, se eu puder sair sozinha, como a minha mãe faz, sabe, vai no banco, recebe o dinheiro dela sozinha, então eu queria assim envelhecer igual minha mãe (Nilza)

A análise dos fragmentos discursivos tem em comum a presença de interdiscursos associados à saúde. Logo, na perspectiva das entrevistadas, o envelhecimento tem, como um de seus maiores estigmas, as debilitações à saúde que ele pode promover. Desse modo, léxicos como “assustador” (031) e expressões como “a gente perde muita mobilidade”, “tudo é mais difícil”, “uma dor aqui, uma ali” (032), “cansaço de doenças” (033) e “ficar numa cama doente” (034) refletem um discurso que traz uma pecha à velhice, associando-a à perda de valor e a outros negativos de fragilidade, pobreza, dependência, exigentes de muita atenção, solitárias e isoladas, em consonância com os que são identificados na literatura (OPAS, 2022). Associado a esses estigmas/estereótipos, Ana Lúcia, no fragmento discursivo (035), amplia a questão do desamparo social do idoso no Brasil.

(035) Eu acho que algumas pessoas, né, ou até pode ser até a maioria, tem muitas pessoas que envelhecem é a família não olha, deixa jogado e também do jeito que está as coisa... é esse salário que os idosos recebem não dá para nada, por causa da medicação, né que é cara, às vezes a gente não encontra no posto de saúde. Tem alimentação... eu acho que as coisas poderiam melhorar, né, para os pessoal idoso, pras pessoas respeitarem mais, ter mais consideração que um dia a gente vai chegar lá... tem gente que não respeita, né... então, assim acho que poderia ser um pouco melhor a gente trabalha a vida inteira, né... pra tar ali lutando... quando você chega numa certa idade que você acha que você vai tudo melhorar, parece que piora. (Ana Lúcia).

O fragmento discursivo (035) traz alguns medos dos idosos a partir da análise dos interdiscursos do desamparo familiar e da falta de políticas públicas que garantam o mínimo de dignidade ao idoso ordinário. Cabe aqui destacar a estrutura semântica “quando você chega numa certa idade você acha que você vai tudo melhorar, parece que piora”, em que Ana Lúcia critica o discurso difundido na sociedade de que o envelhecimento é a melhor fase da vida, não para o sujeito ordinário. Por conseguinte, a entrevistada refrata em seu discurso a necessidade de acabar com o ageísmo interpessoal e institucional que existe na sociedade, considerando a tendência natural do ser humano envelhecer.

O trecho discursivo, por meio de um paradoxo comum ao sistema capitalista, traz à tona uma discussão tão importante quanto complexa acerca do ageísmo da mulher ordinária. A entrevistada aponta o fato de que os idosos ordinários, após venderem sua força de trabalho a vida inteira para o sistema capitalista, quando começam a entrar em uma fase da vida de baixa produtividade, no âmbito quantitativo, sofrem com o descaso, o abandono e o preconceito, sendo tratados como estorvo, inválidos, descartáveis e custos sem retorno na esfera econômica do Estado (BEAUVOIR, 1980; PEREIRA, 2004; ANDRADE, 2021; ZIRBEL, 2021).

(036) “Envelhecer no Brasil é complicado, porque as pessoas não valorizam o idoso, pensa que o idoso, geralmente fica sendo um estorvo e às vezes fica doente, porque não é como a gente que respeitavam o idoso. Que o idoso era assim uma referência de experiência de vida, de sabedoria, de cultura, que ensinava a gente. Que a gente amava conversar com as pessoas mais velhas, que troca de experiência, não é? Era assim, agora hoje em dia não, vejo muito preconceito. As pessoas fazem, um pouco caso, né, das pessoas mais velhas não dão muita atenção. Acha que são ultrapassados “você é um caduco, é um retrógrado”, é tanto assim adjetivos”. (Zilá)

No fragmento discursivo (036), a entrevistada afirma que “envelhecer no Brasil é complicado”, com a conotação das dificuldades que o idoso enfrenta “porque as pessoas não valorizam o idoso”, na medida em que são atribuídos estereótipos negativos às pessoas mais velhas que ajudam a formar o preconceito de idade. Tal fato é discutido pela literatura (BUTLER, 1969, 1980; OPAS, 2022), fazendo com que a ideologia do antienvelhecimento se torne não somente uma prática social, mas uma estrutura fundante da sociedade ao defender que o indivíduo é responsável pelas suas condições no futuro relativas ao envelhecimento (ROZENDO, 2022). Notadamente, esta preocupação, de certa forma, está relacionada à imposição de padrões de corpos “saudáveis e altamente produtivos” no qual a sociedade é balizada, deixando implícitas as condições impostas pelo capitalismo tanto nos níveis físicos quanto simbólicos dos corpos femininos (BOURDIEU, 1988; GOLDENBERG, 2011), o que reforça, por conseguinte, a lógica econômica de que a pessoa mais velha só gera custo social, visto que o seu retorno econômico e produtivo é baixo (MANSO *et al.*, 2021)

4.5 Relações de gênero e envelhecimento

Nesta pesquisa, buscamos fazer uma releitura da representação dos papéis sociais de gênero à luz das abordagens feministas, procurando compreender como elas têm influenciado a mulher 45+ e identificar, a partir da reflexão sobre a sua própria realidade, a relação da opressão de gênero com o ageísmo que se manifesta de forma naturalizada na sociedade e que é expresso de forma explícita, afetando a vida das mulheres em vários aspectos, sobretudo, no âmbito privado e no mercado de trabalho.

Em outros casos, a opressão contra a mulher ainda é mais latente no leito familiar. Por exemplo, no fragmento discursivo (037), Ana Lúcia narra que teve uma vida muito difícil, era muito pobre, tinha muitos filhos, um marido violento e que não podia trabalhar porque não tinha com quem deixar as crianças.

(037) (...) Ele não era um marido bom para mim porque ele me agredia fisicamente, ele me agredia verbalmente e foi aquele sofrimento; e eu tive que ficar naquilo, porque eu não trabalhava fora naquela vida, eu não tinha pra quem recorrer, não tinha com quem me ajudar; e eu não queria abandonar meus filhos nem dá pra ninguém. Fiquei com os meus filhos até eles crescerem, é aguentando aquilo até que minha filha mais velha quando ela

completou uns 12 anos, eu arrumei um emprego, fui trabalhar, porque o pai deles não pagava o aluguel direito. (Ana Lúcia)

Nesse fragmento discursivo, Ana Lúcia fala abertamente sobre vários tipos de violência que viveu dentro do seu casamento e diz que teve que ficar “naquilo”, com a conotação de que não tinha opção porque não trabalhava fora “naquela vida”, no sentido temporal, naquela época com as crianças pequenas, o que denota que a violência de gênero está enraizada na estrutura institucional da sociedade capitalista, que ao fazer a divisão sexual do trabalho, relega a mulher o papel de desempenhar o trabalho reprodutivo que não é pago, sendo nessas condições as mulheres pobres mais propensas a permanecerem em relacionamentos abusivos (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). O fragmento (037) demonstra uma série de violências e opressões a que Ana Lúcia estava submetida durante boa parte de sua vida, entretanto é importante destacar a posição de subalternidade da mesma frente a tais acontecimentos, o que demonstra o quão arraigada é a cultura da dominação masculina sobre os corpos femininos (PEDRO, 2005; ZIRBEL, 2021; CEPELLOS; TONELLI, 2022), fruto de uma construção histórico-cultural que legitima a posição do homem e mantém a estrutura patriarcal combatida pelos movimentos feministas (BEAUVOIR, 1980; COSTA; SARDENBERG, 2007; NOGUEIRA, 2001).

Nesse sentido, é importante destacarmos que, na maioria dos discursos das entrevistadas deste estudo, é possível identificarmos aspectos que denotam que, em seu grupo social, o ageísmo afeta principalmente as mulheres e que, independentemente da idade, o sexismo sempre discriminou a mulher no mercado de trabalho.

(037) Porque eu tenho uma turma de escola é que a gente ao longo dos anos convive, continua, né, somos amigos e tudo. Os homens tão cada vez mais jovens, né, considerados mais jovens, “na praça”, entre aspas (risos) e as mulheres elas já estão falando de menopausa. Então, a gente tá descendo o ciclo, e eles tão subindo, né?” (...) Eu acho que sempre teve, independente da idade. Sempre vai ter, e eu espero que, eu crio meu filho pra que ele não faça essa distinção, mas eu sempre ganhei menos do que todos os meus colegas homens. (Flávia)

(038) Ah, cê tá doida! Você olha prum homem de 51 anos, o homem tá novo, pode casar com uma menina aí de 26 anos que, ele pode construir uma família, ele pode. O homem tá no auge, a mulher com 51 anos já passou pela menopausa, ela tá com ela carrega o peso da família na cabeça, coisa que, você sabe, o homem, não faz. Não adianta o homem falar pra mim, que ele não carrega! A mulher já vem estressada, a mulher já não tem o humor que

ela tinha antes. Às vezes o homem chega lá e sabe? Porque o homem não é como a gente. Nó, eu sou mãe de dois filhos homem, nunca! Por exemplo, meu ex-marido, ele tem 53 anos, ele, ele vive a vida dele, ele não tem as preocupações que eu tenho, a gente é amigo, tem, né, os meus filhos, mas os meninos vêm é na mãe. E um homem de 51 anos igual ao que você tá falando aí ele é academia, creme no rosto, essas coisas e nós? (Karina).

A despeito das relações de gênero, os fragmentos discursivos (037 e 038) expõem uma lógica social patriarcal e desigual que age de maneira mais condescendente com o envelhecimento dos homens, sendo que estes sentem os impactos do ageísmo mais tardiamente se comparados com as mulheres. Interessante aqui sublinharmos dois léxicos, primeiro a expressão “na praça” que, em sentido irônico, denota que as marcas físicas do envelhecimento dos homens socialmente são tidas como atraentes, desejadas e viris, ao passo que o léxico “menopausa”, atrelado à figura feminina simboliza o fim do ciclo reprodutivo da mulher, foi usado com a conotação simbólica de que a mulher está oficialmente ficando velha. Em termos agregados, esse léxico representaria, em última instância, a morte simbólica da mulher jovem e o nascimento simbólico da mulher velha (CEPELLOS; TONELLI, 2022), aquela que sofrerá as marcas do ageísmo.

Nesse sentido, por meio da análise da expressão “então, a gente tá descendo o ciclo e eles tão subindo, né?”, Flávia compara que o envelhecimento é diferente entre homens e mulheres, expressando que a mulher está finalizando a fase produtiva e reprodutiva, enquanto os homens estariam atingindo o seu auge produtivo e do seu poder sexual. Tal fragmento discursivo reproduz o discurso machista hegemônico que naturaliza o ageísmo institucional contra a mulher mais velha, ao passo que atenua as marcas do mesmo fenômeno nos “homens mais experientes”.

No fragmento discursivo (037), Flávia usa a elipse na frase “eu acho que sempre teve”, para se referir à discriminação da mulher no trabalho, “independente da idade”, exprimindo que ela não considera que o preconceito seja em razão da idade, mas em relação à mulher. A entrevistada ainda acrescenta que cria seu filho “pra que ele não faça essa distinção”, posicionando-se contra a manutenção da ideologia patriarcal, ou seja, contra o discurso hegemônico. No referido fragmento discursivo, a expressão “eu sempre ganhei menos do que todos os meus colegas homens” lança críticas à

desigualdade de gênero no mercado de trabalho, aspecto que continua na pauta dos movimentos feministas (ZIRBEL, 2021).

Reverberando tais análises, no fragmento (038), é possível identificarmos uma divisão sexual do trabalho e da vida doméstica. Karina está apontando alguns distúrbios que acometem a saúde da mulher moderna decorrentes da tripla jornada de trabalho. Quando a enunciativa menciona “às vezes o homem chega lá e sabe? fica subentendido que as expectativas do homem com relação à vida íntima do casal não levam em conta a exaustão dessa mulher que é mãe, dona de casa e trabalhadora, “porque o homem não é como a gente”, no sentido de que o homem se ocupa apenas do seu trabalho, não dividindo no espaço privado as tarefas domésticas com a mulher, situação que denota a lógica da divisão sexual dos papéis sociais do patriarcado (NOGUEIRA, 2021). Desse modo, no fragmento discursivo (038) está contida a ideia de que o preconceito contra a mulher antecede ao ageísmo, pois, numa sociedade de cultura patriarcal, não existe igualdade entre homens e mulheres. A mulher sempre será subjugada, e existe uma ideologia dominante da supremacia do homem, uma relação desigual de poder na qual o homem ocupa uma posição hierarquicamente superior. Nesse sentido, o enunciado articula os discursos sobre o feminismo, patriarcado, relações de poder, relações de gênero e o ageísmo.

Nesse mesmo sentido, Samanta salienta que o machismo estrutural impede a igualdade de gêneros e defende a sororidade entre as mulheres para superar a cultura patriarcal ainda muito arraigada na sociedade brasileira.

(039) A gente não tem ainda, a gente tá ainda agarrado nessa construção histórica aí, machismo é... tem muita coisa que ainda eu ouço isso de pessoas muito próximas. “Ah, porque ela é mulher! Por que ela dirige assim, porque ela é mulher, porque ela tem 55 anos” Eu ainda ouço, eu brigo muito Em relação ao homem não tem essa mesma fala. É igual eu falei no início, eles são corporativos. Porque a construção histórica pro homem foi essa. Eles são, eles são muito, eles têm uma empatia muito grande, muito corporativos, mulher não, precisa ser. Talvez se a gente fosse mais, se a gente se olhasse mais, tivesse um pouquinho mais de sororidade, a gente não precisa ter muita sororidade, mas um pouquinho mais já ajuda, eu tenho certeza que talvez é isso que vai fazer a gente fica no mesmo patamar de condições. Mas ainda não, ainda é difícil. Ainda a gente é apontada, sabe, a gente é, tem umas coisas muito doidas até eu vejo isso com os pacientes que eu lido. Quando é homem, ah, porque o homem descobriu que ele tem um filho fora do casamento. Ah, tá legal. Mas se fosse a mulher, quando eu faço essa pergunta. Nossa senhora, ela nem ali na relação ela estaria. Então, pro homem, ainda é mais fácil. (Samanta).

No fragmento discursivo da entrevistada, é possível identificarmos a conotação de que ainda estamos longe da igualdade de gêneros. A enunciadora, referindo-se aos homens, usa o termo “construção histórica”, deixando implícito que a categoria homem, representada pela superioridade masculina, é uma construção cultural, posição essa que desnaturaliza a diferença de gênero (BEAUVOIR, 1980). Na frase “eles são, eles são muito, eles têm uma empatia muito grande, muito corporativos,” o pronome pessoal na terceira pessoa do plural, que substitui o substantivo homens três vezes, dá uma conotação de que existe uma sororidade entre os homens, e o adjetivo “corporativos” tem o significado de que os homens são muito unidos, enquanto as mulheres, não, porque são vítimas do patriarcado e ainda não tomaram consciência de tal realidade. Um ponto importante do fragmento em questão é a repetição do léxico “sororidade” em vários momentos, para reafirmar a necessidade de um vínculo de irmandade entre as mulheres, uma tentativa de se organizarem em prol de um objetivo maior, tal como defendido por Hooks (2015) quanto a sua dimensão política para a emancipação das mulheres.

Notadamente, o discurso de Samanta é convergente com as pautas feministas contra as formas de opressão de gênero, frisando a importância da sororidade entre as mulheres no combate ao sexismo e a injustiça patriarcal (HOOKS, 2015). O discurso refletido de Samanta é que, para transformar a realidade da desigualdade de gênero, é necessário que haja sororidade política entre as mulheres. Samanta refrata em seu discurso que as mulheres competem entre si como uma forma de reproduzir a opressão de gênero que elas vivem na sociedade patriarcal.

No fragmento discursivo (040), Samanta analisa como se manifesta a desigualdade de gênero no espaço público e privado.

(040) “(...) De um modo geral sim, claro, mulher ganha menos, a gente sabe disso. Então, a mulher ganha menos, além dela ter várias cargas, associadas além do trabalho, ela tem a casa, ela tem um monte de coisas. Mas ela não é vista como esse ser que faz um monte de coisas. Ela é multifacetária, e isso não é valorizado. Agora, o homem só faz aquilo ali e tá de boa. Nossa, como ele é bom, né!? Como ele é bom! (risos)” (Samanta)

(041) Eu acho, quantas mulheres não fazem serviço até melhor que um homem, aqui mesmo! Na secretaria, tem uma menina que trabalha desde que entrei já tem muito tempo, aí surgiu um cara para ser gerente lá. Aí pegou o chefe do outro setor pra ser chefe do setor dela. Por que não deu oportunidade pra ela? Então assim, ela desde muito tempo sempre que queria essa oportunidade sabe. Aí uma vez ela disse que, se fosse dar essa oportunidade pra ela, ela ia dizer que agora não quer mais. (...) O homem sempre tudo é pra eles. (Valéria)

Quando Samantha declara com ironia que, “de um modo geral sim, claro, mulher ganha menos, a gente sabe disso”, deixa implícito que há uma compreensão de que está naturalizada a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho. Samanta usa o léxico “cargas”, no sentido de que a mulher carrega o peso da tripla jornada de trabalho exprimindo que a mulher não se dedica exclusivamente ao trabalho no espaço público. A palavra “multifacetária” é empregada para caracterizar a mulher que executa muitas tarefas, “e isso não é valorizado”, ou seja, não há reconhecimento. Samanta compara o homem à mulher com ironia: “agora, o homem só faz aquilo ali e tá de boa”, indicando que o homem cumpre o seu papel definido pela divisão sexual do trabalho, sem ser criticado, pois a sociedade considera que já é o suficiente. Nessa mesma linha, o discurso de Valéria, além de apontar que, por vezes, a mulher tem que se superar, realizando suas tarefas melhor do que o homem, entretanto, não importa o trabalho que o homem faça, ele sempre é supervalorizado pela sociedade, o que reforça o legado da cultura patriarcal (BEAUVOIR, 1980; COSTA; NOGUEIRA, 2001; SARDENBERG, 2007). Notamos, então, um discurso refletido apontando que a mulher contemporânea está sobrecarregada porque, com a conquista feminista dos direitos à igualdade, a mulher acessou o espaço público, mas permanece a desigualdade no salário da mulher, que é menor do que o do homem, e, no espaço privado, não houve a redivisão sexual do trabalho, o que evidencia que as demandas feministas vêm sendo cooptadas pelo discurso neoliberal para conferir uma aparência progressista às jornadas duplas ou triplas de trabalho para as mulheres mais pobres e os níveis mais baixos de salário (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Tais percepções são reforçadas no fragmento do discurso de Nilza exposto na sequência.

“(042) Tem, homem é mais fácil né, porque o homem tem mais é... o homem eu vou falar de carteira, né, uma pessoa, empresa porque o homem tem mais, é, está mais fácil para arrumar porque o homem pode fazer um punhado de coisa ... é e mulher não pode fazer, apesar que hoje em dia a mulher tá fazendo muita coisa, né, tá igual os homens, mas, se uma empresa vê uma mulher e um homem, a empresa vai querer um homem”. (Nilza)

O discurso refletido de Nilza é o de que as oportunidades no mercado de trabalho são maiores para os homens porque eles têm um leque maior de opções profissionais que são socialmente atribuídas ao gênero masculino. A enunciativa faz uma comparação “porque o homem pode fazer um punhado de coisa ...”, com a conotação de que existem muitas profissões que são consideradas pela sociedade do gênero masculino, e que “a mulher não pode fazer”. Essa ideia de que “não pode” está relacionada aos discursos sobre as representações de gênero que são naturalizados para legitimar a divisão sexual do trabalho (NOGUEIRA, 2001). Nilza diz que “hoje em dia a mulher tá fazendo muita coisa né, tá igual os homens”, expressando que ela reconhece que a sociedade tem avançado na desconstrução social sobre os papéis sociais de gênero na divisão sexual do trabalho. Contudo, a entrevistada silencia em todo o seu discurso sua predileção por profissões consideradas socialmente do gênero masculino, mas se limita a executá-las no espaço privado para evitar os rótulos ligados à sua orientação sexual, situação que demonstra barreiras profissionais relacionadas a construção sócio-histórica em torno das representações do que é ser homem e o ser mulher (SOUZA, 2013).

Importante sublinharmos que no discurso de todas as entrevistadas desta pesquisa, interdiscursos relacionados ao patriarcado e à lógica mecanicista do capital se fazem fortemente presente, principalmente por se tratar de mulheres ordinárias, ou seja, aquelas que, por vezes, sobrevivem nos bastidores das organizações produtivas e da sociedade. Neste caso, o ageísmo é uma forma ainda maior de aumentar o processo de marginalização que sobre elas é imposto. Tal fato ainda se torna mais evidente quando voltamos o olhar às trajetórias dessas mulheres no mercado de trabalho.

4.6 Os [Des]caminhos no mercado de trabalho

Considerando que as mulheres ordinárias 45+ são sujeitos históricos que estão inseridas em um determinado contexto político, econômico, social e cultural e que o discurso é afetado pelas condições sociais em que foi produzido, o que inclui, também, gênero, idade, raça, orientação sexual, classe social, entre outros, no percurso semântico “descaminhos no mercado de trabalho”, analisamos que os desvios na trajetória profissional dessas diversas mulheres se relacionam com a posição do Brasil

no novo ordenamento político e econômico mundial e com as demandas do modo de produção capitalista para os países periféricos.

Inicialmente, importante ressaltarmos que várias das entrevistadas em função de suas condições, muitas vezes, precárias de vida viram-se obrigadas a renunciar aos estudos, outras vezes porque a família não incentivava, especialmente, por serem mulheres.

(043) Então, outra opção na faculdade seria essa, e a vida foi não me dando condições de continuar estudando. Teve uma certa época que os meninos eram adolescentes, e voltei pro cursinho fazer vestibular de novo, mas não deu certo porque estudava à noite, davam trabalho, o pai dava mais trabalho que os filhos, eu acabei desistindo. (Larissa)

(044) Eu não estudei mais porque não pude. E olha que sempre gostei muito de estudar, de ler e tal. Mas meu pai pensava de outra forma, meus irmãos homens estudaram, meu pai incentivou, mas eu era mulher, minha obrigação era outra, e minha mãe não podia fazer nada, coitada, ela era uma quase escrava, não tinha voz para nada. (Liz)

A estrutura sintática do fragmento discursivo (043) “e a vida foi não me dando condições de continuar estudando” mostra uma inversão na ordem direta do discurso, com a conotação de que fatores externos foram desviando a entrevistada do caminho de estudar. Na frase “mas não deu certo, porque estudava à noite, davam trabalho, o pai dava mais trabalho que os filhos, eu acabei desistindo”, Larissa deixa implícito que não teve o apoio da família para continuar estudando e que sua dificuldade maior era o marido que era alcóolatra, conforme ela confidenciou em outros momentos da entrevista. Interessante aqui destacarmos que os [des]caminhos das entrevistadas no mercado de trabalho, na maioria das vezes, iniciaram-se em suas próprias casas, em função de uma situação precarizada de vida comum da mulher ordinária no contexto brasileiro (NATT, 2019).

Tais percepções são reafirmadas no fragmento discursivo (044) que deixa latente a construção social do patriarcado, que se inicia dentro do núcleo familiar. Esse patriarcado coloca a mulher em uma posição subalternizada, mesmo que seja a própria filha, como perceptível no fragmento de Liz. Nesse sentido, o léxico “escrava”, para se referir à mãe, confere uma perspectiva crítica a retórica do discurso patriarcal que atende às necessidades do grupo hegemônico (PEREIRA, 2004; ZIRBEL, 2021).

Como reflexo desse contexto, a mulher ordinária se vê compelida a trabalhar “no que restou”, uma vez que, na maioria das vezes, não teve escolhas e necessitava sobreviver.

(045) “Sabe o que que é...o comércio é muita escravidão. Você tem que abrir mão de tudo. Eu trabalho de segunda a sábado, eu só tenho o domingo pra descansar, e é tipo de 7:30 até 7:30, é 12 horas por dia. Se ocê não tiver esse tipo de dedicação, você não ganha dinheiro.” (Flávia)

Flávia usa o termo “escravidão” no fragmento discursivo (063) com a conotação de que existe uma lógica de exploração no comércio que é perversa em relação à jornada semanal, à carga horária diária e às exigências de produtividade, tendo o trabalhador que “abrir mão de tudo”, visto que ele deixa de fazer outras coisas do seu interesse particular porque fica absorvido pelas demandas do trabalho. Aqui percebemos indícios da complexa relação que se estrutura entre a lógica capitalista, a exploração dos corpos e a exaustão, temática abordada por Byung-Chul Han em “Sociedade do cansaço” (2015).

No fragmento discursivo (046), Flávia explicita as razões por que trabalha e o seu sentimento de angústia por não ter uma vida pessoal.

(046) Eu trabalho para me sustentar e sustentar o meu filho, isso é fato. Não tem outro, não existe uma motivação porque eu amo, não. Eu levanto da cama sabendo por que que eu tô levantando. Eu não tenho vida pessoal, né. Eu chego aqui 7:30 da manhã, 8 horas. Saio daqui 7, 8, né? Eu chego em casa, e aí é o horário que eu tenho com o meu filho, então não existe vida pessoal, né. (Flávia)

Na frase “eu levanto da cama sabendo por que que eu tô levantando”, a cacofonia na expressão “porque que eu tô” dá um sentido irônico à metáfora, com o significado que ela só sai pra trabalhar porque precisa garantir a sua própria sobrevivência e a do filho. O trabalho absorve tanto o tempo de Flávia que ela se queixa de não ter “vida pessoal”, no sentido que ela não consegue se dedicar a si própria e às suas relações sociais e afetivas.

O discurso refletido de Flávia é que trabalhar no comércio exige da mulher muita disponibilidade e dedicação, o que afeta a sua vida pessoal e social. Flávia refrata em

seu discurso que se dedica integralmente ao trabalho e aos cuidados com o filho adolescente que é autista. Assim, a entrevistada deixa transparecer que ela não usufrui de direitos especiais por administrar um negócio familiar e nem pelo fato do filho ser autista, de tal modo que sua realidade, apesar da condição social privilegiada de mulher branca, com formação de nível superior, não se distancia muito dos relatos das outras mulheres ordinárias entrevistadas, quanto à dupla jornada de trabalho, à submissão da lógica de exploração capitalista, à centralidade do trabalho ligada à necessidade de sobrevivência.

No fragmento discursivo (047), Vera, sessenta e oito anos, heterossexual, preta, mãe de três filhos, casada pela segunda vez, pertencente à classe social mais baixa, formada no curso técnico de enfermagem, narra com orgulho que o trabalho, desde a infância, fez parte da sua história pessoal.

(047) Trabalhei, olha aí, lojas, trabalhei em casa de família, isso eu já fiz. Comecei a trabalhar aos nove anos de idade, nove anos de idade eu fazia o quê? As minhas tias, minha avó, minha mãe é lavava roupa pra fora, então tinha nós meninos de nove, dez, onze anos a gente buscava as trouxas de roupa na casa das pessoas e levava pra elas lavar e passar, e depois a gente ia entregar. Ajudava elas entregar entendeu? Então desde nova eu trabalho, não diminui ninguém. Todo o trabalho só enriquece, qualquer um e aí depois eu fui, tive oportunidade fiz o curso e entrei no Hospital das Clínicas na Copa em 77 para trabalhar. De lá eu fui conhecendo, terminando o ginásio e o curso, primeiro de atendente de enfermagem, depois auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e assim trabalho até hoje. (Vera)

Tal como dito em linhas anteriores, o fragmento discursivo (047) expõe que, assim como para a maioria das entrevistadas deste estudo, sua trajetória de trabalho iniciou-se antes da maior idade, em vários casos, como o de Vera, aconteceu na infância. Ou seja, trata-se de uma mulher que lhe foi negada parte de sua infância. Cabe ainda ressaltarmos que o tom de orgulho que a entrevistada tem ao dizer que trabalha desde os 9 anos de idade deixa claro o processo de colonização capitalista, que perpetua na mente das pessoas, ou seja, iniciar a vida de trabalho ainda na infância é um fato louvável. Nesse sentido, é possível identificarmos, em vários pontos do discurso de Vera, uma narrativa que legitima o discurso liberal da meritocracia, apoiando-se na ideia de que a opção pelo trabalho físico ou intelectual é uma questão individual, mas deve ser uma prioridade, desde cedo, para quem é de uma classe social menos privilegiada. Para tanto, apoia-se no argumento de que todo trabalho é importante e dignifica o homem, alinhando seu discurso com o da precarização do trabalho. Vera,

apesar de pertencer à classe trabalhadora e ser de origem simples, não consegue ter consciência de classe social e desenvolver uma crítica sobre os determinantes sociais que estariam envolvidos na escolha profissional, revelando-se, nesse aspecto, alienada quanto ao papel social que essas ideologias exercem na manutenção das relações de poder e das desigualdades sociais (BEAUVOIR, 1990).

(048) (...) o peçoal, hoje não quer ter muita responsabilidade de trabalho, eles não têm aquele compromisso igual a gente tinha. Quando eu entrei para trabalhar no Odilon Behrens, tem hora que você deparava assim: “quem que vai olhar esses meninos para mim?”. Eu levava os meninos pro Pronto Socorro, aí outras meninas também levava. Um dia me perguntaram “Vera, esse rapaz aí, ele já até trabalhava lá também, é seu aquele menino que você trazia deste tamaninho?” “Que para dormir aqui?” eu falei “é”, “uai Terezinha não sabia que você sabia que eu trazia menino pra dormir aqui”. ela falou assim: todo mundo sabia, diretoria toda sabia, departamento pessoal sabia, gente não falava nada por uma causa. Que vocês, você, a Hilda, Maria, Antônio e as outras que traziam os menino a gente não esquentava porque vocês estavam aqui, vocês não faltavam o plantão por causa de menino, vocês traziam os meninos pro hospital, mas não faltavam o plantão. (Vera)

O discurso de Vera aponta a distância em que as mulheres ordinárias 45+ se encontram em relação à conquista da igualdade de gênero na prática, uma vez que o direito à ocupação do espaço público não provocou no espaço privado a redivisão sexual do trabalho. O homem continua a ter um lugar privilegiado na sociedade nesses termos. Assim, a temática da sobrecarga da mulher trabalhadora está na pauta dos movimentos feministas (ZIRBEL, 2022) e segue sendo ignorada pelo sistema capitalista, desde que isso não afete a produtividade, como no caso de Vera e de suas colegas, que precisavam levar os filhos para o trabalho com o conhecimento de toda gerência do hospital que fingia não saber, porque, a rigor, elas atendiam a todas as exigências produtivas do trabalho. Consideramos que existia, nesse caso, um jogo sutil e perverso de manipulação por parte da gestão, no qual essas mulheres passavam a assimilar a lógica de exploração do trabalho influenciadas pelo discurso de reconhecimento, camaradagem e cordialidade da organização, que estrategicamente funcionava como uma barreira para evitar questionamentos e reivindicações feministas acerca das condições de trabalho das mulheres.

Outros temas que emergem no discurso de Vera dizem respeito à centralidade do trabalho na vida da mulher ordinária 45+ dentro de uma lógica de opressão capitalista; a necessidade de democratização do acesso ao ensino superior às classes sociais

menos privilegiadas; a distância entre o discurso de inclusão da mulher e as práticas de gestão no mercado de trabalho; a falta de políticas e programas assistenciais e educacionais para atender às demandas sociais da mulher trabalhadora com relação aos filhos menores de idade; os conflitos intergeracionais em relação ao comprometimento no trabalho; e a baixa qualidade do ensino público ofertada.

No fragmento discursivo (049), Terezinha, cinquenta anos, parda, heterossexual, de classe social baixa, com ensino fundamental incompleto (estudou até a sexta série), padeira, mãe de uma única filha e casada, pela terceira vez, considera que, após o término do seu primeiro casamento, a sua entrada para o mercado de trabalho representou a conquista da sua liberdade em relação à opressão de gênero.

(049) (...) “acho que eu já tava com meus quarenta anos quando saí para trabalhar mesmo. Porque antes eu fui dona de casa mesmo, fui Amélia, lavava, passava, cozinhava, terreiro, marido, era assim. Saí tarde para trabalhar, se eu soubesse que era tão bom sair para trabalhar e ser livre eu tinha saído muito mais cedo; aliás eu acho que nem casado tinha.” (Terezinha)

O discurso de Terezinha é marcado por importantes léxicos que expõem a lógica opressiva em que viveu, por exemplo, ao realizar uma analogia com o nome “Amélia”, para se comparar com a personagem criada pelos compositores Mário Lago e Ataulfo Alves na música “Ai que saudades da Amélia”, letra musical criticada pelo seu conteúdo machista, com a conotação de que, assim como essa personagem, era uma mulher que tinha uma postura serviçal, amorosa e submissa ao marido.

No enunciado “saí tarde para trabalhar, se eu soubesse que era tão bom sair para trabalhar e ser livre eu tinha saído muito mais cedo;” a expressão “ser livre” expressa que Terezinha considera que o trabalho contribuiu para que ela se tornasse uma mulher independente, dona das suas atitudes, e fala com ironia “aliás eu acho que nem casado tinha”, relacionando o modelo da mulher do “lar” à opressão patriarcal, aspecto que já foi discutido na literatura (ZIRBEL, 2022). Desse modo, devido às suas experiências de opressão no casamento, a entrevistada dá uma conotação de denúncia ao seu discurso em relação às diferentes formas de abuso (doméstico patrimonial, psicológico, físico, sexual) e defende o direito da mulher de ocupar o espaço público porque na situação anterior ficava restrita ao trabalho reprodutivo e era dependente economicamente do marido, condição essa, que favorece nas

sociedades capitalistas a permanência das mulheres pobres em relacionamentos abusivos (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

O relato de Terezinha nos faz refletir sobre a situação de muitas mulheres brasileiras, que, a despeito das conquistas feministas no espaço público, ainda suportam no espaço privado a opressão do homem porque se sentem aprisionadas àquela realidade, seja pela cultura patriarcal ou pelas suas condições sociais, econômicas e subjetivas muito singulares do seu romance biográfico (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Nesse sentido, consideramos que há muito a se fazer por essas mulheres ordinárias que vivem à margem da sociedade, e que um dos caminhos possíveis passa pela oferta de uma educação de qualidade, não somente com a finalidade de propiciar uma sólida formação acadêmica que aumente as suas chances reais de encontrar melhores oportunidades no mercado de trabalho como também para desenvolver o espírito crítico, tendo em vista romper com a lógica do patriarcado e da produtividade que tem legitimado a opressão e a desigualdade de gênero na nossa sociedade.

Notavelmente, a exemplo da trajetória profissional de Terezinha, vários discursos aqui expostos trazem uma grande proximidade com a precarização do trabalho e pela lógica capitalista de exploração da mais valia do trabalhador. Nesse sentido, analisamos a mulher ordinária que sofre a opressão do sistema econômico de produção, que se beneficia do discurso de inclusão de gênero para explorar a classe trabalhadora, constituída por milhares de mulheres pobres, com baixa escolaridade, que se submetem a empregos precários, com ganhos inferiores aos homens na mesma função, que ocupam posições subalternas, em condições análogas à escravidão e ao regime patriarcal. Tais observação são reverberadas pelo fragmento discursivo de Elisângela, a seguir.

(050) Trabalhei de call center, telemarketing, já trabalhei informal e teve um período que tive que parar por causa de relacionamento, casamento, então isso matou meus sonhos de ir para uma faculdade. Então assim, tive vários outros sonhos não consegui realizar, mas um deles foi agora, foi mexer com lingerie, foi um sonho realizado depois do casamento, foi um sonho realizado. (...) Minha rotina diária, o que acontece ... porque assim não é só... eu tenho uma faxina que faço, depois faço as peças que as pessoas pedem, quando tenho entrega pra fazer, então é isso. Quando tem pedido, vou lá faço e entrego, e assim, o que vier pra mim vou lá e pego, faço, não é só aquilo ali,

aquele foco, não. Tem outras coisas que entram na minha agenda também.”
(Elisângela)

No discurso de Elisângela, emergem diversos interdiscursos que se colocam no campo para pensarmos sobre a opressão da mulher; relação entre inclusão de gênero, empreendedorismo e precarização do trabalho; ações afirmativas para o acesso de grupos minorizados no ensino superior público. O discurso refletido da entrevistada é que ela deixou de realizar o seu sonho de fazer faculdade para ser esposa, mãe e dona de casa. Elisângela refrata em seu discurso que se sente realizada por ter conseguido se tornar costureira e silencia que não consegue sobreviver apenas com a renda que recebe como costureira.

Vale ressaltarmos que a utilização da estrutura lexical “matou meus sonhos de ir para uma faculdade” nos chama atenção por mais uma vez demonstrar o quão é complexa a realidade de vida da mulher ordinária. Nesse sentido, a entrevistada ressignifica os caminhos que sua vida profissional tomou, na tentativa de minimizar as frustrações de “um sonho não vivido”.

Nesse mesmo sentido, no fragmento discursivo (051), Ana Lúcia fala do preconceito e da invisibilidade social dos profissionais da faxina, asseverando alguns estigmas que repousam sobre a mulher ordinária.

(051) “ah, porque têm pessoas que às vezes olha mais aparência, né, da pessoa, né, olha a aparência, é igual, como eu não tenho estudo completo, olha também estudo, a formação, e isso aí dificulta... não é que tô desfazendo da minha profissão, mas pra tudo que eu passo, já passei... porque as vezes só porque a gente é da limpeza, tem gente que nem te dá um bom dia; te vê com esse uniforme aqui, desfaz da gente como se a gente tivesse com alguma doença, alguma coisa, né, é humilhante, a gente fica chateado; mas a gente passa por cima, e vida que segue...” (Ana Lúcia)

Ana Lúcia repete a ideia da expressão “olha a aparência,” para enfatizar seu ponto de vista de que as pessoas são superficiais e discriminam pelo exterior das pessoas. Ademais, o trecho “como eu não tenho estudo completo” implica que é considerada inferior porque fez somente o ensino fundamental, e o “e isso aí dificulta” é mencionado no sentido de que o preconceito de classe social e intelectual interfere nas relações interpessoais no trabalho. Na frase “não é que tô desfazendo da minha profissão, mas pra tudo que eu passo, já passei...”, a entrevistada denuncia os

estigmas perpetrados sobre ela, que a inferioriza em função da natureza de seu trabalho, pela sua baixa condição econômica, pelo seu pouco acesso ao conhecimento formal e que esse estigma é injusto, considerando a sua história pessoal.

No enunciado tem gente que nem te dá um bom dia; te vê com esse uniforme aqui, desfaz da gente como se a gente tivesse com alguma doença, alguma coisa, né, é humilhante, a gente fica chateado; mas a gente passa por cima, e vida que segue...”, Ana Lúcia repete “gente” várias vezes, mas somente na primeira vez a palavra foi empregada com ironia, para se referir a um tipo de pessoa que se julga superior aos outros, talvez por pertencer a uma classe social mais alta, ter um cargo ou uma profissão de maior prestígio social, então, despreza quem está numa posição hierarquicamente inferior na organização. Ana Lúcia diz “te vê com esse uniforme aqui”, com a conotação de que a roupa de trabalho contribui para a distinção entre as classes sociais e categorias profissionais dentro das organizações.

No fragmento em questão, fica evidente o sentimento de sentir-se ignorada, invisível por causa da discriminação que sofre pela sua profissão e compara que a repulsa em relação aos profissionais da faxina é tão perceptível que se compara a possuir “alguma doença”, do tipo contagiosa, “alguma coisa, né”, deixando implícita a ideia de que eles são vistos como sujos. Apesar de não ser foco desta pesquisa, o interdiscurso do trabalho sujo emergiu em vários momentos como uma condição importante para se pensar na constituição da mulher ordinária considerando os diversos efeitos deletérios dos estigmas do trabalho sujo (PEREIRA; PAIVA; IRIGARAY; 2022), e, para futuras pesquisas, seria interessante que tal fenômeno fosse analisado com profundidade.

Algumas entrevistadas, como é o caso de Liz, têm uma visão pouco (ou nada) otimista acerca de sua condição enquanto mulher de 62 anos, cuja trajetória profissional foi marcada por grandes intempéries no Brasil e como imigrante ilegal nos Estados Unidos.

(051) Trabalhei no consultório muitos anos como técnico de higiene oral. Era bom lidar com o público e tudo, era interessante, é... Aí fui para os Estados Unidos, aí eu tive que fazer assim, faxina. Eu tenho alergia, igual você sabe,

tinha dia que eu entrava no banheiro e eu chorava, meu filho, porque eu achava que eu não ia dar conta. Mas eu vou dar conta! (Liz)

No enunciado “aí fui para os Estados Unidos, aí eu tive que fazer assim, faxina,” Liz repete a palavra “aí” com a função sintática de conectivo, o que denota marcas da oralidade. O fragmento “aí eu tive que fazer assim, faxina” tem o sentido conotativo de que esse é o destino natural da mulher imigrante, pobre, originária de um país periférico, em situação ilegal nos Estados Unidos, que só encontra oportunidade em trabalhos precários. Na frase “Eu tenho alergia, igual você sabe, tinha dia que eu entrava no banheiro e eu chorava meu filho”, a expressão “tinha dia” expressa que algumas vezes o sofrimento de Liz era tanto, com a reação alérgica aos produtos de limpeza, que ela entrava no banheiro e chorava porque achava que não ia “dar conta”, por temer não suportar as barreiras no trabalho e, assim, ter que voltar, antes do previsto, para o Brasil. A frase “Mas eu vou dar conta!” significa que Liz estava disposta a resistir a todas as dificuldades para não desistir de trabalhar um tempo nos EUA. A narrativa de Liz fala de uma triste realidade que é naturalizada no Brasil, mulheres pobres e pouco escolarizadas que deixam o país em busca de dinheiro e que passam a viver como imigrantes ilegais nos países do primeiro mundo, onde ficam expostas a violência transnacional de agentes de fronteira e regimes de imigração e se submetem a trabalhos precários, em condição indignas, sendo exploradas pelo capital e negados os seus direitos fundamentais por não ter cidadania (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Ao retornar ao país, a entrevistada afirma ter tido vários trabalhos, de cabelereira, diarista e manicure. No relato de Liz, percebemos que as oportunidades profissionais que ela teve ao longo da sua trajetória profissional se limitaram à realização de trabalhos precários, mal remunerados e que alguns fatores podem estar relacionados a isso: a sua baixa escolaridade; ao preconceito em relação à mulher e à sua idade. Nesse sentido, emergem do seu discurso os temas da precarização do trabalho, inclusão da mulher no mercado de trabalho, educação profissional, ageísmo, desemprego. Inclusive no caso da entrevistada, a maior barreira que ela tem para adentrar ao mercado de trabalho formal relaciona-se à sua idade, ou seja, a materialização explícita do ageísmo.

(052) Não, eu não consigo trabalho mais, nem quero mais, nem procuro mais. Meu meio de sobrevivência é esse, é o tarot. Eu não vejo mais outra coisa pra mim, não tem, ninguém vai dar um emprego pra uma pessoa de sessenta e dois anos de idade. Quem vai dar? Vou fazer o quê, né? Então eu não tenho expectativa nenhuma com relação a isso. Mas hoje eu sou feliz. Antes eu ficava muito triste, é pensava, nossa, poxa vida! Hoje eu vejo normal, tinha que ser assim mesmo. (Liz).

No fragmento discursivo “não, eu não consigo trabalho mais, nem quero mais, nem procuro mais”, a entrevistada usa o recurso de linguagem da gradação para dar maior dramaticidade ao seu discurso. Na frase “ninguém vai dar um emprego pra uma pessoa de sessenta e dois anos de idade”, Liz corrobora os achados dos estudos que apontam que existe a discriminação contra pessoas mais velhas no mercado de trabalho (BUTLER, 1969; 1980; PALMORE, 2004). A pergunta “Vou fazer o quê, né?” tem a conotação de que Liz não enxerga uma saída para resolver o seu problema de desemprego por causa do preconceito de idade.

O discurso refletido de Liz é que ela desistiu de procurar emprego por causa do ageísmo contra pessoas mais velhas no mercado de trabalho. Liz refrata em seu discurso que hoje é feliz sendo taróloga e silencia que desistiu de procurar emprego porque internalizou os níveis de manifestação do ageísmo institucionalizado e interpessoal e passou a manifestá-lo contra si própria.

Notavelmente, a utilização do léxico “normal” na expressão “hoje eu vejo normal” tem o significado que Liz deixou de se opor ao ageísmo e passou a considerá-lo um fenômeno natural; “tinha que ser assim mesmo” deixa implícito que ela também internalizou o preconceito de idade existente na sociedade, ou seja, trata-se da materialização do ageísmo institucional (PEREIRA; VALA, 2011; TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Dados esses [des]caminhos, notamos, então, que o discurso da inclusão da mulher ordinária 45+ no mercado de trabalho é orientado por uma perspectiva de precarização do trabalho, porque essas mulheres estão, em sua maioria, em empregos precários, invisíveis, às vezes, por causa da baixa escolaridade. Nesse contexto, cuja tônica é a exploração capitalista, as mulheres ocupam, em sua maioria, posições subalternas, submetem-se às hierarquias e às relações de poder, são discriminadas pelas representações de gênero na divisão sexual do trabalho,

assimilam o discurso da ideologia da meritocracia e são oprimidas pelo sexismo, racismo e ageísmo naturalizados pela sociedade.

4.7 As sutilezas não tão sutis

O discurso das mulheres ordinárias 45+ revela que o ageísmo contra a mulher mais velha não é sutil; pelo contrário, é normalizado pela sociedade e é expresso na forma nas práticas sociais, nas relações interpessoais, afetando psicologicamente. Quanto às oportunidades no mercado de trabalho, essas mulheres passam a internalizar o preconceito de idade e a manifestá-lo contra si mesmas. Entretanto, os níveis de manifestação do ageísmo institucional e interpessoal se revelaram mais críticos na interseccionalidade com a raça e classe social, emergindo a questão da baixa escolaridade dessas mulheres que pertencem às classes sociais desfavorecidas, como uma categoria importante para a análise do fenômeno do ageísmo e a manutenção das desigualdades de gênero em nossa sociedade.

No fragmento discursivo (053), Elisângela, 47 anos, divorciada, avalia que o mercado de trabalho discrimina mais pela raça do que pelo ageísmo.

(053) Tá muito fácil não, ainda como eles colocam hoje, pessoas pretas e negras têm menos chance. A cor, as pessoas discriminam mais pela cor, não pela idade. (Elisângela)

Interessante aqui salientarmos as marcas da interseccionalidade para compreendermos o fenômeno em tela, dado que, para a entrevistada, as principais causas do preconceito para ela estão mais associadas ao fato de ser negra do que ser uma mulher 45+. Vale destacarmos como a questão racial é um importante marcador interseccional, uma vez que, durante as entrevistas das pessoas que se declaravam negras, questões relativas ao racismo emergiam com grande força em seus discursos. Nesse sentido, torna-se profícuo o desenvolvimento de futuros estudos abordando o “ageísmo negro”, ou seja, cabe investigar como fenômenos tão socialmente complexos como o ageísmo e o racismo se inter-relacionam.

Em alguns discursos, “as sutilezas não tão sutis” do discurso ageísta se materializam nas relações de trabalho quando algumas organizações utilizam a estratégia de

demissão de pessoas mais velhas para, em seguida, contratar uma força de trabalho mais jovem e barata, reafirmando, por conseguinte, a lógica do capital, muitas vezes disfarçada em discursos falaciosos humanistas.

(054) “O que eu tenho visto muito no mercado é as pessoas mandando embora as pessoas mais velhas que eram mais remuneradas, e contratando pessoas mais jovens, menos remuneradas, nos setores que eu já trabalhei, né? (Flávia)

No enunciado, Flávia comenta que tem visto “muito no mercado”, indicando que ela conhece muitos casos no mercado de trabalho iguais a este: pessoas demitindo as que possuem salário maior e contratando pessoas mais jovens. Observo que Flávia usa o tempo todo a palavra “pessoas”, recorrendo a uma fala mais genérica, em relação ao que viu nos setores em que trabalhou, silenciando quem seriam essas pessoas. A expressão “mandando embora” tem a conotação de que essas pessoas que estão há mais tempo na empresa são demitidas quando o salário fica mais alto, sendo substituídas por outras mais jovens, que recebem um salário menor, prática essa que visa ao “saneamento etário nas organizações” (HINASHIRO; PEREIRA, 2020).

No fragmento (055), Karina, 51 anos, com ensino médio completo, vigia de uma instituição pública de ensino superior, analisa o preconceito que uma mulher enfrenta no mercado de trabalho à medida que ela envelhece.

(055) Hoje em dia a gente está ocupando um pouco de espaço, mas não é ainda o tanto de espaço que a gente precisa ocupar ainda, né? Qcê entra numa empresa aí e ocê vê, ah, não sei se ainda tá assim, mas ocê não pode trabalhar à noite porque você é mulher, né. Por exemplo, se você for entrar numa função ali que tem serviço que é à noite não te pega, a idade também não te pega, tem muitas coisas que eles te excluem, eles não falam que é por sua idade. Mas você vê que é pela idade. Eles olham o seu currículo, mas não vê a sua pessoa, entendeu? Quando você fala: “ah, eu tenho 50, 51 anos”, não pega! Eles quer um adolescente de 22 e 25 que não vai lá e não faz nada. (Karina)

Karina usa a palavra “ocê”, que é uma redução do pronome “você” e um marcador da linguagem oral. No enunciado, “ocê não pode trabalhar à noite porque você é mulher, né”, a entrevistada deixa claro que a mulher é discriminada no mercado de trabalho por causa do preconceito de gênero. No fragmento, “tem muitas coisas que eles te excluem, eles não falam que é por sua idade”, a expressão “eles não falam que é por

sua idade” significa que o preconceito é velado, fato que reforça, por conseguinte, que o ageísmo pode se manifestar por meio de linguagem neutra (CEPELLOS, 2021). Além disso, a entrevistada usa de ironia para criticar a preferência do mercado de trabalho pelo trabalhador mais jovem “um adolescente que não vai lá e não faz nada”, exprimindo que ela atribui ao endogrupo estereótipos negativos, o que pode ser compreendido como uma estratégia psicológica para atenuar o desconforto de pertencer ao exogrupo (HINASHIRO; PEREIRA, 2020).

Karina e Liz, nos fragmentos discursivos (056 e 057), conta que passou por uma experiência de ageísmo “sutil” em uma seleção para trabalho.

(056) Uma vez eu fui fazer uma entrevista de emprego, tinham várias pessoas mais novas do que eu e simplesmente falaram que eu não preenchia os pré-requisitos. Eles não falaram porque, eles falaram pra mim que a carga horária era muito puxada. Aí eu com a minha experiência e sabedoria da minha idade, eu percebi o que era o recado. Por que que eu não daria conta? Porque eu estou mais velha. (Karina)

(057) Eu já fiz tanto processo seletivo, cheguei a iniciar um treinamento no extra que meu irmão de Santo me indicou e disse que era coisa certa. Aí advinha, uma semana depois me dispensaram sem nenhuma justificativa plausível. Por essas e outras que eu desisti, não procuro mais, o mercado não está aberto para minha idade. (Liz)

Notavelmente, em ambas os fragmentos discursivos, as manifestações do ageísmo institucional se fazem presente, inclusive percebido pelas entrevistadas ao afirmarem “aí eu com a minha experiência e sabedoria da minha idade, eu percebi o que era o recado” e “me dispensaram sem nenhuma justificativa plausível”, as entrevistadas haviam entendido nas entrelinhas que estavam sendo discriminadas por causa da sua idade, outra evidência do uso de linguagem neutra para dissimular o ageísmo (CEPELLOS, 2021).

No fragmento discursivo (058), Karina dá uma declaração demonstrando que o ageísmo institucional e o interpessoal são internalizados pela própria pessoa que passa a manifestá-lo contra si própria.

(058) (...) você pensa, ah eu não vou conseguir isso, ah, eu não vou tentar isso porque já tá no final da vida, a gente pensa muito isso... Ah, eu não vou fazer uma faculdade, porque eu tô velha, eu morro aí pra que tanto? Eu não vou fazer isso porque a idade não permite. (Karina)

No enunciado, a interjeição “ah” aparece três vezes para intensificar a conotação de ironia no discurso; a palavra isso tem o significado de que deixamos de realizar várias coisas porque “já tá no final da vida”, apontando que o envelhecimento aproxima da morte. Assim a entrevistada tem um discurso refletido de que o envelhecimento nos evidencia a finitude da vida, por isso não é hora de fazermos grandes projetos para o futuro. O discurso refratado de Karina é que ela acredita que existe uma idade ideal para estudar, um jeito próprio de ser e de se comportar quando envelhecemos.

Na narrativa de Karina, pudemos perceber que ela internalizou o ageísmo que se manifesta na sociedade nos níveis institucional e interpessoal e passou a manifestá-lo contra si mesma, desenvolvendo crenças limitantes com base nas normas de idade, em um discurso de incertezas quanto ao futuro e influenciado pela lógica econômica da produtividade (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018).

Em alguns casos, as manifestações ageístas perdem completamente a sutileza e assumem um caráter mais direto e invasivo.

(059) Eu sofro etarismo todos os dias pela minha diretora. Ela pergunta que dia eu vou aposentar. Aí eu falo: “no dia vinte e dois, do dois, de 2023. Tá chegando”. Ela faz essa pergunta inconveniente: “- E aí, saiu?” Porque o INSS já negou duas vezes, né. E aí eu custei a descobrir que é porque eu não tinha os cinquenta e dois anos. (Arlene)

No enunciado, Arlene, com um tom de ironia, fala que sofre “etarismo todos os dias” expressando que virou uma prática normal ser discriminada por idade no trabalho. Quando é questionada pela diretora da escola sobre sua aposentadoria, Arlene sempre repete com ironia “no dia vinte e dois, do dois, de 2023 com a conotação de que tenta levar na brincadeira a forma explícita que sofre o ageísmo no trabalho. Nesse sentido, o discurso refletido de Arlene é que o trabalhador, à medida que vai envelhecendo, torna-se indesejável no trabalho por causa do ageísmo. Arlene refrata em seu discurso que não reage ao ageísmo explícito da diretora, até procura tranquilizar a diretora sobre a data provável da sua aposentadoria. Arlene silencia que finge não se incomodar com essas “brincadeiras” porque tem dificuldade de encontrar trabalho na rede privada de ensino aos 50 anos de idade.

No discurso de Arlene, percebemos que o ageísmo se manifesta no nível interpessoal e é expresso de forma explícita no seu trabalho, havendo uma influência da lógica do sistema capitalista, que atribui ao trabalhador mais velho os estereótipos de inúteis, incompetentes, obsoletos e improdutivos (OPAS, 2022). Nesse sentido, frente ao novo cenário demográfico da população de idosos no país, há uma contradição entre a realidade de Arlene, que é uma trabalhadora docente e sofre o ageísmo explícito, com os discursos de inclusão dos idosos; do envelhecimento saudável; das campanhas globais de combate ao ageísmo que têm justificado as atuais reformas previdenciárias, com a ênfase de reter por mais tempo essa população no mercado de trabalho.

Assim como já mencionamos em vários momentos desta pesquisa, a lógica capitalista é a principal força motriz para a materialização do ageísmo em todos os seus níveis e, em alguns casos contra si mesmo. Percebemos tal aspecto no fragmento discursivo (060), no qual Flávia, 50 anos, solteira, administradora de uma loja no segmento de moda feminina, que se queixa de não ter vida pessoal por causa do excesso de trabalho e os cuidados com o filho, relata que tem participado de alguns concursos públicos para sair da área do comércio, mas tem medo de sofrer ageísmo.

(060) Não, nunca tive problema com relação à idade, não. Eu estou tendo um problema agora porque eu quero fazer concurso e eu acho que tô velha. Isso é, eu acho que eu não sei se, eu passaria num concurso, entendeu? É eu fiquei pensando, eu não sei, talvez seria um preconceito meu, mais meu no sentido assim: não, porque teve concurso da assembleia e eu fiquei pensando se eles me escolheriam pela idade, porque as pessoas mais novas chegam mais fresquinhas. (Flávia)

No fragmento (060), Flávia nega enfaticamente que nunca teve “problema com relação à idade” explicando que ainda não manifestou o ageísmo contra si própria. Porém, logo em seguida, ela se contradiz na frase “eu estou tendo um problema agora porque eu quero fazer concurso e eu acho que tô velha.” Nota-se, portanto, a manifestação do ageísmo autodirigido. Quando começou a participar de concurso público e usa a expressão “acho que tô velha”, demonstra que ela se vê com menos oportunidade de passar na seleção porque atribui a si mesma os estereótipos negativos relacionados às pessoas idosas (incapazes, improdutivas, desmotivadas) (OPAS, 2022).

O discurso refletido de Flávia é que ela não pratica o ageísmo contra si mesma, mas se sente ameaçada de ser discriminada em um concurso público por causa do ageísmo institucional que existe na sociedade. Flávia refrata em seu discurso que os jovens têm vantagem competitiva em relação às pessoas mais velhas, o que pode influenciar o resultado no processo de seleção no concurso público.

No fragmento discursivo (061), Liz diz que já não procura mais emprego porque o mercado de trabalho está fechado para a pessoa idosa, até mesmo para atividades profissionais com menor exigência de escolaridade.

(061) (...) Quando Cauã arrumou pra mim lá no Extra, eu fiz todos os exames, tudo. Aí quando não me contrataram...eu falei: “gente eu não sirvo nem pra ser vendedora de supermercado por causa da idade!” Entendeu? É duro, por quê? Você me conhece! Sou muito capaz, eu não tenho problema nenhum de saúde oh, Sandra, sou uma mulher assim, disposta, sou trabalhadora e tudo. Mas a pessoa não vê isso, a pessoa esbarra na sua idade (Liz).

Na frase, que contém ironia, “gente eu não sirvo nem pra ser vendedora de supermercado por causa da idade!”, a expressão “eu não sirvo nem pra ser vendedora” denota a frustração de Liz que se vê pelo mercado de trabalho como uma pessoa incapaz, inútil, que não presta para nada, porque está velha, estereótipos que são atribuídos às pessoas idosas (OPAS, 2022). Tal expressão salienta o quão danosos são os efeitos do ageísmo sobre as pessoas (NELSON, 2009). Nesse sentido, é importante salientar que, no discurso de Liz, está refletida a ideia de que a pessoa idosa é discriminada no mercado de trabalho pelos estereótipos de idade que homogeneizam as pessoas por esse único critério. Liz refrata em seu discurso que, apesar de possuir todas as condições de trabalhar, desistiu de procurar emprego porque sabe que não será contratada por causa da sua idade. Ela silencia que tem pouca experiência profissional na carteira de trabalho, porque a maioria dos seus trabalhos foram informais.

Desse modo, em consonância com o que a literatura tem discutido, podemos inferir sobre a visão homogeneizadora do envelhecimento, que critica o fato de a sociedade não considerar a individualidade da pessoa idosa em relação à sua saúde (física, mental, emocional) e sua capacidade produtiva (habilidades, competências profissionais), contribuindo, dessa forma, para a naturalização do ageísmo em vários

setores da sociedade (saúde, assistência social, trabalho) (BUTLER, 1969; 1980; SOARES *et al.*, 2021).

No fragmento discursivo (062), Samanta, 55 anos, preta, cantora profissional e assistente social, conta que passou pela experiência de ageísmo na banda na qual trabalhava, antes de ter 40 anos de idade.

(062) Ele me colocava pra cantar as músicas clássicas porque ele achava que eu era uma pessoa mais madura, então combinava com as músicas clássicas. As meninas novinhas que chegavam como cantora, colocava pra fazer Bahia, aquelas coisas mais modernas e tal. E eu queria, e eu, hoje eu canto de tudo. Eu canto forró, eu canto samba reggae, eu canto...eu já tive banda de Bahia, mas esse cara, esse homem que era o dono da banda, nessa eu já vivi isso. Então ele me rotulou porque eu era uma pessoa, nem mais velha, eu não tinha 50, eu tinha 30 e poucos. Como a menina tinha 20, então ele rotulou. Isso é pra isso, a mais velha é pra isso, a mais nova é pra isso, absurdo. Então eu já vivi essa comparação. (Samanta)

Na estrutura sintática “ele me colocava pra cantar as músicas clássicas”, o uso do verbo colocar, que é bitransitivo e pronominal, deixa subentendido que havia uma relação de poder, em que o proprietário da banda era quem determinava que Samanta podia cantar as “músicas clássicas”, ou seja, no caso, as músicas populares brasileiras (MPB), por considerá-la “mais madura”, com mais idade que suas colegas da banda, logo, esse estilo musical era mais apropriado. É possível identificarmos ainda como os estereótipos se fazem fortemente presentes no cotidiano das mulheres 45+, sendo eles manifestados de diversas formas distintas.

No fragmento discursivo (063), Samanta desabafa sobre o seu sentimento de passar pela experiência de ageísmo explícito na sua carreira de cantora.

(063) Eu me sentia “um cocô do cavalo do bandido”, uma merda. E é muito desgastante, é muito duro então quando você tem uma comparação dessa, como se você não pudesse fazer, porque você tem mais idade, entendeu? Eu acho que isso acontece até hoje nas bandas. Embora esteja mudando porque você vê cantora de sertanejo com biotipo de gordinha, mais velhas se despontando, porque, né, tá mudando. Mas eu já passei por isso, me senti muito mal, me senti, é sabe, pequena, incapaz. E não era isso, hoje eu sei que não era isso. De lá pra cá, eu já evolui muito mais como cantora, mas muito mais. Pena que ele não deixou porque ele me rotulou, né. (Samanta)

A enunciadora usa a expressão “um cocô do cavalo do bandido”, indicando que ela se sentia um ser totalmente desprezível, uma “merda”, com o significado de um lixo, uma

porcaria. No enunciado “de lá pra cá, eu já evolui muito mais como cantora, mas muito mais”, notamos que Samanta, desde que passou por essa experiência, faz uma autocrítica acerca do fato de que evoluiu “muito mais” como cantora, que se aprimorou profissionalmente, constatação essa que deixa implícito que Samanta não internalizou o ageísmo, e nem tão pouco aplicou-o contra si mesma, pelo contrário, posicionou-se em relação ao preconceito de idade com resistência a discriminação. Interessante seu processo de resistência, para o caso da entrevistada, iniciou-se a partir da representatividade que vem crescendo na mídia de mulheres que fogem ao padrão sexualizado criado na ótica patriarcal (PEDRO, 2005; COSTA; SANDENBERG, 2007), o que, de certa forma, remonta a alguns acontecimentos da segunda onda feminista (ZIRBEL, 2021).

Os impactos nocivos do ageísmo são tão intensos, que como podemos perceber no fragmento discursivo (064), como Maria, que se autodeclara branca, cinquenta e sete anos, heterossexual, que é gerente de um supermercado, comenta o que pensa quando vai contratar uma mulher mais velha.

(064) Infelizmente, eu mesmo para contratar na nossa loja, uma mulher com a minha idade, penso duas vezes justamente pelas limitações que você começa a ter cansaço, desgaste de ficar muito em pé. A gente, graças a Deus, tem alguns lugares que a gente não tem dificuldade de colocar o feminino, por exemplo, operador de caixa pode ser da minha idade para mais velha, ela vai ficar sentada, a tarefa dela é tranquila. Então depende de qual cargo você tá colocando, se tem dificuldade de ser feminino. Por exemplo, tem coisa que não pode colocar o feminino, na nossa área, motoqueiro a gente tem uma dificuldade, porque tem que carregar peso, dificulta então tem que ser masculino. Açougueiro, a gente até tenta açougueiro feminino, mas ela tem dificuldade em operar a nossa loja, não sei se é porque tem muito masculino ou o cargo é difícil mesmo. (Maria)

No enunciado, Maria inicia com a palavra “infelizmente” com a conotação de pesar, de quem lamenta o que vai dizer, e usa a expressão “penso duas vezes” com o sentido de que ela avalia muito antes de se decidir pela contratação de mulheres da sua faixa de idade para trabalhar no supermercado. Na frase “A gente, graças à Deus, tem alguns lugares que a gente não tem dificuldade de colocar o feminino”; “a gente” tem o significado coletivo, na posição hierárquica da gerência do supermercado (lá são dois gerentes); “graças a Deus” evidencia a influência do discurso religioso; a menção a “alguns lugares” implica que existem algumas ocupações profissionais que a gerência “não tem dificuldade de colocar o feminino”, deixando implícito que Maria

contrata os funcionários orientada pelo discurso científico da representação social de gênero que tem justificado a divisão sexual do trabalho (NOGUEIRA, 2001).

Nesse fragmento, o discurso refletido de Maria é que o mercado de trabalho tem dificuldade para incluir a mulher mais velha em determinadas profissões por causa do seu declínio físico provocado pelo envelhecimento e porque existe a divisão sexual do trabalho. Maria refrata em seu discurso que, no cargo de gerente, já tentou romper com o preconceito de idade e com o sexismo, mas que não funcionou porque a mulher não conseguiu corresponder às expectativas do cargo cujo estereótipo é do gênero masculino.

Com base no discurso de Maria, analisamos que o ageísmo e o sexismo têm influenciado a inclusão das mulheres mais velhas no mercado de trabalho, na medida em que não se pratica a individualização e são utilizados os estereótipos sobre o idoso e sobre o gênero feminino para justificar a não contratação dessas mulheres. Nesse sentido, o posicionamento de Maria, conforme o seu discurso, é de concordância com a ideologia da divisão sexual do trabalho e com o ageísmo institucionalizado contra a mulher.

No fragmento discursivo (065), Ana Lúcia, cinquenta anos, que se autodeclara branca, ensino fundamental incompleto, faxineira de uma conservadora prestadora de serviços em uma escola da rede pública federal, explica que, na empresa onde ela trabalha, a preferência tem sido pela contratação das mulheres mais velhas.

(065) (...) aqui nessa empresa minha eles já contrataram muitas mulheres mais novas, só que a empresa não está querendo mais... é porque as mulheres mais novas para eles não têm responsabilidade, elas não quer levar o serviço a sério; a gente que tem a idade dos quarenta pra cá tem mais a responsabilidade com serviço, com horário, não falta; se coloca uma pessoa no setor você vai lá e faz, não precisa ficar ali em cima da pessoa para chamar atenção e as mulheres mais novas já não estavam; me falaram... (Ana Lúcia)

Ana Lúcia defende o discurso de que as mulheres mais velhas têm sido selecionadas preferencialmente em comparação com mulheres mais jovens, para trabalhar no setor de limpeza da empresa onde trabalha, porque elas são consideradas mais dedicadas, comprometidas, competentes, responsáveis e independentes. Entretanto, a preferência por mulheres mais velhas em trabalhos precarizados pode estar

sinalizando que essas mulheres são mais úteis à lógica de exploração capitalista, dadas as condições de pobreza e baixa escolaridade que limitam suas expectativas em relação ao mercado de trabalho, fato que reforça a responsabilidade do capitalismo pela opressão de gênero (COSTA; SARDENBERG, 2007; ZIRBEL, 2021).

Importante ressaltarmos que a manifestação do ageísmo contra as mulheres ordinárias ora acontece por meio de práticas silenciosas e sutis, como o olhar dos seus colegas mais jovens do trabalho, que foi se modificando com o passar anos, à medida que ela foi envelhecendo.

(066) (...) uns três anos pra cá, comecei a perceber o olhar, você entendeu? Até mesmo com os colegas que eu compartilhei sala, eles são mais novos, então eles já olham para gente um certo olhar de distância por mais que eu faça serviços parecidos, mas o olhar é diferente até mesmo por colegas de profissão entendeu? Sou tratada igual, sim, mas o olhar é diferente, o olhar é diferente, isso. Eu percebo assim... é um olhar não é que é velado não, hoje já não... as coisas antigamente eram mais veladas, hoje não. É um olhar na hora de fazer certos comentários, eles comentam coisas, uma linguagem que eu já não conheço. Hoje quem é poc, aí eu olhei que que é poc. Que *poc* é ser homossexual. Aí começava uma linguagem diferente, aí até mesmo hoje, tudo é no inglês. “Você faz uma *copy*, você faz isso, que não sei que tem aí, você vai olhando assim.” Até eu entender essa linguagem nova eles me olhavam de cima. Depois o que eu não entendi eu perguntava na cara de pau, o que que é isso? Eles riam de mim, você entendeu? (Lívia)

No trabalho, os colegas mais jovens com quem já compartilhou o espaço físico perceberam “um certo olhar de distância”, com o sentido de manterem uma pose de superioridade, desprezo. A expressão “por mais que eu” é empregada com a conotação de que, mesmo ela provando que era capaz de realizar “serviços parecidos”, isto é, trabalhos com grau de complexidade semelhantes. Lívia repete quatro vezes que o “olhar é diferente”, para enfatizar que esse olhar delata o preconceito de idade. Na frase “sou tratada igual, sim”, o léxico “igual” tem a conotação de que Lívia não sente que recebe um tratamento diferente dos colegas pelo fato de ser uma profissional mais velha, e, na estrutura sintática de “mas o olhar é diferente, o olhar é diferente, isso”, o “mas” é usado para introduzir uma oração restritiva, ou seja, apesar disso, ela percebe que o olhar é diferente, no sentido de que ela identifica o preconceito de idade no modo como seus colegas a olham. Nesse sentido, Cepellos (2021), salienta que o processo de envelhecimento, em especial da mulher, no mercado de trabalho é marcado por uma série de barreiras invisíveis aos olhos, mas que simbolicamente possuem um grande efeito sobre os corpos femininos, aqui

agravados por se tratar de mulheres ordinárias. Tal aspecto é reafirmado no fragmento seguinte.

(067) (...) hoje eu já sinto que eu já sou velha; quando as outras nesse negócio trabalho, aí tinha hora que falava assim “não, deixa o Emerson fazer que ele está mais novo”. Ah, pra mim na hora eu não penso não: “bom deixa ele fazer, ele é novo, tem todo o gás, eu já estou realmente mais velha”, mas não, isso vai, bate aqui no cérebro da gente depois aquilo fica marcado. E depois na hora que você vai ruminar, que você vai refletir sobre sua vida, você para e pensa “poxa vida, deixa ele mesmo fazer que era mais novo”. (...) Eu escuto assim, isso não me impacta na hora, na hora que eu estou trabalhando vamos, vamos, vamos, vamos, juntos, aí na hora que você para você vai refletir, né, aquelas expressões, aquelas comparações, isso impacta na vida. Foi aí até por que que eu fui buscar a terapia entendeu? Pra mim ajudar a processar, porque eu cheguei a um ponto de eu pensar o seguinte, depois de passar, eles nem estão mais aqui comigo hoje, eu não dou conta de fazer. No entanto, eu estou aqui sozinha, eu tô tendo que fazer o serviço dos dois, não a função, mas gerir tudo sozinha estou dando conta, você entendeu? Eles saíram, ficou somente eu, eles mandaram todo mundo embora ficou somente eu. Eu não faço as artes, mas o processo de gestão eu que faço, entendeu? Mostrei para quem falava isso comigo. (Lívia)

Notavelmente, a partir da análise dos fragmentos da Lívia, é possível identificarmos que as manifestações do ageísmo transitam entre sutilezas (066) e ações mais diretas e nada sutis (067), podendo ele incorrer em uma série de implicações para a vida dessas mulheres, que, por natureza, vieram de realidades de vida dura, com poucas oportunidades, marcadas por uma grande opressão sexista e patriarcal (BUTLER, 1969; 1980; BEAUVOIR, 1990; ACKER, 1990; NELSON, 2002; PALMORE, 2004 PEREIRA; SOUZA, 2016), influenciando fortemente quem são e suas visões respectivas visões de mundo.

Nesse sentido, salientamos reiteradamente como a ótica capitalista é um fenômeno basilar para se compreender com profundidade o ageísmo da mulher ordinária. Em todos os discursos, ao fim e ao cabo, a lógica de produtividade fazia-se uma condição *sine qua non* para as manifestações do ageísmo da mulher 45+, que, aos olhos do capital, já não tem mais o mesmo valor de outrora. É como uma engrenagem que começa a desgastar e, aos poucos, necessita ser substituída por uma nova, remontando, por conseguinte, à ótica mecanicista e os princípios da administração científica de Taylor, mostrando a verdadeira face da ordem neoliberal.

Finalizado o capítulo da análise dos dados deste estudo, no capítulo seguinte, apresento as considerações finais do estudo, juntamente a suas implicações e contribuições teórico-conceituais e pragmáticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou o fenômeno do ageísmo na intersecção de gênero com o foco nas mulheres ordinárias, com idade igual ou superior a 45 anos, no que tange às relações de trabalho no contexto brasileiro.

As mulheres ordinárias 45+ são diversas quanto à raça, à orientação sexual e à classe social e apresentam em suas narrativas várias experiências de opressão patriarcal que, na estreita e complexa relação com o capitalismo, tem legitimado a desigualdade de gênero na sociedade brasileira. Entretanto, as entrevistadas não manifestaram consciência de classe, de gênero e de interseccionalidade.

Essas mulheres conquistaram o direito de trabalhar no espaço público e não ficam restritas ao modelo da mulher “do lar”, mas, ainda assim, sob o legado da cultura patriarcal, continuam sendo responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo, não pago, ligado às tarefas domésticas e aos cuidados da família na sociedade capitalista. Fora do espaço doméstico, as mulheres ordinárias 45+ influenciadas pelo discurso neoliberal assumem o papel de uma nova mulher que é batalhadora, independente, autossustentável, que luta pela sobrevivência, trabalhando em um, ou às vezes, mais de um emprego formal ou por conta própria, acumulando uma dupla e, às vezes, tripla jornada de trabalho.

As mulheres ordinárias 45+ trabalham principalmente no setor de serviço, algumas delas no setor de produção, nas diferentes atividades profissionais: faxineira, professora, técnica de enfermagem, vigia, servidora pública, padeira, assistente social, relações públicas, vendedora, caseadeira, gerente, administradora. Algumas empreendem como taróloga, diarista, salgadeira, vendedora ambulante, cabelereira, cantora, consultora, costureira, professora de reforço escolar. Uma minoria está aposentada e continua trabalhando.

Para a maioria dessas mulheres ordinárias 45+ que trabalham para viver e que ainda não puderam se aposentar, o significado de envelhecer está associado às ideias de finitude, ao declínio físico e ao surgimento de doenças, o que pode representar a perda progressiva da sua capacidade laborativa, emergindo com muita intensidade o

sentimento de medo de se tornarem inúteis dentro de uma lógica da produtividade que permeia as relações de trabalho em uma sociedade capitalista. Assim, o envelhecimento representa uma ameaça permanente para as mulheres 45+ se manterem incluídas e produtivas em uma sociedade capitalista que prioriza os corpos jovens, saudáveis e masculinos. Nesse contexto, a preocupação em manter a saúde, com a conotação de força produtiva, adquire uma importância maior para as mulheres 45+ do que retardar os sinais físicos do envelhecimento. Embora não estejam livres da opressão do corpo pela cultura que estabelece o padrão de beleza da juventude, essas mulheres manifestam o ageísmo contra si próprias em relação à aparência envelhecida, mas priorizam destinar o recurso que têm aos gastos com as necessidades básicas de sobrevivência.

Além disso, as mulheres ordinárias 45+ têm uma visão muito negativa quanto ao futuro do idoso no Brasil, temem não conseguirem sobreviver com o valor baixo da aposentadoria e com as despesas de saúde que são percebidas como maiores nessa fase da vida. Uma parcela manifesta um sentimento de desamparo e de descrença em relação às políticas públicas de assistência à saúde do idoso e, por esse motivo, ainda que estejam com seus corpos mais pesados pelo envelhecimento, não cogitam parar de trabalhar após se aposentarem, com medo de passarem por privações de suas necessidades essenciais. Alegam também que o trabalho traz efeitos positivos para a saúde mental e ajuda a preservar o espírito jovem, mas, mesmo quando usam esses argumentos para defenderem a permanência por mais tempo no trabalho, fica latente o medo que sentem de não conseguirem sustentar o padrão de vida que tinham antes da aposentadoria e de passar por dificuldades financeiras na velhice.

A preocupação das mulheres ordinárias 45+ com o impacto do envelhecimento na saúde e no corpo que perde energia faz todo o sentido pela lógica econômica que rege a sociedade, pois sua força de trabalho é constantemente avaliada quanto aos interesses capitalistas de maximizar a exploração de mais valia do trabalhador e aumentar a produtividade e o lucro.

No mercado de trabalho, as decisões das organizações quanto à escolha dos trabalhadores estão pautadas pela lógica da produtividade do sistema capitalista, o que é usado para a discriminação das mulheres idosas. As mulheres 45+ relatam que

o ageísmo institucional se manifesta de forma explícita nos processos de seleção para vagas a emprego, por meio do uso de linguagem vaga, quando, por exemplo, não são aceitas em cargos cuja jornada de trabalho é no turno noturno ou em cargos que exijam maior força física. Ainda, quando preenchem todas as condições exigidas para a vaga de emprego, não são contratadas mesmo para os cargos mais subalternos na hierarquia da organização.

Com as contribuições do feminismo, foi possível perceber que, apesar do foco da pesquisa ser as mulheres ordinárias 45+, elas não estão igualmente no mesmo grau de discriminação no mercado de trabalho, porque as interseccionalidades com a classe social, raça, orientação sexual apareceram como um elemento que agrava o ageísmo para alguns grupos minorizados. Logo, por exemplo, a mulher preta, além de ser discriminada pela idade e gênero, sofre o racismo no mercado de trabalho. Na interseccionalidade com a classe social, a baixa escolaridade das mulheres ordinárias 45+ é uma variável importante a ser analisada no que tange às oportunidades de trabalho. Entre suas principais causas, podemos citar a pouca estrutura de educação das famílias de origem muito pobre e a herança patriarcal, segundo a qual a mulher era educada para cumprir o papel social “natural” da mulher como mãe e esposa e, portanto, não precisava estudar, enquanto os homens, diferentemente, eram incentivados nessa direção.

Algumas mulheres ordinárias 45+, depois de várias tentativas frustradas para serem incluídas no mercado de trabalho, e pressionadas pela necessidade de garantir sua sobrevivência, no limite das suas forças produtivas, reinventam-se em trabalhos informais, como diarista, vendedora ambulante, taróloga, costureira, salgadeira, cantora, porém sem a garantia mínima dos seus direitos trabalhistas.

No grupo de mulheres ordinárias 45+, que atuam nas organizações, a maioria delas é mantida em trabalhos precarizados porque, comparadas com as mulheres mais jovens, são consideradas mais responsáveis, comprometidas, disciplinadas e produtivas. Entretanto, confidenciam um maior cansaço físico em função da idade e dos efeitos da menopausa, que precisam ser silenciados, devido à necessidade de se permanecer ativas para sobreviver. Por conseguinte, elas se submetem à lógica de exploração capitalista, aceitando as condições precárias de trabalho, os salários

inferiores aos dos homens e as jornadas de trabalho excessivas, visto que a maioria delas não têm qualificação profissional para buscar melhores oportunidades de trabalho.

As mulheres 45+ denunciam que, no interior das organizações, sofrem o ageísmo interpessoal por meio de várias práticas sociais explícitas que normalizam o preconceito de idade em nossa sociedade. Assim, em suas narrativas contam que se tornam invisíveis na organização porque realizam o “trabalho sujo”; são discriminadas para ascensão na carreira; assediadas pela gestão para que agilizem o processo da sua aposentadoria; subvalorizadas pela chefia que prefere delegar o trabalho de maior responsabilidade aos colegas mais jovens; discriminadas por estereótipos negativos na divisão interna do trabalho; censuradas pelo olhar de superioridade dos colegas mais jovens; excluídas das interações sociais com as pessoas mais novas; desprestigiadas quanto ao valor da sua vida; taxadas de menos competentes já que não dominam as novas tecnologias; e estão acuadas com a iminência de serem demitidas porque são mulheres e velhas.

O ageísmo institucional e interpessoal, que é naturalizado pela sociedade por meio de suas políticas e práticas sociais, é bastante nocivo às mulheres ordinárias 45+ que passam a internalizar o preconceito de idade e a manifestar o ageísmo contra si próprias. Algumas das mulheres ordinárias 45+, com um pouco mais de recurso financeiro, manifestaram um sofrimento psíquico tão grande em função do ageísmo no trabalho e nas relações interpessoais, que recorreram à ajuda profissional de psicólogos. Outras passaram a conviver com os sentimentos de inferioridade, inadequação social e baixa autoestima e desenvolveram crenças limitantes sobre a velhice e suas potencialidades para aprender e talvez iniciar uma nova carreira, justificando o seu ageísmo autodirigido pela lógica econômica da produtividade. Aquelas que são mães argumentam que priorizam investir na educação dos seus filhos para que, diferentemente delas, escapem da sina do subemprego e da pobreza. Nesse grupo de mulheres ordinárias 45+, algumas declaram adotar, como um mecanismo para manter sua sanidade mental, a postura mais reclusa do convívio social, pois, além de se protegerem contra o ageísmo, precisam administrar os poucos recursos disponíveis para o atendimento das necessidades básicas de sobrevivência, fator que contribui para que vivam numa situação de quase exílio social.

Pensando na realidade das mulheres 45+ diversas e analisando as políticas e práticas que estão sendo adotadas pelos países que assinaram o plano Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, entre eles o Brasil, o discurso de combate ao ageísmo que é proclamado para o alcance das suas metas é um discurso capitalista movido por interesses econômicos, voltado para redução dos gastos públicos com a previdência social e, principalmente, para maximização da força produtiva dos idosos.

Diante do crescimento da população mundial de idosos e da necessidade de reter a população idosa por mais tempo no mercado de trabalho para suprir a mão de obra, mudam-se as regras de aposentadoria, defendem-se uma ideologia de envelhecimento ativo e saudável e um discurso de antienvelhecimento a fim de prolongar a vida útil e extrair, ao máximo possível, a capacidade de produzir do indivíduo. Sendo assim, esse discurso está sempre pautado pela lógica de produtividade capitalista, e nunca voltado para o bem-estar do cidadão.

Concluimos, portanto, que o discurso de combate ao ageísmo, que defende a inclusão das mulheres mais velhas no mercado de trabalho, não visa melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, coibindo as práticas naturalizadas de preconceito de gênero e de idade da nossa sociedade, mas está ligado aos interesses capitalistas de instrumentalização da pessoa, da sua subjetividade, ou seja, quer transformá-la em um instrumento dentro da máquina do capital. Nesse sentido, esses discursos têm se prestado ao papel de legitimar ideologias e práticas sociais de opressão das mulheres, que são usadas para justificar as desigualdades sociais em uma sociedade capitalista e patriarcal.

A contribuição teórica conceitual da pesquisa foi analisar o fenômeno do ageísmo na intersecção com gênero com um grupo de mulheres que é geralmente invisibilizado no debate acadêmico, que é o de pessoas ordinárias, subalternizadas, dentro do sistema capitalista. No Brasil, os poucos estudos que fazem a intersecção de gênero e ageísmo têm o foco em analisar mulheres mais velhas que ocupam cargos estratégicos dentro das organizações, ou, então, analisam a “mulher” como uma categoria universal, desconsiderando as diversas mulheres quanto à raça/etnia, orientação sexual, classe social.

Quanto às contribuições pragmáticas, a pesquisa deu voz às diversas mulheres ordinárias 45+ que foram silenciadas em relação aos impactos do envelhecimento e do ageísmo. Após as entrevistas, algumas dessas mulheres me procuraram e declararam como a entrevista fez com que refletissem mais sobre as suas vidas, na perspectiva de protagonistas da sua própria história, pois, se escutando sobre o seu próprio discurso, elas se perceberam, em algumas situações, na posição de coadjuvantes da sua própria vida por causa de um sistema opressor do qual elas não haviam se dado conta ainda. Algumas queriam se aproximar mais de mim, serem minhas amigas, na tentativa de aprofundar suas reflexões; outras sentiram-se muito prestigiadas por terem participado da entrevista; e algumas demonstraram felicidade por serem ouvidas.

As principais limitações do meu estudo foram o acesso a essas entrevistadas, o local e o tempo de entrevista. Essas mulheres, por mais que fossem mulheres ordinárias, assim como eu, demonstravam às vezes insegurança para falar abertamente o que pensavam, então foi necessário improvisar algumas estratégias para poder quebrar a inibição que se apresentava como um mecanismo de defesa frente ao fenômeno pesquisado. Outra dificuldade foi o local e o tempo da entrevista. Como a maioria das entrevistadas optou por fazer a entrevista no local de trabalho, preferencialmente no horário de almoço, nem sempre contavam com um local mais reservado e sem ruídos, havendo uma preocupação, de ambas as partes, para não exceder o pouco tempo que elas dispunham. O local às vezes era improvisado, logo era comum quando tínhamos que interromper as entrevistas porque o telefone tocava, o colega passava dentro da sala, alguém tinha urgência para saber de alguma coisa. Nesse sentido, alguns exemplos podem ser citados: no supermercado, a entrevista ocorreu à noite no depósito que era separado da recepção da loja por uma divisória, onde tinha apenas uma cadeira e uma mesa. A entrevistada me ofereceu a cadeira para me assentar e participou da entrevista em pé recostada numa mesa de plástico. Volta e meia alguém passava para pegar algo no depósito. Em outras situações, também tive que contar com a camaradagem do vigilante de uma empresa que tinha encerrado o seu expediente para realizar a entrevista; e enfrentar os barulhos do trânsito e de pessoas no entorno para as entrevistas em lugares públicos.

Como sugestões para novos estudos, identificamos a importância de abordar o ageísmo pensando exclusivamente nas interseccionalidades da mulher negra, da mulher homossexual, da mulher que faz parte do grupo LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais / Arromânticas / Agênero, Pansexuais / Polissexuais, Não binárias e mais); estudar o ageísmo com abordagens feministas decoloniais; investigar os mecanismos que, em algumas instâncias, legitimam e, em algumas instâncias, fazem com que o discurso do ageísmo se torne uma prática social que é incorporada na estrutura social; estudar o ageísmo usando como método de análise a história de vida para analisar como esse mecanismo é simbolicamente construído ao longo da vida das mulheres ordinárias 45+.

REFERÊNCIAS

- ACKER, J. Hierarchies, Jobs, bodies: A theory of gendered organizations. **Gender & Society**, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990. Recuperado de <https://bit.ly/3ysLOFD>.
- ANDRADE, B. M. **Luzes sobre Eva**: uma nova mulher, um velho patriarcado. *Mescla* 2.2, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufop.br/mescla/article/view/5158>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.
- ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: Um Manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio de Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1 e 2, 2009.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Tradução Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BENTO, B. Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos. **Psicologia social e seus movimentos**, v. 30, p. 357-371, 2011.
- BRESSIANI, N. Nancy Fraser e o feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**, v. 6, n. 3, p. 77-98, 2020. Disponível em URL: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/nancy-fraser-e-o-feminismo/ISSN:2526-6187>
- BUTLER, R. N. Age-ism: Another Form of Bigotry. **The Gerontologist**. v. 9, n. 4, p. 243-246, Dec. 1969. <https://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612015000100011>.
- BUTLER, R. N. Ageism: a Foreword. **Journal of Social Issues**, v. 36, n. 2, p. 8-11, 1980. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1980.tb0218.x>
- CAMINO, L.; SILVA, P.; MACHADO, A.; PEREIRA, C. A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 13-36, 2001. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/235920706_A_face_oculta_do_racismo_no_Brasil_Uma_analise_psicossociologica. Acesso em 12 de julho de 2022.
- CARVALHO, G. S.; CORONEL, D. A. Pesquisa em Marketing Digital: Uma Análise Bibliométrica. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, v. 5, n. 2, p. 19-30, 2018.
- CASTRO J. O. V. Competência em informação e inclusão digital no Brasil. **Revista da CGU**, v. 11, n. 18, p. 1042-1052, 2019.
- CEPELLOS, V. M. Feminização do Envelhecimento: Um Fenômeno Multifacetado Muito Além dos Números. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 2, p. 1-14, 2021.

CEPELLOS, V. M.; SILVA, G. T.; TONELLI, M. J. Envelhecimento: Múltiplas Idades na Construção da Idade Profissional. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 89, p. 269-290, 2019.

CEPELLOS, V. M. Envelhecimento nas Organizações: Os Grandes Debates sobre o Tema nos Estudos de Administração de Empresas. **Teoria e Prática em Administração**, v. 8, n. 1, p. 138-159, 2018.

CEPELLOS, V. M.; TONELLI, M. J. Envelhecimento Profissional: Percepções e Práticas de Gestão da Idade Profissional da Idade. **Revista Alcance**, v. 24, n. 1, p. 4-21, 2017.

CEPELLOS, V. M.; TONELLI, M. J. O processo de envelhecimento de mulheres em cargos de liderança: a iminência da morte e do renascimento simbólicos. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 101, p. 329-358, 2022.

CHANG, E.S.; KANMOTH, S.; LEVY, S.; WANG, S. Y.; LEE, J. E.; LEVY, B. R. Global reach of ageism on older persons' health: A systematic review. **PLOS ONE** 2020, v. 15, n. 1, p. 10220857, 2020. <https://doi.org/10.371/journal.pone.0220857>.

COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**, v. 1, p. 13-38, 2004.

CONCEIÇÃO, A. C. L. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque do gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção–RBSE**, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospective. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, p. 23-50, 2008.

COSTA, C. L. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 11, p. 127-140, 1988.

CUDDY, A. C.; FISKE, S. Doddering but dear: Process, content and function in stereotyping the older person. In: Nelson, T. **Ageism, stereotyping and prejudice Against older persons**, p. 3-26. Cambridge: Bradford Books, 2002.

DA ROCHA S. B.; FRANCA, A.; PINHO, L. H. F.; VALENTINI, Felipe. Análise fatorial confirmatória da Escala de Ageismo no Contexto Organizacional. **Avaliação Psicológica**, v. 15, n. 3, p. 337-345, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712016000400007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 ago. 2022. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2016.1503.06>.

DEL PRIORE, M. **Histórias e conversas de Mulher**: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história. São Paulo: Planeta, 2014.

DEL PRIORI, M. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história da transformação do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

DOMINGUES, R. C.; FREITAS, J. L. A fenomenologia do corpo no envelhecimento: diálogos entre Beauvoir e Merleau-Ponty. **Revista Subjetividade**, v. 19, n. 3, p. 1-13, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692019000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 agosto de 2022. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i3.e8001>.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9950>. Acesso em 21 março de 2023.

FARIAS, J. S.; LUZ, V.; T D.; LINS, P. V.; PEDROZA, F. L. E. A. Inclusão digital na terceira idade: um estudo sobre a propensão de idosos à adoção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 15, n. 3, p. 164-188, 2015

FERREIRA, V. H. S.; LEÃO, L. R. B.; FAUSTINO. A. M. Ageísmo, políticas públicas voltadas para população idosa e participação social. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 42, p. 2816, 2020. <https://doi.org/10.25248/reas,e2816.2020>

FRANÇA, L. H. F.; BRITO, A. R. S.; VALENTINI, F.; VASQUES-MENEZES, I.; TORRES, C. V.; Ageísmo no contexto organizacional: a percepção de trabalhadores brasileiros. **Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 6, p. 765-777, 2017.

FRASER, N. Recongnition without ethics. *Theory, Culture, and Society*, v. 18, n. 2, 2001 [Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, n.70, 2007].

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOBBI, M. C.; FILHO, F. M. Televisão e Mídias Digitais na América Latina: um cenário em construção. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação – INTERCOM**, v. 38, n. 1, p. 85-107, 2015.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOLDENBERG, M. Mulheres e envelhecimento na cultura brasileira. **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, n. 2, p. 46-56, 2012. Recuperado de <https://bit.ly/3dWVHC5>.

GOLDENBERG, M. Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira. **Contemporânea**, v. 9, n.2, p. 13, 2011.

GOLDENBERG, M. O corpo como capital: para compreender a cultura brasileira. **Revista eletrônica da Escola de Educação Física e Desportos**, v. 2, n. 2, p. 115-123, 2006.

GONTIJO, S. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, Organização Mundial da Saúde – OMS, 2005.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Editora Vozes Limitada, 2015.

HANASHIRO, D. M. M.; PEREIRA, M. F. M. W. M. O Etarismo no Local de Trabalho: Evidências de Práticas de 'Saneamento' de Trabalhadores mais Velhos. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, p. 188-206, 2020.

HELAL, D. H.; VIANA, L. O. Ageísmo: uma revisão integrativa da literatura em língua portuguesa. **Conhecimento & Diversidade**, v. 13, n. 29, p. 171-191, 2021.

HEMMINGS, C. Contando Estórias Feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.
<https://www.scielo.br/j/ref/a/cGkxyXBbc4YWjMMwbVnSGSp/?lang=pt#>. Acesso em 24 de março de 2023.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas Arrebatadoras. Rosa dos Tempos, 2015.

KAI, F. O.; LOURENÇO, M. L.; FERNANDES, C. A Cultura Organizacional no Processo de Envelhecer do Trabalho Docente. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 385-424, 2020.

LIMA, B. G. S.; CRUZ, M. H. S. Notas sobre o feminismo e gênero: compreendendo a relação das categorias com as políticas públicas no Brasil. **Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 47, v. 19, p. 265-279, 2021.

LIMA, D. C. L.; VIEIRA, A. N.; GOMES, A. M. T.; SILVEIRA, L. C. Historicidade, conceitos e procedimentos da análise do discurso. **Revista Enfermagem UERJ**, p. 1- 4, 2017.

LIMA, R. R. R.; PEREIRA, L. B. M.; VIANA, A. P.; LOPES, I. A. Mistanásia por ageísmo no contexto do primeiro ano de pandemia do coronavírus. **Unisanta Law and Social Science**, v. 9, n. 1, p. 105-120, 2020.

MANSO, M. E. G.; KIM, B. M. J.; SILVA, W. F.; BATICINI, B. Ageísmo e COVID-19: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. e274101119233-e274101119233, 2021.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 11ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MORI, M. E.; COELHO, V. L. D. Mulheres de corpo e alma: aspectos biopsicossociais da meia-idade feminina. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 2, p. 177-187, 2004.

MOURA, A. C.; GOSLING, M. S.; CHRISTINO, J. M. M.; MACEDO, S. B. Aceitação e uso da tecnologia para escolha de destinos turísticos por pessoas da terceira idade: um estudo usando a UTAUT2. **Revista Brasileira de Pesquisas em Turismo**, v. 11, n. 2, p. 239-269, 2017.

NATT, E. D. M. Sem Açúcar e com Afeto: A Trajetória de Alexandre Carrieri nos Estudos Organizacionais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 8, n. 3, 2019.

NELSON, T. D. **Ageism Handbook of prejudice**. Universidade do Estado da Califórnia: Stanislaus, 2009.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Assembleia Geral da ONU declara 2021-2030 como Década do Envelhecimento Saudável**
<https://brasil.un.org/pt-br/105264-assembleia-geral-da-onu-declara-2021-2030-como-decada-do-envelhecimento-saudavel>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos, 2007.

PAIVA, N. M. F.; SOBREIRA, E. M. C.; LIMA, T. C. B. Que clima é esse? Ageísmo e Relações Intergeracionais em uma Organização do Setor Público. **ANPAD**, p. 16-18, 2019.

PALMORE, E. B. Research note: Ageism in Canada and the United States. **Journal of Cross-Cultural Gerontology**, v. 19, p. 41-46, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e322222>.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, J. M.; BARLETTO, M. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. **Revista Feminismos**, v. 7, n. 1, 2019. Disponível em <https://www.feminismos.neim.ufba.br>.

PEREIRA, C. R.; SOUZA, L. E. C. Fatores legitimadores da discriminação: uma revisão teórica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 2, p. 1-10, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ptp/a/L5Nw4KhKLPdKJssbvgWJ8DR/?format=pdf&lang=pt>, acesso em 15 de julho de 2022.

PEREIRA, C. R.; VALA, J. A Legitimação da discriminação em diferentes contextos normativos. **Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal**, p. 363-404, 2011.

PEREIRA, C. R.; VALA, J. Do preconceito à discriminação justificada. **In-Mind_Português**, v. 1, n. 2-3, p. 1-13, 2010.

PEREIRA, V. L. Gênero: Dilemas de um conceito. In: strey, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**, v. 1, p.173-198, 2004.

PEREIRA, J. R.; PAIVA, K. C. M.; IRIGARAY, H. A. R. “Trabalho sujo”, significado, sentido e identidade: proposição de análise integrada e perspectivas de pesquisas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 829-841, 2022.

Relatório mundial sobre o idadismo. **Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da Saúde**; 2022. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. <https://doi.org/10.37774/9789275724453>. Dados da catalogação na fonte (CIP). Os dados da CIP estão disponíveis em <http://iris.paho.org>.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S. I. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, p. 57-76, 2021. Repositório Aberto da Universidade do Porto. Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/136148> . Acesso em 18 de março de 2023.

ROGERS, D. L. **Transformação digital: repensando o seu negócio para era digital**. 1. ed. Autêntica Business, 2017.

ROZENDO, A. S.; Ageless: uma experiência emergente de (anti) envelhecimento. **Psicologia em Estudo**, v. 27, 2022.

SALGADO, C. D. S. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos interdisciplinares do envelhecimento**, v. 4, p. 7-19, 2002.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais, 2009**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu** (16), p. 137-150, 2001.

SILVA, R. A.; HELAL, D. H. Ageismo nas Organizações: Questões para Debate. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 187-197, 2019.

SILVA, T. F. C.; ALMEIDA, D. B. A.; OLIVA, E. C.; KUBO, E. K. M. Além das equipes intergeracionais: Possibilidades de estudos sobre ageísmo. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 27, n. 2, p. 642-662, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.327.101822>

SOARES, T. S.; CORRADI-PERINI, C.; MACEDO, C. P. L.; CASTRO, U. R. V. Covid-19 e ageísmo: avaliação ética da distribuição de recursos em saúde. **Revista Bioética**, v. 29, n. 2, p. 242-50, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422021292461>

SKURA, I. Mulheres, velhices e espaços de representação. **Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, p. 1-14, 2016.

TAVERNIER, W. *et al.* "A Critical Perspective on Ageism and Modernization Theory." **Social Inclusion**, v. 7, n. 3, p. 54, 2019. *Gale Academic One File*, link.gale.com/apps/doc/A624293915/AONE?u=capes&sid=bookmark-AONE&xid=fb07d70c. Acesso em 19 setembro de 2022.

TEIXEIRA, S. M. O.; SOUZA, L. E. C.; MAIA, L. M. Ageísmo institucionalizado: uma revisão teórica. **Revista kairós-Gerontologia**, v. 21, n. 3, p. 129-149, 2018. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2018v21i3p129-149>

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisas em administração**. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, R. A.; CEPELLOS, V. M. Mulheres executivas e seus corpos: as marcas do envelhecer. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 100, p. 154-180, 2022.

WOLFF, C. S.; SALDANHA R. A. Gênero, sexo, sexualidades. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>

ZIGER, R.; FILIPPIM, E. S.; BELTRAME, V. Perspectivas de Carreira para Pessoas Idosas nas Organizações. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 7, n. 3, p. 64-87, 2017.

ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em URL: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>ISSN:2526-6187

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Participante,

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que tem como objetivo obter dados para realização de uma investigação científica a ser desenvolvida no curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes. A pesquisa visa **analisar os mecanismos legitimadores que justificam a discriminação da mulher, com idade igual ou superior a 50 anos, no contexto organizacional brasileiro, a partir das sutilezas presentes no discurso do ageísmo feminino**. A referida pesquisa é de autoria da mestrandia Sandra Lúcia de Oliveira e orientada pelo Professor Doutor Jefferson Rodrigues Pereira.

Você não será identificada em nenhum momento, sendo atribuído a cada respondente um número na sequência em que as entrevistas forem ocorrendo e, posteriormente, os resultados serão divulgados em termos globais, em formato científico, portanto, respeitando toda a ética para os procedimentos desta natureza.

Você não ficará exposta a riscos de qualquer natureza que comprometam sua integridade física, psíquica e moral. Além disso, sua participação na pesquisa não implica em nenhum custo para você.

Ressaltamos que sua participação é voluntária, e você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, mesmo que já tenha iniciado as entrevistas.

Mestranda: Sandra Lúcia de Oliveira
Fone: (31) 98873-3367
E-mail: sandraloped@gmail.com

Como entrevistada e participante da pesquisa, afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos desta investigação, bem como sobre o caráter da utilização das informações por mim fornecidas. Dessa forma, aceito participar da pesquisa e autorizo a disponibilização das minhas respostas a entrevista sem identificação do meu nome e de forma global, com base em critérios éticos para apresentação de trabalhos científicos.

Assinale a seguir:

Autorizo: () Sim () Não

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2022.

Observação: caso você queira receber os resultados globais da pesquisa, deixe registrado no espaço abaixo o seu *e-mail*, para o qual será garantido total sigilo.

E-mail: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I- Dados de Identificação da entrevistada:

Nome:

Idade:

Raça/cor:

Orientação sexual:

Estado civil:

Empresa atual:

Filhos:

Formação:

Em que trabalha:

II- Questões específicas

- 1) Fala um pouco sobre quem é você
- 2) O que é ser mulher para você?
- 3) Conte-me um pouco sobre sua trajetória de vida.
- 4) O que é para você envelhecer?
- 5) Para você o que é envelhecer no Brasil em 2022?
- 6) Por que você trabalha?
- 7) Por que você escolheu esse trabalho?
- 8) Conte-me um pouco sobre a sua vida profissional.
- 9) Relate sua rotina de um dia de trabalho.
- 10) Como você concilia vida pessoal e vida profissional?
- 11) Você tem que se dedicar à família?
- 12) Suas expectativas em relação ao mundo do trabalho foram se modificando ao longo do tempo, como?
- 13) Como você aos XX anos de idade se vê hoje no mercado de trabalho?
- 14) Você considera que a sua idade influencia nas oportunidades profissionais? Por quê, como?

- 15) Você acha que ser uma mulher de XX anos é a mesma coisa de ser um homem de XX anos no Brasil?
- 16) No contexto do trabalho, você percebe alguma distinção relacionada ao fato de ser homem de XX anos ou mulher de XX anos? Em caso positivo, dê exemplos.
- 17) Você já enfrentou, ou já teve, alguma experiência de preconceito (pessoal, social e profissional) relacionada à sua idade? Pode dar alguns exemplos?
- 18) O fato de ser uma mulher mais velha influencia nas suas relações interpessoais? Como?
- 19) Para você quais são as principais vantagens e desvantagens de ser uma mulher com XX anos no mercado de trabalho?
- 20) Você encontra barreiras no trabalho em função da sua idade? Em caso positivo, como você lida com elas?
- 21) Qual a imagem que as pessoas têm de você pelo fato de ser uma mulher mais velha no trabalho?
- 22) As pessoas costumam te comparar com outras pessoas mais novas no trabalho? Como você se sente quando isso acontece?
- 23) Até quando você pretende trabalhar e por quê?
- 24) Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER FINAL

Processo:

IDENTIFICAÇÃO:

Nome do(a) pesquisador(a):

Sandra Lúcia de Oliveira

Nome do(a) Professor(a) orientador(a):

Dr. Jefferson Rodrigues Pereira

Curso: Mestrado Acadêmico em Administração

Nome do Projeto:

Sutilezas no discurso do ageísmo feminino: os mecanismos legitimadores da discriminação no contexto organizacional.

Instituição(es) envolvidas na realização do projeto:

Centro Universitário Unihorizontes

PROJETO DE PESQUISA:

1-Os objetivos do projeto são apresentados claramente?

Sim.

2- No item referente à metodologia há descrição da amostra pretendida? Foram citados os critérios para exclusão/inclusão dos sujeitos na pesquisa?

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a unidade de observação e a unidade de análise foram descritas corretamente e estão coerentes com o objetivo geral.

Não se aplica: []

4-Os possíveis benefícios a serem alcançados justificam a realização da pesquisa?

Sim.

Não se aplica: []

5-Há riscos para os sujeitos envolvidos na pesquisa? Caso positivo esses foram adequadamente mensurados pelo pesquisador?

Não.

Não se aplica: []

6-Há conflito de interesses? Caso positivo quais?

Não.

Não se aplica: []

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

1- O pesquisador está fornecendo aos sujeitos da pesquisa documento escrito que os esclareça dos objetivos, benefícios e risco da pesquisa proposta?

O objetivo geral está informado. Porém, recomendo acrescentar um parágrafo informando os benefícios e os riscos da pesquisa, indo além da informação acerca da despesa financeira.

Não se aplica: []

2- Nesse documento existe clara referência sobre o sujeito estar ciente que ele tem a liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem ser penalizado?

Sim.

3- Quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, foram citadas garantias sobre o sigilo que defenda a privacidade dos sujeitos?

Sim.

Não se aplica: []

4- Em caso de dano decorrente do estudo, foi declarada garantia que o pesquisador prestará assistência integral ao sujeito?

Não. Recomendo acrescentar um parágrafo acerca dos riscos, conforme apontado no item 1 deste formulário. Caso haja algum risco, este item 4 deverá ser manifestado no TCLE também.

Não se aplica: []

AVALIAÇÃO FINAL sobre todos os itens:

[] Bem qualificado em todos os itens – aprovado.

[**x**] **Bom com reservas – deve ser revisto.**

[] Inadequado – não aprovado.

INFORMAÇÕES PARA USO EXCLUSIVO DO CONSELHO DE ÉTICA DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES:

O TCLE deve ser atualizado conforme solicitado no parecer.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2022,

PARECERISTAS:

NOME: Helena Belintani Shigaki

ASSINATURA:

NOME:

ASSINATURA:

NOME:

ASSINATURA: